

**FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS – FDSM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**MESTRADO EM DIREITO – CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA**

Welliton Aparecido Nazario

**CONFLITO, DISSENSO E INCLUSÃO POLÍTICA: O POPULISMO COMO**  
**ESTRATÉGIA DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA SOB A PERSPECTIVA**  
**AGONÍSTICA**

POUSO ALEGRE-MG  
2025

**WELLITON APARECIDO NAZARIO**

**CONFLITO, DISSENSO E INCLUSÃO POLÍTICA: O POPULISMO COMO  
ESTRATÉGIA DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA SOB A PERSPECTIVA  
AGONÍSTICA**

Dissertação apresentada para a banca de qualificação do  
Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de  
Direito do Sul de Minas – FDSM, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre.

Professor Orientador: Rafael Alem Mello Ferreira.

POUSO ALEGRE-MG  
2025

## FICHA CATALOGRÁFICA

N393c NAZARIO, Welliton Aparecido  
CONFLITO, DISSENSO E INCLUSÃO POLÍTICA: O  
POPULISMO COMO ESTRATÉGIA DE RADICALIZAÇÃO  
DEMOCRÁTICA SOB A PERSPECTIVA AGONÍSTICA. / Welliton  
Aparecido Nazario. Pouso Alegre: FDSM, 2025.  
131p.

Orientador: Rafael Alem Mello Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito do Sul de Minas,  
Programa de Pós-Graduação em Direito.

1. Populismo contemporâneo. 2. Discurso político. 3. Retórica  
emocional. 4. Identidade coletiva. 5. Democracia e instituições. I Ferreira,  
Rafael Alem Mello. II Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa  
de Pós-Graduação em Direito. III Título.

CDU 340

**WELLITON APARECIDO NAZARIO**

**CONFLITO, DISSENSO E INCLUSÃO POLÍTICA: O POPULISMO COMO  
ESTRATÉGIA DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA SOB A  
PERSPECTIVA AGONÍSTICA**

**MESTRADO EM DIREITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da  
**Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM**, como requisito parcial para  
a obtenção do título de **Mestre em Direito**, sob a orientação do **Prof. Dr.  
Rafael Alem Mello Ferreira**.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira**

Orientador

Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM

---

**Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni**

Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM

---

**Prof. Dr. Paulo Henrique Borges da Rocha**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

## RESUMO

A dissertação investiga os mecanismos discursivos e emocionais que estruturam o populismo contemporâneo, destacando sua capacidade de conexão afetiva com o público. Parte-se da simplicidade retórica como chave de identificação coletiva, analisando como essa linguagem, aliada ao uso de símbolos, narrativas e dicotomias entre "nós" e "eles", cria vínculos e exclusões. A obra explora também a retórica emocional como força de mobilização e manipulação, evidenciando sua potência em momentos de crise política, social ou institucional. O texto examina ainda o populismo de esquerda, de direita e o populismo híbrido, bem como seus impactos nas instituições democráticas e políticas públicas, com ênfase nas áreas de saúde, educação e justiça social. Por fim, o trabalho reflete criticamente sobre a resposta das instituições e da sociedade civil, além da influência dos meios de comunicação na amplificação da narrativa populista.

**Palavras-chave:** populismo, discurso político, retórica emocional, polarização, democracia.

## RESUMEN

Esta disertación investiga los mecanismos discursivos y emocionales que configuran el populismo contemporáneo, con énfasis en su conexión afectiva con el público. Parte de la simplicidad retórica como clave de identificación colectiva, analizando cómo el lenguaje, los símbolos, las narrativas y las dicotomías como "nosotros" versus "ellos" generan vínculos y exclusiones. La obra explora la retórica emocional como herramienta de movilización y manipulación, eficaz especialmente en momentos de crisis política o social. El estudio también examina el populismo de izquierda, de derecha y el populismo híbrido, así como sus impactos en las instituciones democráticas y en las políticas públicas, con énfasis en la salud, la educación y la justicia social. Finalmente, ofrece una reflexión crítica sobre la respuesta institucional y de la sociedad civil, así como sobre el papel de los medios de comunicación en la amplificación del discurso populista.

**Palabras clave:** Populismo, discurso político, retórica emocional, polarización, democracia.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the discursive and emotional mechanisms that shape contemporary populism, emphasizing its emotional connection with the public. It starts with rhetorical simplicity as a key to collective identification, analyzing how language, symbols, narratives, and dichotomies such as "us" versus "them" create bonds and exclusions. The work explores emotional rhetoric as a tool for both mobilization and manipulation, especially effective during political or social crises. The study also examines left-wing, right-wing, and hybrid populism, as well as their impacts on democratic institutions and public policy, particularly in health, education, and social justice. Finally, it offers a critical reflection on the response of institutions and civil society, and the role of media in amplifying the populist narrative.

**Keywords:** Populism, political discourse, emotional rhetoric, polarization, democracy, collective identity, exclusion, political promises, media, civil society.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1 – TIPOS DE POPULISMO: DE ESQUERDA, DIREITA E O.....</b>	<b>15</b>
<b>POPULISMO HÍBRIDO.....</b>	<b>15</b>
1.1 O contexto sociopolítico da ascensão do populismo.....	24
1.2 A resposta das instituições democráticas ao populismo.....	31
1.3 Populismo e a mídia: dois lados da mesma moeda.....	39
<b>CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO POPULAR E A PARTICIPAÇÃO CÍVICA.....</b>	<b>49</b>
2.1 Os efeitos do populismo sobre políticas públicas.....	55
2.2 Populismo em tempos de crise: o caso da pandemia.....	61
2.3 O futuro da democracia na era do populismo.....	68
<b>CAPÍTULO 3 – CASOS DE SUCESSO E FRACASSO: LIÇÕES APRENDIDAS.....</b>	<b>76</b>
3.1 Democracia em crise e o valor do dissenso.....	83
3.2 Democracia agonística: a centralidade do dissenso na teoria de Mouffe.....	90
3.3 Populismo, liberalismo e o valor do conflito: repensando a democracia sob a perspectiva... agonística.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>



## INTRODUÇÃO

Ao olharmos de perto a estrutura do discurso populista, nos deparamos com uma característica marcante: sua simplicidade. Essa simplicidade não é meramente uma estética superficial; ela é uma estratégia profundamente enraizada na maneira como os líderes comunicam suas ideias. Quando alguém assume um microfone e conduz um discurso, é quase como se estivesse utilizando uma chave mágica que abre as portas do coração e da mente do público. O uso de uma linguagem clara, acessível e direta, muitas vezes carregada de emoção, cria um laço entre o orador e sua audiência.

O fundamento do sistema jurídico há muito é objeto de controvérsias entre os juristas, que foram agudizadas a partir do século XIX, o século da ascensão do positivismo jurídico, época em que Friedrich Nietzsche anunciou: “Deus está morto”. Isso significa, em outras palavras, que o homem contemporâneo está entregue à sua própria sorte (Montalvão; Adeodato, 2024, p. 1).

Por exemplo, pense em discursos memoráveis que se transformaram em marcos históricos. A retórica de líderes como Martin Luther King ou, mais recentemente, figuras contemporâneas, logra um registro profundo na memória coletiva. As frases são curtas, os sentimentos, intensos, e as promessas, diretas. Isso tudo contribui para que as pessoas sintam que suas preocupações estão sendo ouvidas e, mais importante, validadas. É como se, ao escutar um discurso populista, cada indivíduo pensasse: “Ele fala por mim”. Um clamor genuíno e reconfortante que ressoa nas almas. Quando alguém diz: “Precisamos de mudanças agora”, a mensagem é clara, e a emoção tece um vínculo que transcende palavras.

Contudo, isso levanta uma questão intrigante: até que ponto essa simplicidade é uma estratégia retórica puramente calculada ou representa uma comunicação genuína? Isso nos faz refletir sobre as intenções por trás da mensagem. Às vezes, é possível perceber que essa abordagem simplista pode servir a um propósito mais obscuro, como criar divisões ou desviar a atenção de questões complexas. Portanto, a pergunta se imiscui com a análise: essa abertura no discurso é autêntica ou um véu para enganar?

Diante desse cenário, o problema central desta pesquisa consiste em compreender de que modo a simplicidade retórica e a mobilização emocional estruturam o discurso populista

contemporâneo, influenciando as percepções sobre democracia, representação e identidade coletiva. Busca-se investigar se tais mecanismos comunicativos funcionam como instrumentos de inclusão política e de radicalização democrática, ou se produzem efeitos de exclusão e polarização social.

O objetivo geral é analisar o populismo como fenômeno discursivo e emocional que reconfigura as práticas de identificação política na contemporaneidade. Como objetivos específicos, pretende-se: a) examinar as estratégias discursivas e emocionais presentes em lideranças populistas de diferentes espectros ideológicos; b) identificar como tais discursos afetam as instituições democráticas e o debate público; c) avaliar a função simbólica das narrativas de “povo” e “outro” na construção da identidade política; d) refletir sobre a possibilidade de compreender o populismo como estratégia agonística de inclusão, conforme as teorias de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau.

Parte-se das seguintes hipóteses: a) o discurso populista se estrutura a partir da simplicidade retórica e do uso intencional de emoções como forma de produzir identificação e pertencimento coletivo, b) essa mobilização emocional, embora amplie a participação política, pode gerar efeitos paradoxais de exclusão e polarização, c) a análise do populismo sob uma perspectiva agonística permite reinterpretá-lo não como patologia da democracia, mas como uma possível forma de radicalização democrática.

A originalidade deste estudo reside em sua abordagem multidisciplinar, que articula Direito, Política e Comunicação para compreender o populismo não apenas como um fenômeno eleitoral, mas como um discurso de poder que reconfigura as formas de deliberação democrática. A combinação entre análise jurídica, sociopolítica e discursiva permite examinar o populismo como campo de conflito simbólico e como espaço de disputa por sentidos e pertencimentos coletivos.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando os campos do Direito, da Ciência Política e da Comunicação. Utiliza-se o método de revisão bibliográfica sistemática, com base em autores centrais do debate contemporâneo como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Pierre Rosanvallon, Pippa Norris e Cas Mudde, complementada por análise de conteúdo de discursos políticos e entrevistas de líderes populistas de diferentes contextos geográficos (América Latina, Europa e Estados Unidos).

O estudo realiza ainda uma análise comparativa entre o populismo de esquerda, de direita e híbrido, observando as formas de mobilização emocional, os recursos simbólicos empregados e os impactos institucionais sobre a democracia. O recorte temporal concentra-se nas manifestações populistas do século XXI, com especial atenção à comunicação política mediada pelas redes sociais.

A pesquisa busca, assim, evidenciar as tensões entre emoção e racionalidade no discurso político e suas implicações para o fortalecimento ou fragilização da esfera pública democrática.

E entramos aqui em um tema essencial: o papel das emoções. A emoção no discurso populista é, sem dúvida, uma força motriz. Ao longo da história, sentimentos humanos básicos como raiva, esperança e até medo foram convertidos em armas poderosas. Muitas vezes, essas emoções não surgem por acaso; são cultivadas com maestria, pequenas sementes plantadas ao longo do discurso. A forma como um líder expressa uma ideia pode fazer com que muitos se sintam um pouco mais próximos, mesmo que a ideia em si seja desafiadora ou complexa. Essa comunicação intensa consegue captar a essência do que é ser humano, e, ao fazer isso, suscita um envolvimento poderoso.

Por isso, seguir neste caminho nos remete à reflexão crítica. Essa relação entre linguagem simples e emocionalmente profunda, que envolve e mobiliza, pode ser uma estrada de mão dupla. E ao final, não podemos deixar de nos perguntar: será possível encontrar uma comunicação que alie simplicidade com profundidade, sem cair nas armadilhas da superficialidade? Essa curiosidade é um convite para continuarmos explorando a essência do discurso populista e seu impacto profundo na sociedade.

Ao encerrarmos este segmento, fica uma pergunta no ar, como o eco de uma ideia importante: como podemos, efetivamente, utilizar essa construção emocional em nossas próprias vidas, sem nos deixar levar por discursos que mascaram verdades complexas?

Ao analisarmos a retórica emocional presente nos discursos populistas, é impossível não perceber como a mobilização de sentimentos intensos é uma ferramenta poderosa nas mãos de líderes carismáticos. Eles não apenas falam; eles evocam emoções que muitas vezes permanecem adormecidas nas pessoas. Por exemplo, ao abordar questões sociais ou

econômicas, um orador habilidoso pode alimentar a raiva diante de injustiças, transformar a desilusão em esperança ou acender o medo de um futuro incerto. Essas emoções, quando bem manipuladas, criam um elo visceral com a audiência, tornando o discurso não só uma mensagem, mas uma experiência quase visceral.

Um marco que pode ilustrar essa estratégia é um líder popular ao fazer um discurso, se referir à crise econômica de sua época, evocar as memórias de famílias lutando para sobreviver, falando a seguinte frase: "Enquanto assistimos nossas crianças indo para a cama com fome", ele falando, e o público, imerso nessa narrativa, sente cada palavra ressoar em seus próprios corações. A magia da retórica emocional reside na sua capacidade de fazer os ouvintes se verem nas histórias contadas, criando um sentimento palpável de união e urgência.

Entretanto, essa mobilização emocional não vem sem seus riscos. Uma pergunta perturbadora surge: até que ponto esse apelo aos sentimentos não pode ser uma faca de dois gumes? É verdade que pode galvanizar um movimento, mas também pode gerar divisões profundas entre grupos sociais. Quando o medo assume o controle, a retórica se torna uma arma, e a linha entre a esperança e a polarização se torna tênue.

Por exemplo, os discursos que enfatizam divisões entre "nós" e "eles" podem galvanizar uma base, mas ao mesmo tempo, sucumbem a um ambiente de hostilidade. Quando um líder retrata o "outro" como a raiz de todos os problemas, a retórica não apenas alimenta a indignação, mas também cria uma barreira intransponível para o diálogo construtivo. Os sentimentos que poderiam reunir são transformados em armas que cortam a relação social. O impacto dessa abordagem emocional é visível até nos momentos mais cotidianos.

Ao longo da história, também encontramos exemplos contemporâneos que ilustram essa dinâmica complexa. Em tempos de crise, discursos carregados de emoção podem rapidamente adquirir uma força quase inexplicável. As promessas de mudança, quando envoltas em discursos emocionais, tornam-se irresistíveis. Contudo, é essencial questionar se esse caminho é sustentável. Será que o apelo à emoção, com sua capacidade de unir em determinado momento, não está condenando a convivência pacífica em situações futuras?

Em momentos de tensão, as pessoas tendem a buscar afiliação a grupos que refletem seus sentimentos, mas isso pode levar a uma lógica seccionada, onde o diálogo dá lugar ao

discurso da alienação. As emoções, que deveriam ser uma ponte, se apresentam muitas vezes como um abismo. E retornamos à reflexão: o que é necessário para que esse ciclo se quebre?

Essa exploração sobre a retórica emocional no discurso populista revela uma verdade essencial: as emoções são, sem dúvida, parte da condição humana, um elemento fulcral na comunicação. No entanto, o poder que carregam pode ser tanto um catalisador de mudanças positivas quanto um criador de divisões. Portanto, a responsabilidade ao utilizar tais estratégias é imensa, não apenas para quem fala, mas também para quem ouve. E isso, sem dúvida, nos convida a pensar criticamente sobre a natureza das nossas próprias reações emocionais e sobre como elas moldam nosso entendimento das narrativas que nos cercam.

A construção de um discurso populista se sustenta, em grande parte, na habilidade de criar símbolos que ressoam com as aspirações e identidades do público. Esses símbolos, muitas vezes baseados em narrativas compartilhadas, servem como âncoras emocionais que solidificam a conexão entre o líder e sua base. Quando pensamos em símbolos, é fácil lembrar de imagens icônicas ou de práticas culturais que já fazem parte da vida cotidiana das pessoas. Por exemplo, a figura do trabalhador que se sacrifica para garantir o sustento da família é uma narrativa poderosa que muitos líderes exploram. Essa representação não só é cativante, mas evoca um sentido de luta e resistência que, na mente dos ouvintes, se torna uma parte integrante de sua identidade.

Um líder que se apropria dessas narrativas encontra um terreno fértil onde seu discurso pode florescer. A repetição de elementos familiares, como valores familiares, tradição e patriotismo, cria um ambiente onde as pessoas se sentem compreendidas. Pense em como discursos políticos costumam incluir referências a feriados nacionais ou eventos históricos. Essas menções não são meras formalidades; elas evocam um sentimento de pertencimento, unindo o público em torno de uma causa comum. Quando um político menciona o sacrifício dos heróis nacionais ou a luta pela liberdade, ele não está apenas fazendo referências históricas, mas está reforçando uma identidade coletiva que ressoa profundamente.

Ademais, a criação de mitos em torno das figuras históricas ou movimentos sociais é uma estratégia poderosa que fortalece essa ligação. Quando um líder usa um passado glorioso para galvanizar apoio no presente, ele cria uma narrativa que é ao mesmo tempo inspiradora e mobilizadora. Note como algumas campanhas políticas utilizam o simbolismo de lutas passadas

para legitimar suas ações. Isso proporciona uma linha direta entre a história e o presente, como se cada eleitor fosse parte de uma continuação épica de uma saga já iniciada. Essa narrativa compartilhada é um meio de construir coesão dentro de um grupo, mas também pode alienar aqueles que não se veem refletidos nela.

É interessante observar que toda essa construção simbólica tem um efeito profundo, não apenas na mente dos eleitores, mas no próprio tecido social. Ao promover uma narrativa que enfatiza um "nós" em oposição a um "eles", os líderes populistas criam divisões que podem ser prejudiciais para a convivência. O uso de ícones culturais e mitos pode ser transformador, mas também tem o potencial de gerar preconceitos, especialmente contra aqueles que não se encaixam no molde. Por exemplo, a narrativa de uma nação unitária pode marginalizar vozes minoritárias, levando a um sentimento de exclusão que pode explodir em conflitos sociais.

Cidadãos que se encontram diante de um discurso populista muitas vezes vivenciam uma identificação intensa com as histórias contadas. São estas narrativas que moldam suas percepções e, frequentemente, definem suas reações sociais e políticas. Encontros cotidianos, como conversas em cafés, podem se transformar em discussões fervorosas e apaixonadas, onde as histórias dos líderes se entrelaçam com as vivências pessoais, criando um ciclo de validação e reforço emocional. Essas interações, que à primeira vista podem parecer banais, são marcos de como a mensagem populista permeia a vida das pessoas.

Nesse cenário, é fundamental questionar o custo dessa construção de identidade. A narrativa que reforça laços pode, simultaneamente, erguer barreiras. O que, em essência, começa como um apelo à unidade, pode terminar criando divisões profundas. Essa dualidade entre inclusão e exclusão é uma realidade constante no discurso populista. As palavras de um líder podem agir como um farol, guiando os que se sentem desamparados, mas também podem se transformar em armas que se voltam contra aqueles que não compartilham da mesma visão.

As histórias que conectam os líderes e suas bases têm um poder indiscutível. Elas moldam não só a percepção pública, mas também a realidade política. A pergunta que ecoa é: até que ponto essa construção de uma identidade compartilhada realmente beneficia a sociedade como um todo? É possível encontrar um equilíbrio que respeite as diversas vozes presentes, ou estamos condenados a viver em um cenário de maniqueísmo, onde a luta por reconhecimento e

afirmação se torna um campo de batalha incessante? Essas reflexões não apenas envolvem o futuro do populismo, mas também o potencial para um diálogo mais inclusivo e democrático.

A construção da figura do "outro" no discurso populista é uma estratégia eficaz que serve não apenas para consolidar a base de apoio de um líder, mas também para gerar divisões cada vez mais profundas na sociedade. Essa demonização do diferente, muitas vezes transformada em um inimigo comum, possui efeitos imediatos e danosos na convivência social. Quando um líder utiliza essa tática retórica, ele está, na verdade, criando um estigma que atinge não apenas adversários políticos, mas também grupos sociais inteiros. As consequências desse processo podem ser devastadoras e muito mais amplas do que se imagina.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica é durante períodos eleitorais, onde discursos polarizados tornam-se comuns. As mídias sociais, nesse contexto, ampliam a presença de narrativas que alimentam a desconfiança e o medo em relação ao "outro". Quando um candidato pinta um retrato de seu oponente ou de um grupo minoritário como uma ameaça à segurança ou aos valores da sociedade, ele não apenas valida a insegurança coletiva, mas também transforma essa incerteza em uma certeza aceita por muitos. É doloroso pensar que, muitas vezes, essas narrativas se enraízam e criam uma nova realidade, onde a convivência pacífica fica comprometida.

Pessoas comuns, que até então poderiam ter opiniões divergentes, mas respeitadas, começam a se ver em lados opostos de uma linha que foi traçada. E a estranha normalidade dos conflitos surge. Na vida cotidiana, isso se reflete em conversas acaloradas, em comentários hostis nas redes sociais e até mesmo em abordagens de violência física. O que era antes um espaço para discussões saudáveis se transforma rapidamente em um campo de batalha, onde as opiniões são tratadas como absolutos. Se você olhar ao seu redor, notará que a polarização de pensamentos se intensifica a cada ciclo eleitoral, e muitos sentem que não podem mais dialogar sem se expor a ataques.

Entretanto, não podemos deixar de pensar nas implicações dessa retórica para a saúde da democracia. O modo como a figura do "outro" é manipulado pode criar uma cultura de intolerância que transcende as esferas política e social. As discussões passam a ser sobre ideias simplificadas, fechadas em rótulos que não permitem nuances, tornando o debate público algo

superficial. O medo e a desinformação tornam-se armamentos poderosos nas mãos de quem se opõe a escutar.

Muitas vezes, as pessoas se perguntam: como essa demonização afeta a vida das pessoas no dia a dia? O resultado é um estado de tensão constante, onde aqueles que se sentem marginalizados ou atacados podem desenvolver ansiedade e isolamento. O impacto pode ser sentido em círculos íntimos, nas conversas em família ou em ambientes de trabalho, pois a radicalização das opiniões transforma diálogos cotidianos em confrontos. Um simples tema de conversa, que poderia levar a um entendimento mais profundo, muitas vezes acaba em um impasse.

Nesse clima de hostilidade, a construção de uma identidade coletiva que inclui a noção de um " nós" forte, que se sente ameaçado, leva à exclusão dos que não se encaixam nessa moldura. Quem não aceita as narrativas dominantes ou simplesmente se identifica como parte do grupo do "outro" se vê em uma posição de vulnerabilidade. A autoestima e o senso de pertencimento de muitos são abalados, e, com o tempo, as cicatrizes dessa divisão social transformam-se em barreiras insuperáveis.

A presente dissertação convida você a refletir: existe uma saída? Será possível transcender a polarização que tanto nos divide? O populismo realmente tende a perpetuar esses conflitos, ou podemos vislumbrar um caminho em direção à reconciliação? A capacidade humana de diálogo e compreensão pode ser a chave para a superação dessa barreira. Se encontrarmos um espaço para a empatia, talvez consigamos nos lembrar de que, no fundo, todos desejamos uma vida pacífica e significativa, independentemente de nossas diferenças.

A pesquisa adotará a técnica de revisão bibliográfica, com análise de conteúdo de discursos políticos, entrevistas com especialistas e análise de casos de populismo em diferentes contextos geográficos. Será realizada uma análise comparativa entre o populismo de esquerda, direita e híbrido, focando em suas estratégias discursivas e emocionais, e o impacto nas instituições democráticas.

O estudo do populismo, como fenômeno político e discursivo, tem sido desenvolvido por diversos teóricos e estudiosos ao longo das últimas décadas. A teoria do populismo é uma



área de intenso debate, especialmente devido à sua relação com a construção de identidades políticas, a polarização social e a manipulação emocional das massas.

Autores como Laclau (2013) e Mudde e Kaltwasser (2017) têm sido fundamentais para a compreensão do populismo moderno, abordando sua natureza dualista, na qual uma figura de "povo" é colocada em oposição a uma elite ou "outros". Essa dicotomia, que serve como uma das características centrais do populismo, é amplamente discutida por Laclau (2013), que explica como a construção do "povo" envolve a construção de uma identidade coletiva mobilizadora.

De acordo com Laclau (1977), o populismo não é apenas uma retórica política, mas uma estratégia de construção de hegemonia política que depende da articulação das demandas populares e da formação de um "nós" capaz de se opor ao "eles", uma classe dominante ou uma elite política. Mudde e Kaltwasser (2017), em sua obra sobre a ascensão do populismo no cenário global, enfatizam que o populismo pode ser tanto de direita quanto de esquerda, mas sempre se caracteriza pela defesa de um "povo puro" contra as elites corrompidas.

Além disso, Rosanvallon (2021) contribui para a análise do populismo contemporâneo, discutindo como ele pode ser tanto uma forma legítima de resposta às desigualdades e exclusões sociais quanto uma ameaça à democracia liberal, pois muitas vezes se baseia na construção de inimigos e na simplificação de problemas complexos.

A retórica emocional desempenha um papel essencial no discurso populista. Norris e Inglehart (2019) argumentam que a retórica emocional, ao explorar sentimentos como raiva, medo e esperança, é usada para mobilizar as massas e solidificar a base de apoio, muitas vezes gerando polarização. Esse uso da emoção também é observado por Pinto (1956), que argumenta que o populismo, em sua busca por poder, transforma a política em um campo de batalha emocional, onde as promessas de mudança são frequentemente mais emocionais do que realistas.

Bachini, Oliveira e Cará (2023) discutem a relação entre o populismo e as instituições democráticas, alertando para o risco de que as soluções propostas pelos populistas muitas vezes envolvem a supressão de contrapesos institucionais, enfraquecendo os pilares da democracia.

A análise do impacto do populismo nas políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e justiça social, é também uma preocupação central. Singer (2012) e Arretche (2018) discutem como o populismo, em suas várias formas, influencia as políticas sociais, tanto em países da América Latina quanto em outros contextos globais.

O foco na redistribuição de recursos e na inclusão de grupos marginalizados é uma das características marcantes do populismo de esquerda, enquanto o nacionalismo e a exclusão de "outros" são características predominantes do populismo de direita, como destacado por Zinn (1980).

Em relação à mediação política e à resposta das instituições ao populismo, a análise de Hunter (1991) e Prior (2021) é crucial, pois ambos identificam o ressurgimento do populismo em contextos de crise econômica e social, quando as falhas na mediação política se tornam mais evidentes e a população se volta para figuras populistas que prometem soluções rápidas.

O impacto da mídia na amplificação do discurso populista é explorado por Waisbord (2013), que argumenta que a mídia, especialmente as redes sociais, desempenham um papel crucial na amplificação das mensagens populistas, criando uma comunicação direta entre os líderes e seus apoiadores.

## 1. TIPOS DE POPULISMO: DE ESQUERDA, DIREITA E O POPULISMO HÍBRIDO

O fenômeno do populismo, tão presente nas discussões políticas contemporâneas, se manifesta de maneiras diversas. Para compreendê-lo de forma mais profunda, é essencial distinguir entre o populismo de esquerda e o de direita. Essas duas vertentes surgiram em contextos históricos distintos e respondem a diferentes anseios sociais, econômicos e políticos que, embora possam parecer opostos, muitas vezes se entrelaçam de maneiras complexas.

O populismo emerge no vocabulário moderno a partir das transformações propiciadas pela conjunção das revoluções industrial e burguesa (Moraes, 2018, cap. 2). Como destaca Hobsbawm (1996, p. 24, tradução própria), exceto na Inglaterra, que reunia as condições materiais amadurecidas, “havia desse modo um conflito latente e que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade ‘burguesa’, o qual não poderia ser resolvido dentro do arcabouço dos existentes regimes políticos”.<sup>1</sup> É nesse momento que as ideias de povo e de nação se fundem historicamente para constituírem as identidades das relações sociais nesse processo civilizatório, que fundou os tempos modernos (Hobsbawm, 2000; Anderson, 2006; Badiou, 2016, p. 23-26).

Uma das primeiras associações modernas feitas ao termo populismo, senão a primeira, foi com os Narodniks na Rússia, entre 1860 e 1870. Tratou-se de um movimento social oriundo de uma parte dos intelectuais russos críticos ao regime tsarista e conscientemente orientados para um resgate do campesinato russo<sup>2</sup> como protagonista da história a fim de construir diretamente o socialismo no país (Pedler, 1927; Offord, 2010, p. 252-253). Outra experiência adjetivada como populista foi nos EUA com o People’s Party (Partido do Povo ou ainda conhecido como Partido Populista), entre 1891 e 1908. Esse partido é oriundo de uma série de movimentações políticas sulistas originadas no período pós-Guerra Civil estadunidense (1861-1865) em meio à situação econômica dos pequenos proprietários rurais, arrendatários de terras e trabalhadores (Zinn, 1980, p. 276) (Moraes; Fonseca, 2024, p. 5).

Começamos pelo populismo de esquerda. Este tipo de populismo emergiu principalmente em resposta às desigualdades sociais e à opressão econômica, geralmente promovendo um discurso que prioriza os interesses da classe trabalhadora. A origem de suas ideologias remonta ao século XIX, com o crescimento do socialismo e do sindicalismo, que buscavam a eficácia na luta pelos direitos dos trabalhadores. Líderes carismáticos, como Hugo Chávez na Venezuela e Lula da Silva no Brasil, representam bem essa vertente, utilizando um discurso que busca valorizar a população menos favorecida em uma batalha constante contra as elites econômicas. O apelo emocional e a retórica acessível desses líderes criam uma conexão genuína com o povo, muitas vezes exaltando o sentimento de identidade coletiva e resistência.

Nas próprias palavras de Lenin ([1912] 1956, p. 11-12, tradução própria) para o centenário de nascimento do autor, “ao comemorar Herzen, o proletariado aprende pelo seu exemplo a apreciar a grande importância da teoria revolucionária. [...]

Herzen foi o primeiro a erguer a bandeira de luta ao endereçar suas palavras russas livres para as massas”. 10 Essa história continua ainda na década de 1860, após o processo que culminou na emancipação dos servos no Império Russo, em 1861. Em 1879 nascia uma organização política oriunda dessa pedagogia da “jornada ao povo”, o partido Narodnaya Volya (Vontade do Povo), cujo programa residia na defesa conjunta do socialismo, do agrarianismo e de ações violentas contra a monarquia russa como estratégia revolucionária, sendo responsáveis pelo assassinato do tsar Alexandre II, em 1881 (Moraes; Fonseca, 2024, p. 10).

Por outro lado, o populismo de direita se apresenta como uma reação ao que muitos veem como um excesso de liberalismo ou uma ameaça à cultura e aos valores tradicionais. Surgiu com frequência em contextos de crises econômicas, em que a insegurança social se transforma em um caldo fértil para discursos que prometem restaurar a grandeza de uma nação, defendendo um nacionalismo exacerbado. Exemplos notórios dessa linha incluem Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, que utilizam uma narrativa que rebaterá o que chamam de “elitismo” e “politicamente correto”. Essa retórica, muitas vezes polarizadora, busca criar uma sensação de urgência e pertencimento em meio ao caos social, prometendo aos seus apoiadores um retorno a um passado idealizado. Os populismos não podem ser compreendidos unicamente como reações, como formas de ‘democracia negativa’. Sua audiência também está ligada à sedução exercida por suas ideias.” (Rosanvallon, 2021, p. 36). E define, portanto, os regimes populistas enquanto aqueles que “são assim movidos por forças que superam, ou ao menos exacerbam, os cinco elementos estruturantes da cultura política do populismo” (Rosanvallon, 2021, p. 126).

Apesar das diferenças, é fascinante observar que ambos os tipos de populismo podem compartilhar algumas características comuns. Em muitos casos, eles fazem uso de um discurso simplificado e polarizador, que promete soluções rápidas para problemas complexos. Ambos utilizam uma linguagem que ressoam com seus públicos, favorecendo a emoção em detrimento da análise racional, e sempre destacando a presença de um “nós” contra um “eles”. A classe trabalhadora é frequentemente vista como a vítima do sistema, seja no contexto de opressão capitalista ou de uma globalização percebida como uma traição aos valores nacionais.

There is no doubt that had not the bankers and capitalists, led by Wall street, come so generously and patriotically to the support of the government in 1860 and 1861 the rebellion would have been a success; and for that action they are entitled to the highest praise instead of being denounced as scoundrels and robbers (Craven, 1896, p. 11).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Não há dúvida de que, se os banqueiros e capitalistas, liderados por Wall Street, não tivessem apoiado o governo de forma tão generosa e patriótica em 1860 e 1861, a rebelião teria sido um sucesso; e, por essa ação, eles merecem os mais altos elogios, em vez de serem denunciados como canalhas e ladrões.

Os contextos históricos que sustentam cada tipo de populismo são, por sua vez, fundamentais para entender suas respectivas manifestações contemporâneas. No século XX, a classe trabalhadora, especialmente na Europa e na América Latina, começou a se organizar em torno de movimentos que clamavam por melhores condições de vida. Para o populismo de esquerda, essa luta tornou-se uma narrativa central, que ainda hoje reverbera em propostas como a reforma agrária ou políticas de inclusão social. A necessidade de dar voz aos marginalizados é uma constante. Em contraste, o populismo de direita muitas vezes se alimenta de crises identitárias, utilizando o medo como uma ferramenta poderosa para mobilizar suas bases, capitalizando situações de insegurança social e econômica.

Esse mosaico de diferenças e semelhanças é crucial para estabelecer uma compreensão robusta do populismo em suas múltiplas formas. À medida que progredimos para discutir as manifestações atuais desses populismos, fica claro que suas interações com a sociedade, as elites e a classe trabalhadora são não apenas complexas, mas também centrais para a compreensão do cenário político contemporâneo. É nesse ambiente carregado que os discursos populistas conseguem ecoar, moldando e refletindo as vozes de um povo que frequentemente se sente à margem, amplificando seus anseios e, muitas vezes, suas frustrações diante de um sistema que lhes parece negligente.

Observar as nuances de cada vertente populista não é apenas um exercício acadêmico, mas um convite à reflexão sobre nosso papel como cidadãos em meio a essas narrativas, que continuam a moldar o futuro da política mundial. O que realmente significam essas ideologias para a democracia e como elas se relacionam com os valores que defendemos? Essas são perguntas que demandam nossa atenção e crítica.

Quando olhamos para o cenário político atual, é impossível não perceber como o populismo se apresenta de maneira multifacetada. Exemplos relevantes misturam-se com o cotidiano das pessoas, refletindo não apenas ideologias, mas também desejos, medos e reações a um mundo que parece cada vez mais desconectado das necessidades reais da população. Líderes populistas, independentemente de sua orientação ideológica, possuem um dom natural para conectar-se com seus eleitores, muitas vezes alavancando sentimentos de frustração e esperança.

A noção de populismo surgiu no século XIX para designar a formação do The People's Party nos Estados Unidos e do movimento revolucionário russo. Desde sua origem, o termo é objeto de disputas teóricas e, frequentemente, carrega uma axiologia negativa (Laclau, 2013). Isso ocorre porque, em linhas gerais, entende-se o populismo como uma forma de ação política voltada a responder discursivamente aos anseios emocionais das massas, mas sem viabilizar uma solução do ponto de vista prático, institucional e/ou democrático. Nessa perspectiva, o populismo se contrapõe à racionalidade política e se converte em demagogia e manipulação retórica.

Em geral, os autores destacam que o populismo costuma ressurgir e ter maior adesão em contextos de crise (Hunter, 1991), quando falhas no processo de mediação política ficam mais evidentes e a lacuna criada pela incapacidade objetiva de absorção das demandas de sociedades complexas pelos representantes leva à rejeição da classe e das instituições políticas (Prior, 2021). Como a lacuna entre as demandas e as respostas públicas tende a ser cada vez maior, a partir do esgotamento das soluções políticas e da necessidade cíclica de revisão dessas saídas e seus representantes, o ressurgimento do populismo pode ocorrer de tempos em tempos.

A literatura observa um conjunto de elementos mobilizados que denotam o populismo (Waisbord, 2013). O primeiro deles é a evocação do povo (Laclau, 2013; Prior, 2021). Isso se dá porque os movimentos populistas, partidos ou líderes frequentemente utilizam o termo para se colocarem como genuínos representantes populares, fazendo uma oposição entre o povo (puro e moralmente elevado) e os outros/elites (enquadrados como degenerados e/ou privilegiados). Nesse sentido, a oposição “povo” x “outros/elites” está no core do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017), variando, conforme o contexto, as concepções de quem é o povo e de quem são os “outros” e as “elites” em questão (Barros e Lago, 2022). Nesta estrutura narrativa, existe um culpado pela crise - os outros ou as elites -, que são considerados inimigos a serem combatidos para a superação do problema daquela sociedade. Esses “outros/elites” podem ser definidos em termos de classe, de religião, de instituições de veto (horizontais e verticais) e de sistemas peritos (como a ciência e a imprensa), de modo que o populismo tende a ser também antissistêmico (O'Donnell, 1998).

Assim, essa dicotomização pode construir um substrato para abarcar saídas não necessariamente democráticas, dado que algumas das soluções sugeridas passam pela supressão das instituições e das organizações na mediação comunicacional, assim como pela eliminação dos inimigos políticos como forma mais eficiente de atender aos anseios do povo. Dessa maneira, o populismo pode se converter também em ataques aos direitos às diferenças, numa proposta hegemônica antipluralista (Norris e Inglehart, 2019), inviabilizando o estabelecimento do diálogo e a formação de consenso, adquirindo, portanto, um caráter autoritário (Bachini; Oliveira; Cará, 2023, p. 164/165).

Um exemplo emblemático é o de figuras carismáticas que se levantaram em resposta à crise econômica. Pensemos, por exemplo, em políticos que, antes de suas ascensões, eram vistos como estranhas figuras do setor privado ou até mesmo como forasteiros na política. É curioso como alguém fora do establishment pode, de repente, se tornar um porta-voz das classes marginalizadas, utilizando uma linguagem acessível e direta.

Eles falam a língua das ruas, no tom de voz que muitos desejam ouvir. Assim, não é raro encontrá-los usando slogans simples, cheios de promessas cativantes, que ressoam profundamente com as aspirações de milhões de cidadãos. Essa conexão é quase visceral; a comunicação é cheia de simbolismo e força emocional.  
(...)

A resposta correta é a que trabalha com interpretações autênticas que encontram sentido na relação intersubjetiva dos indivíduos. O Direito é linguagem e por isso exige a formação de um consenso, em termos habermasianos, e para essa relação intersubjetiva nenhuma das partes pode ser proprietária dos sentidos.

Em um diálogo é possível verificar os pressupostos de fala ou, em uma visão estritamente do campo da hermenêutica filosófica, é possível separar as interpretações autênticas das inautênticas. Essa separação ataca uma relação de poder que se estrutura no argumento de que a decisão vem de sentir, que empresta relevo à convicção em detrimento das provas ou mesmo aposta no livre convencimento motivado. “O próprio mundo desmente que podemos apreciá-lo livremente. Nele nos movemos e acertamos milhares de vezes por dia.” Assim, em tempos de intersubjetividade, ou seja, de paradigma da linguagem, permitir que um indivíduo determine os sentidos é, em outras palavras, permitir um ataque contra a democracia (Ferreira, 2019, p. 311).

Na América Latina, por exemplo, Hugo Chávez foi um marco significativo desse fenômeno. Suas transmissões ao vivo, onde ele falava diretamente ao povo, aproximavam-no das massas de uma forma que poucos políticos conseguiram. Em suas palavras, havia uma mistura de intensidade apaixonada e uma busca por justiça social, que fez com que muitos se sentissem vistos e ouvidos. Contudo, sua trajetória não ficou livre de polêmicas. O que para muitos foi uma luta pela igualdade, para outros representou o surgimento de um regime cada vez mais autoritário. É essa linha tênue que permeia o populismo: a capacidade de galvanizar apoio popular enquanto caminha próximo de práticas que podem ameaçar as instituições democráticas.

Por outro lado, se olharmos para líderes populistas de direita, como Donald Trump, observamos uma dinâmica diferente, embora não menos impactante. Seu discurso, carregado de promessas de proteção nacional e de uma retórica *anti-establishment*, cruzou fronteiras e transformou a forma como se entende o populismo contemporâneo. A forma como ele abordou temas como imigração e globalização convenceu uma parte significativa da população de que sua voz estava sendo ignorada por uma elite distante. Este tipo de populismo explora um medo profundo e genuíno – o de perder a identidade, a economia e o controle sobre a própria vida. Contudo, é essencial lembrar que cada narrativa é cuidadosamente construída para ressoar com necessidades e inseguranças que muitas vezes estão subjacentes nas sociedades.

Ao considerar essas figuras, não podemos esquecer o papel da mídia moderna, que tem a capacidade de amplificar essa mensagem. Redes sociais transformaram a maneira como os líderes se comunicam e, conseqüentemente, como o populismo se espalha. O impacto da informação, muitas vezes desinformação, se tornou massivo, moldando opiniões e crescendo de apoio sem precedentes nas esferas políticas. Sem dúvida, o papel das redes sociais permite

que uma mensagem se torne viral e alcance milhões, eludindo os canais tradicionais. Essa estratégia de comunicação direta e sem filtros estreita o laço entre o líder e seu eleitorado, criando uma sensação de intimidade que é ao mesmo tempo sedutora e, por vezes, alarmante.

A intersecção entre essas manifestações de populismo nos mostra que, apesar das diferenças ideológicas, uma coisa é certa: há uma busca por pertencimento e reconhecimento que cada movimento tenta satisfazer. Cada um à sua maneira, toca numa ferida aberta nas sociedades contemporâneas que, frequentemente, se sentem desvalidas diante de uma burocracia que parece não compreender suas realidades intensas e, muitas vezes, desesperadoras.

E assim, conforme seguimos explorando as nuances do populismo atual, somos levados a pensar: até que ponto as vozes que ouvimos refletem verdades autênticas ou simplesmente alimentam um ciclo de descontentamento? É nessa ambiguidade que se encontra um dos maiores desafios contemporâneos: entender que a política não se resume apenas a ideologias claras, mas é um emaranhado de emoções humanas que clama por atenção e, muitas vezes, por mudanças profundas.

(...) A resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção (Furtado, 1983, p. 142).

O populismo híbrido surge como uma combinação intrigante de elementos do espectro político, somando características tanto do populismo de esquerda quanto do de direita. Essa fusão não se limita apenas a um emaranhado de ideologias; ela reflete uma adaptação aos novos desafios e anseios da sociedade contemporânea. A habilidade de líderes populistas híbridos em transitar entre essas esferas é uma de suas maiores forças. Eles conseguem captar o descontentamento das classes trabalhadoras, mas, ao mesmo tempo, se aproveitam das preocupações com a identidade nacional que ressoam no seio da direita.

Um exemplo marcante dessa dinâmica pode ser encontrado em figuras como Jair Bolsonaro no Brasil, que, além de sua retórica conservadora, recorre a um discurso que promete atender a demandas populares por segurança e emprego. Esse apelo se mistura a um nacionalismo que explora o medo e a insatisfação diante da corrupção e da criminalidade. Ao



mesmo tempo, essa postura se alinha com os anseios de um eleitorado que busca uma alternativa a elites consideradas distantes e corruptas.

Se eles se colocam todos como os arautos de uma democracia imediata e polarizada, eles podem oscilar entre a sólida manutenção do Estado de Direito (em razão dos freios constitucionais ainda ativos) e uma franca democratura (Rosanvallon, 2021, p. 126).

Esse fenômeno não é exclusivo ao Brasil. O populismo híbrido se manifesta em várias partes do mundo, em especial onde as crises econômicas e sociais deixam um rastro de insatisfação. Nos Estados Unidos, Donald Trump poderá ser visto sob essa ótica, ao unir os apelos a uma classe trabalhadora desencantada com a promessa de recuperar postos de trabalho, enquanto muitos de seus ideais ressoam com um setor mais conservador da política. Aqui, a habilidade consiste em cruzar fronteiras ideológicas, utilizando uma narrativa que promete poder ao povo e, simultaneamente, define um inimigo, seja ele a imigração descontrolada ou forças globalizantes.

A intersecção entre essas ideologias fornece um terreno fértil para o surgimento de um eleitorado mais amplo e heterogêneo. Essa aproximação entre direita e esquerda não ocorre de maneira linear; ao contrário, é marcada por um jogo de influências e uma adaptação meticulosa às demandas da sociedade. Essa complexidade traz consigo um conjunto de implicações para o futuro da democracia. Muitas vezes, o populismo híbrido pode flertar com a autoritarismo, pois a simplificação de discursos e a necessidade de um líder forte para resolver problemas complexos podem minar instituições democráticas. Vieira Pinto (1956, p. 32) acrescenta que “não existe fora do sentir do povo, como uma proposição abstrata, lógica, fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo povo”.

As instituições políticas tradicionais podem ser enfraquecidas na esteira desse tipo de populismo, visto que líderes híbridos frequentemente estabelecem relações diretas com o povo, contornando canais institucionais. Essa estratégia não apenas solidifica o poder do líder no curto prazo, mas também acarreta o risco de impactar a confiança nas democracias, uma vez que o diálogo institucional se torna menos relevante e a polarização é potencializada.

A questão da legitimidade dos anseios populares é fundamental nesse contexto. Ao mesmo tempo em que muitos movimentos populistas nascem de reclamações legítimas, como

desigualdade e exclusão, a forma como essas demandas são canalizadas pode levar a soluções que não necessariamente atendem aos interesses maiores da sociedade. É um dilema profundo, pois a ira popular pode ser genuína, mas seus caminhos nem sempre levam a resultados benéficos para a democracia. Tropeços e promessas não cumpridos podem gerar ainda mais insatisfação, criando um ciclo vicioso onde a esperança de um 'milagre' político se transforma em desilusão.

É preciso olhar para essa nova configuração com uma lente crítica. O diálogo entre os diversos segmentos sociais demanda não apenas escuta, mas uma disposição de todas as partes para compreender e interagir respeitosamente. O populismo, independentemente de sua cor ideológica, pode ser uma força de transformação, mas também pode transformar-se em um vetor de retrocesso se não for encarado com responsabilidade. Refletir sobre as promessas e os riscos do populismo híbrido é essencial para navegar por uma paisagem política complexa, onde as vozes populares podem ser poderosas, mas guardam riscos de manipulação e polarização.

Com a análise desse fenômeno multifacetado, reconhecendo que, para compreendê-lo plenamente, é necessário continuar observando suas manifestações e suas consequências no mundo contemporâneo. Cada liderança e cada movimento trazem uma história singular que, quando somadas, formam um mosaico impressionante e, por vezes, desafiador da política moderna.

O populismo, em suas diversas manifestações, traz à tona complexas relações com a democracia. Ao falarmos do populismo de esquerda e de direita, observamos que cada um apresenta motivações distintas, mas, paradoxalmente, ambos podem emergir do mesmo cenário de insatisfação popular. O populismo de esquerda, muitas vezes, se fundamenta em uma crítica à desigualdade social e busca a redistribuição de recursos, enquanto o populismo de direita frequentemente se apoia em um nacionalismo fervoroso e uma retórica contrária à imigração e às elites globais, destacando a defesa dos interesses nacionais. Ambos, portanto, encontram suas raízes em um anseio de pertencimento e de reconhecimento, seja do proletariado, no caso da esquerda, ou do "povo" considerado verdadeiro, no caso da direita.

Então, como esses populismos interagem com a democracia? É necessário refletir sobre a realidade da representação política. Infelizmente, muitas vezes, essa representação falha em captar a diversidade de vozes e as necessidades da população. Quando os cidadãos sentem que

suas preocupações não são ouvidas por parte de partidos tradicionais, surge um terreno fértil para que líderes populistas aproveitem essa insatisfação. Neste contexto, a retórica populista pode se tornar um alicerce sólido para movimentos que prometem mudanças rápidas, mesmo que nem sempre essas promessas sejam realizáveis.

Um aspecto interessante do populismo é sua capacidade de se reinventar. Líderes de ambos os espectros ideológicos têm mostrado habilidade em adaptar suas mensagens a diferentes públicos. Isso se torna especialmente evidente em períodos de crise, em que a instabilidade econômica e a insegurança social exacerbam a busca por respostas rápidas. Tome, por exemplo, o fenômeno das redes sociais, que têm se tornado uma ferramenta poderosa na disseminação de ideias populistas. Mensagens curtas e impactantes, que apelam a emoções primárias, conseguem, em muitos casos, superar o discurso mais racional e elaborado que prevalece nas formas tradicionais de comunicação política.

Agora, ao chegarmos à discussão do populismo híbrido, é crucial identificar como esse fenômeno se destaca ao pegar emprestados elementos de ambos os lados. Aqui, podemos observar um cenário intrigante: um líder que, de um lado, se apresenta como defensor dos trabalhadores, promovendo políticas sociais inspiradas na esquerda; do outro, exalta valores nacionalistas e a defesa de uma identidade cultural, características típicas da direita. Essa fusão, ao mesmo tempo fascinante e inquietante, permite que figuras políticas alcancem uma base de apoio mais abrangente, atendendo a diferentes anseios e expectativas.

Além disso, essa intersecção também levanta perguntas importantes sobre os limites da democracia. O populismo híbrido, ao diluir distinções tradicionais entre esquerda e direita, pode criar um ambiente em que a reflexão crítica e o debate político sejam substituídos por divisões simplistas. O que muitas vezes se observa é que, ao invés de buscar um diálogo construtivo, os discursos polarizadores tendem a fortalecer uma mentalidade de "nós contra eles". Isso pode resultar em um enfraquecimento das instituições democráticas que sempre deveriam funcionar como mediadoras das demandas sociais.

Por trás de tudo isso, a legitimidade dos desejos populares expostos pelo populismo merece ser analisada a fundo. Não se pode desconsiderar que, frequentemente, essas expressões são reais e legítimas. O caminho a seguir é distinguir o que delas pode ser uma crítica construtiva ao sistema e o que, por outro lado, leva a uma erosão das normas democráticas. Será

que temos assistido a um milagre da mobilização popular; ou teríamos avançado para um território mais decadente, onde a liberdade de expressão é manipulada em benefício de agendas pessoais?

Esta constante tensão entre os anseios populares e a maneira como eles são canalizados por líderes populistas requer um olhar metódico, uma análise que busca entender não só as causas, mas principalmente as consequências. À medida que refletimos sobre essas dinâmicas, é imprescindível que consideremos o papel que cada um de nós tem nesse emaranhado complexo de interações políticas. No final das contas, a democracia não é uma conquista estática, mas um processo contínuo, exigindo vigilância, diálogo e uma disposição genuína para ouvir as vozes que clamam por mudança.

## 1.1 O contexto sociopolítico da ascensão do populismo

Quando observamos a realidade sociopolítica atual é difícil não perceber como as crises econômicas e as desigualdades sociais atuam como um catalisador para o crescimento do populismo.

É impressionante como a recessão econômica transpõe a realidade de muitos e acende uma chama de esperança em meio à escuridão. Jovens que deveriam estar conquistando seu espaço no mercado de trabalho sentem-se alienados e perdidos, enquanto pais de família se debatem com a inflação devorando suas economias e os sonhos de um futuro melhor. Nas esquinas das cidades, conversas sobre o custo da vida se misturam a desabafos angustiosos: “Se ao menos a situação econômica fosse diferente...”. Essa frustração cria um ambiente em que políticos “carismáticos”, frequentemente descritos como salvadores, conseguem atrair aqueles que se sentem desprotegidos e sem alternativas reais... “o que transforma um discurso ideológico em um populista é uma forma peculiar de articulação das interpelações popular-democráticas nele” (Laclau, 1977, p. 172).

Quando os números do desemprego sobem, e os relatórios de crescimento econômico falham em capturar a realidade de quem luta para colocar comida na mesa, um espaço se abre para soluções que parecem claras e diretas... mesmo que sejam irrealistas. Lema após lema, o populismo oferece a promessa de que, se apenas as elites fossem mantidas à distância e os “verdadeiros” cidadãos colocados em posição de destaque, tudo melhoraria. Isso traz à tona uma imagem quase sedutora, de um mundo revertido para uma simplicidade idealizada.

Wall Street possui o país. Não é mais um governo do povo, pelo povo, e para o povo, mas um governo de Wall Street, por Wall Street e para Wall Street. [...] Nossas leis são o produto de um sistema que veste malandros em mantos e honestidade em trapos. [...] os políticos dizem que nós sofremos de superprodução. Superprodução, quando 10.000 criancinhas [...] morrem de fome todo ano nos EUA e mais de 100.000 garotas balconistas em Nova Iorque são forçadas a vender sua virtude por pão (Zinn, 1980, p. 282).

Esses fatores criam um ciclo vicioso: a crise econômica gera desencanto, que, por sua vez, alimenta o populismo. E a história nos ensina que, quando o povo se sente ignorado, as vozes mais radicais começam a surgir. É comum ver líderes prometendo cortar laços com o que consideram uma elite política corroída, um sistema que os abandonou. A questão central

permanece, no entanto: até que ponto esses discursos trazem realmente as soluções que prometem?

Construir narrativas em torno dessas experiências e vozes é essencial para perceber o impacto das desigualdades sociais. Pessoas comuns, esquecidas e covardes diante da realidade, são a base do populismo. Suas vidas são marcadas por dificuldades e pela constante luta por dignidade, trazendo à tona uma intensidade emocional que não pode ser ignorada.

Nesse contexto, as crises e desigualdades mais que um fenômeno econômico, se tornam um reflexo da condição humana. Pensamentos como "nós merecemos mais" reverberam pelas ruas. O desejo por reconhecimento, bem como um senso de pertencimento, nos ensina que, quando a necessidade de reformas e mudanças sociais se torna urgente, as promessas de líderes populistas podem soar particularmente cativantes e, às vezes, até mesmo inspiradoras. A história continua, e somos todos, de alguma forma, personagens desse enredo.

A desconfiança nas instituições tradicionais se tornou um combustível poderoso para a ascensão de discursos populistas, criando um ciclo vicioso de desencanto que se aprofunda a cada nova crise. Essa desilusão é palpável nos rostos das pessoas que, antes engajadas, agora parecem se afastar das urnas, como se a possibilidade de mudança fosse uma promessa vazia. O que move essa sensação? Vários fatores se intercalam, mas a percepção de corrupção e ineficácia das elites políticas é certamente central.

Beiser (2007) e Löwy (2010, p. 76) identificam a origem do historicismo entre fins do século XVIII e meados do XIX especialmente no espaço geopolítico atualmente conhecido como Alemanha. Do ponto de vista científico, apresenta como hipótese fundamental que os fenômenos sociais, diferentemente dos naturais, somente são compreensíveis ao longo do processo histórico, o qual é culturalmente relativo, e que o próprio pesquisador é sujeito de sua pesquisa. Desse modo, a separação entre sujeito e objeto de investigação não é possível a partir de uma perspectiva (ou programa de pesquisa) historicista. Como afirma Poulantzas (1971, vol. I), a leitura historicista da história pressupõe uma totalidade hegeliana, "sendo o processo histórico identificado com o devir do autodesenvolvimento da Ideia" (Ibid., p. 36) (Moraes; Fonseca, 2024, p. 19).

Vemos a história se repetir em diferentes partes do mundo. A crise de confiança que se instalou, por exemplo, na Itália durante a década de 1990, desencadeou uma avalanche de descontentamento. O escândalo "Tangentopoli" expôs uma rede de corrupção que desiludiu, em um primeiro momento, todo um país. No meio desse vácuo de credibilidade, surgiram figuras carismáticas que, como salvadores, aproveitaram-se da situação para se promover. Mais

tarde, impulsionaram discursos que falavam diretamente ao povo, prometendo devolver o poder a quem realmente importava: a gente comum, que se sentia abandonada.

A desconfiança nas instituições não se limita apenas a políticos eleitos. A percepção de que a verdade é manipulada, que as notícias são distorcidas e que o que vemos na mídia é uma versão seletiva dos fatos contribui para o sentimento de alienação. As redes sociais, com suas bolhas e algoritmos, ajudam a perpetuar a ideia de que a “verdade” é uma construção a ser disputada. Isso cria um ambiente propício para que líderes populistas exponham suas narrativas simplificadas, capazes de ressoar em corações ansiosos por respostas.

The hypothesis of social class resentment addresses the challenge of how to extrapolate the main conclusions of the most recent literature on populism and transfer them to the case of Brazil, where, for instance, the very ideas of cultural backlash and negative partisanship can hardly be applied fully without considering the selective process of modernization in the country. Souza (2000) coined the term “selective modernization” to indicate a process of modernization structured around inequality and social exclusion. Against this background, a focus on the Brazilian history of slavery and underdevelopment is deemed crucial to build any analytical framework that could fit the Brazilian case ( Arretche, 2015 ; Souza, 2018 ). The democratic transition was in fact inaugurated on the basis of a huge polarization of incomes inherited from the period of the military dictatorship with more than eighty percent (80%) of the workforce having fewer than eight years of formal education, and the exclusion of the unemployed from the benefits of public health-care and social security ( Menezes-Filho; Kirschbaum, 2015 ). Such a context of enduring inequalities might explain why prior analyses have identified some patterns of voters’ behavior showing that economic voting has always been of great relevance in Brazil, along with government approval, since the advent of democracy (Carreirão; Rennó, 2019).

Under the 1988 Federal Constitution, a new system of social protection was introduced, starting what Arretche (2018) calls a process of inclusion of outsiders. Access to social rights such as health-care and education were universalized. Since then, social inequality and poverty have been tackled more effectively by state policies, this being due both to external factors (the commodities boom, for example) and the design of income-transfer policies (such as the Bolsa Família program). Beginning in 2002, the PT took the lead in this process, and social policies favoring outsiders were enhanced further.

However, more importantly as concerns this study, Singer (2012) argued that the PT’s policies have impacted on the class structure of Brazilian society, which in turn has produced changes in voting behavior, altering the party preferences of different sectors of the population and the country’s voting geography ( Soares; Terron, 2008 ). For instance, scholars have pointed to a political realignment in the country, so-called Lulismo , a reference to the PT’s former president Luiz Inácio Lula da Silva ( Singer, 2018 ), which was increasingly accompanied by antipetismo (opposition to the PT) or anti-Lulismo (opposition to Lula) ( Samuels; Zucco, 2018 ). As such, although the review of the literature reveals conflicting diagnoses regarding the role of ideology ( Singer, 2000 ; Carreirão, 2002 ; Rennó; Cabello, 2010 ) – and despite the Brazilian party system’s low level of institutionalization and extreme fragmentation – its role in structuring voting behavior has grown dramatically as a result of the two-party competition between the Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) and the PT in presidential elections between 1994 and 2014.

The most recent history of political confrontation in Brazil tells the story of the decline of the PT, which began with Lula handing the presidential office over to Dilma Rousseff in 2010 and continued until the protests of June 2013, in which millions took to the streets demanding an end to corruption and improvements to public services (Tatagiba; Galvão, 2019). By the end of 2014, an enormous corruption scandal (Operation Lava Jato) was added to this scenario, affecting a sizable proportion of the country's political and economic elites, especially in the ranks of the PT. Lastly, the largest recession in the country's economic history began in early 2015, generating unemployment rates of over thirteen percent (13%), and increasing inequality and social insecurity. In 2016, President Rousseff was impeached, corruption scandals continued to erupt as operation Lava Jato marched on, and the economy remained in recession. It was in this context that the 2018 presidential election took place (Valente; Borba, 2023).<sup>2</sup>

É fácil ser levado por essa maré, e a polarização que se forma entre os que ainda acreditam nas estruturas tradicionais e aqueles que buscam alternativas não faz mais do que aprofundar a separação. As pessoas começam a se identificar com os que criticam as

---

<sup>2</sup> A hipótese do ressentimento de classe social enfrenta o desafio de como extrapolar as principais conclusões da literatura mais recente sobre populismo e aplicá-las ao caso brasileiro, em que, por exemplo, as próprias ideias de cultural backlash (reação cultural) e negative partisanship (partidarismo negativo) dificilmente podem ser plenamente utilizadas sem considerar o processo seletivo de modernização no país. Souza cunhou o termo “modernização seletiva” para indicar um processo de modernização estruturado em torno da desigualdade e da exclusão social. Nesse contexto, o foco na história brasileira de escravidão e subdesenvolvimento é considerado crucial para construir qualquer estrutura analítica que possa se adequar ao caso brasileiro.

A transição democrática foi inaugurada, de fato, com base em uma grande polarização de rendas herdada do período da ditadura militar, com mais de oitenta por cento (80%) da força de trabalho tendo menos de oito anos de escolaridade formal e com a exclusão dos desempregados dos benefícios de saúde pública e seguridade social. Tal contexto de desigualdades persistentes pode explicar por que análises anteriores identificaram certos padrões de comportamento eleitoral mostrando que o voto econômico sempre teve grande relevância no Brasil, junto à avaliação do governo, desde o advento da democracia.

Com a Constituição Federal de 1988, foi introduzido um novo sistema de proteção social, dando início ao que Arretche denomina um processo de inclusão dos excluídos (outsiders). O acesso a direitos sociais, como saúde e educação, foi universalizado. Desde então, a desigualdade social e a pobreza passaram a ser enfrentadas de forma mais eficaz por políticas estatais, em parte devido a fatores externos (como o boom das commodities) e também ao desenho das políticas de transferência de renda (como o programa Bolsa Família). A partir de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a liderar esse processo, ampliando ainda mais as políticas sociais voltadas aos excluídos.

Mais importante para este estudo, Singer (2012) argumenta que as políticas do PT impactaram a estrutura de classes da sociedade brasileira, o que, por sua vez, produziu mudanças no comportamento eleitoral, alterando as preferências partidárias de diferentes setores da população e a própria geografia do voto no país. Diversos estudiosos apontam um realinhamento político no país, denominado Lulismo, em referência ao ex-presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que foi progressivamente acompanhado por antipetismo (oposição ao PT) ou antilulismo (oposição a Lula). Assim, embora a revisão da literatura revele diagnósticos divergentes sobre o papel da ideologia — e apesar do baixo nível de institucionalização e da extrema fragmentação do sistema partidário brasileiro —, observa-se que o papel dos partidos na estruturação do comportamento eleitoral cresceu significativamente em razão da competição bipartidária entre o PSDB e o PT nas eleições presidenciais entre 1994 e 2014.

A história mais recente do confronto político no Brasil narra o declínio do PT, iniciado quando Lula transmitiu o cargo presidencial a Dilma Rousseff, em 2010, e que se estendeu até as manifestações de junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas exigir o fim da corrupção e melhorias nos serviços públicos. Ao final de 2014, um enorme escândalo de corrupção — a Operação Lava Jato — foi adicionado a esse cenário, atingindo uma parte significativa das elites políticas e econômicas do país, especialmente nas fileiras do PT. Por fim, a maior recessão da história econômica brasileira teve início no começo de 2015, gerando taxas de desemprego superiores a 13% e ampliando a desigualdade e a insegurança social. Em 2016, a presidente Rousseff foi destituída, os escândalos de corrupção continuaram a emergir com o avanço da Lava Jato, e a economia permaneceu em recessão. Foi nesse contexto que ocorreu a eleição presidencial de 2018.



instituições, reforçando uma narrativa que ecoa sua própria dor e frustração. São discursos que prometem revolução, que falam em devolução de poder e que se eleva como um grito de liberdade. A dinâmica entre o cidadão comum e as instituições se torna um jogo de acusações, onde os populistas são vistos como os únicos que compreendem o desespero da população.

Esse encontro dramático entre desconfiança e carisma pode ser imprevisível. Um líder populista muitas vezes não precisa de um plano detalhado; eles vendem a ideia de ação imediata, um desejo de mudança palpável que preenche o vazio deixado pelas promessas quebradas. O que faz a conexão tão intensa, por exemplo, é a capacidade de traduzir as queixas e anseios da população em uma linguagem simples, acessível, como se estivéssemos conversando ao pé do ouvido em um momento de crise.

No fundo, o que está em jogo é uma redefinição de prioridades. À medida que os cidadãos se afastam da política tradicional, o eco da desconfiança explode em cada esquina, dando espaço a novas falas e vozes até então abafadas. E é nesta paisagem sociopolítica cheia de desconfiança, tais discursos se enraízam cada vez mais. É uma dança delicada entre a desesperança e a busca por um novo caminho, enquanto as promessas do futuro se desvanecem como brumas ao amanhecer.

A globalização, com suas complexo desafios e promessas sedutoras, tem sido um elemento central na ascensão do populismo em muitos contextos contemporâneos. O fenômeno não se limita apenas à troca de produtos e serviços; ele envolve também uma intensa troca cultural e, muitas vezes, uma percepção de ameaça à identidade local.

Conforme as economias locais são pressionadas para se adaptar a uma competição global, muitos trabalhadores sentem a pressão de um sistema que parece não entregar o prometido. É neste ambiente de insegurança que o populismo encontra um terreno fértil. Líderes carismáticos aparecem como salvadores, oferecendo soluções simplistas para problemas que, na realidade, são complexos e enraizados em décadas de políticas econômicas e sociais. Eles exploram a nostalgia por tempos mais simples e seguros, prometendo restituir o que foi perdido e proteger o que ainda resta do influente exterior.

Não é apenas na retórica que o populismo se alimenta das incertezas geradas pela globalização. É através das narrativas que se criam em torno dos impactos pessoais. O

empresário que viu sua pequena fábrica sucumbir à concorrência externa pode contar como perdeu tudo, fazendo com que suas emoções se tornem o solo fértil para as sementeiras populistas. O apelo emocional é um potente combustível, e a retórica de antagonismo – o “nós contra eles” se tornamos irresistível.

Ao observar relatos de diversas partes do mundo, vemos como a identidade nacional é frequentemente explodida em discursos que prometem um retorno às tradições, à autenticidade. O que um dia foi um orgulho local, agora é comprometido. Essa luta entre o local e o global não é apenas econômica, mas se transforma em uma batalha cultural. Um exemplo claro vem das eleições em alguns países europeus, onde o crescimento dos partidos populistas coincide diretamente com o aumento do desconforto social em relação à imigração e à integração econômica.

E há também o fenômeno da busca por pertencimento. As comunidades, muitas vezes, se encontram desprovidas de conexões que sustentam vínculos sociais. A insegurança econômica que a globalização pode gerar se alinha com um sentimento de isolacionismo, onde o familiar se torna um refúgio e o desconhecido uma ameaça. Os populistas aproveitam esta fragilidade, não só prometendo prosperidade, mas criando um forte laço emocional que se apoia em identidades segmentadas e em um nacionalismo exacerbado.

As histórias pessoais de frustração, perda e busca por identidade se entrelaçam com a experiência global. Esta intersecção revela um panorama onde a globalização, em vez de ser uma ponte, se torna um espaço repleto de desconfianças. Ao final, as narrativas que emergem desse atendimento simultâneo são potentes. Elas não apenas ilustram essa realidade complexa, mas também revelam como os sentimentos de insegurança e identidade são usados para fomentar discursos populistas que prometem restaurar uma ordem que muitos acreditam ter sido desmantelada. A impressão que fica é de que, na busca por soluções simples para desafios profundos e reais, pessoas se unem em torno de um novo tipo de esperança que, embora sedutora, carrega as sementes de uma nova divisão.

Na complexa rede sociopolítica que envolve a ascensão do populismo, exemplos concretos de países e comunidades que vivenciaram essa transformação podem iluminar a discussão de maneira surpreendente. Vamos dar uma olhada mais de perto em países europeus que passaram por crises econômicas severas, como a Grécia e a Itália. A crise grega, por

exemplo, não foi apenas um choque econômico, mas um terremoto social. Esse cenário propiciou o crescimento de partidos como o Syriza (Mudde, 2015), que se apresentaram como salvadores em meio à tempestade. As narrativas pessoais incessantes sobre famílias inviabilizadas pela austeridade financeira não foram meras estatísticas; elas traduziram uma revolta latente contra um sistema que parecia ter esquecido do cidadão comum.

Na Itália, a ascensão do Movimento 5 Estrelas se deu em um ambiente similar. Entre conversas acaloradas em cafés e mesas de jantar, as pessoas partilhavam angústias: "Como vamos pagar nossas contas?", "O que é essa vida? Um dia trabalhando para pagar o dia do outro!" A conexão com os políticos tradicionais foi rompida, enquanto figuras carismáticas souberam transformar essa frustração em militância. O que antes era um bocejo coletivo diante da política se transformou em um grito por mudança. Entre uma mordida de pizza e um gole de vinho, a Itália viu crescer a fé em discursos que desafiavam a complexidade das crises globais, prometendo resolver tudo com soluções às vezes simplistas, mas cativantes.

E ao falarmos de populismo, não podemos esquecer os casos no Brasil. A figura de líderes que se alimentam da insatisfação com o sistema tradicional ecoa nas ruas, nas praças, onde as vozes pedem por justiça e reconhecimento.

(...) A luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, crítica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora (Löwy, 2010, p. 42).

A ascensão do populismo não se alimenta apenas de dados e números, mas de uma conexão emocional intrínseca entre pessoas e suas frustrações. É a intersecção entre crises econômicas e a desconfiança nas instituições que prepara o solo fértil para a emergência de vozes que, de algum modo, gritam por atenção e mudança. O populismo encontra sua força, não na lógica, mas na ausência de soluções que ressoem de maneira honesta e verdadeira com as experiências de vida diárias.

Desenvolvimento econômico e modernização política e social são definidos aqui como processos de mudança estrutural, com a transição total sendo concebida como um processo cumulativo, no qual a qualquer momento os resultados de seu curso anterior se tornam incorporados como fatores determinantes no posterior curso de transição (Germani, 1969, p. 156).

Refletir sobre esses casos não só ilumina a importância do contexto sociopolítico, mas nos mostra as realidades que moldam as experiências humanas. Por detrás de cada discurso populista, há seres humanos com histórias complexas, e é essa intrincada teia de vivências que deve ser cuidadosamente desvendada e escutada.

## 1.2 A resposta das instituições democráticas ao populismo

O populismo, com suas promessas de renovação política e apelo ao povo, tem desafiado os partidos políticos tradicionais de forma sem precedentes. Diante do avanço de figuras carismáticas e discursos que prometem soluções rápidas para problemas complexos, muitos partidos se viram numa situação tensa, entre a necessidade de manter a relevância e a urgência de reconquistar a confiança dos eleitores. Para enfrentar essa maré, as instituições políticas começaram a se reinventar.

Democracia é uma palavra “pesada”, que traz consigo uma série de pressupostos. Sua origem etimológica grega remete, também, a uma história do pensamento político e à fundação de uma percepção do mundo ocidental, sobretudo o europeu. Esse peso reverbera em muitas das questões de pesquisa que tomam a democracia como parte do problema. Uma delas é a de questionarmos se por democracia entendemos algo distintamente ocidental. Essa é uma das frentes propriamente antropológicas abertas por Graeber (2007), que nos provoca a pensar: o que é a democracia? É uma palavra que designa o que surgiu na Grécia antiga ou é uma prática pela qual sujeitos em situação de igualdade deliberam tendo em vista o seu destino em comum? Isso nos leva a outras perguntas: seria possível encontrar outras formas de democracia moderna que não as historicamente desenvolvidas na Europa e nos EUA? E, mais ainda, será que as definições de democracia (liberal) como um sistema de governo que se ancora em determinadas instituições é algo necessário ou contingente? E se pensarmos as democracias realmente existentes em contraponto aos modelos prescritivos e normativos com base nessa experiência histórica euro-americana? Essa última pergunta pode ser um dos passos para uma antropologia da democracia (...)

Trabalhos hoje clássicos como os de Palmeira (2004) e Heredia e Palmeira (2006) compõem o quadro no qual vemos as eleições brasileiras em sua dimensão ritual. Ainda que a reflexão sistemática sobre democracia não tenha sido o enfoque privilegiado da antropologia da política nacional, boa parte das análises estão direcionadas à política em regimes e contextos democráticos. O olhar etnográfico permitiu que fosse observado como se dão as relações no cotidiano e de que maneira o ingresso no “tempo da política” as altera, gerando efeitos sociais de faccionalismo e de pertencimento nas comunidades estudadas. A política eleitoral promove relações de conflito que possuem mediadores autorizados e um desfecho esperado com a apuração dos votos, capaz de evidenciar qual das facções possuiu maior adesão local. Spencer (2007, p. 72 et seq., tradução nossa) observou fenômeno muito semelhante com uma comunidade budista no Sri Lanka, chegando a dizer que as eleições, enquanto ritual, eram uma “performance da democracia”, na qual as regras de polidez e a paz cotidianas eram deixadas de lado temporariamente e se assumia a centralidade do conflito como próprias do pluralismo e (ant-)agonismo democrático, fazendo com que votar fosse uma maneira de se diferenciar moralmente dos demais. Distanciando-se das posições que chama de histórico-culturalistas, Spencer (2007, p. 93-94) afirma que seu interesse não está em observar como certas instituições (como as eleições) são interpretadas localmente, mas em como geram efeitos a ponto de considerar que a própria “política” é um dos resultados desse processo e não uma dimensão preexistente. O trabalho de Koch (2017, p. 228, tradução nossa), por outro lado, ao pesquisar sobre o referendo que decidiu sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, nos permitiu perceber justamente como essa prática política foi interpretada localmente. A singularidade do referendo frente às eleições ordinárias demonstrou como o voto foi utilizado para fazer valer a insatisfação (com o governo e, também, com as eleições, vistas como não tendo efeito ou resultado na vida das pessoas). O

desencantamento com a democracia e com a experiência de cidadania foi expresso por meio de uma prática democrática, evidenciando as “moralidades cotidianas”. Koch (2017, p. 249, tradução nossa) nos permite observar que em um país central da formulação do pensamento ocidental moderno o entendimento local sobre eleição possui muitas semelhanças com o de países periféricos, e que também ali há “tentativas de inserir expectativas e moralidades cotidianas nas disputas da política eleitoral”. Porém, observar o desenvolvimento das eleições em contextos periféricos marcados historicamente pela dominação colonial desloca ainda mais nosso entendimento dessa prática ritual. É assim que Rafael (2022, p. 6-17), por sua vez, reconstrói o percurso histórico filipino e coloca em cena a estratégia colonial estado-unidense de contrainsurgência por meio do voto e das eleições. Apesar do estabelecimento de meios democráticos, os fins eram antidemocráticos, isto é, a introdução de eleições pela ocupação colonial dos EUA “era parte de um conjunto de práticas de governo desenhadas para regular a participação política de maneiras que garantiriam a ordem colonial enquanto preservavam a desigualdade social essencial àquela ordem” (Rafael, 2022, p. 10).

(...) Compreender com sutileza a complexidade da vida social contemporânea em seu cotidiano democrático envolve novos e renovados desafios. Nos tópicos abaixo iremos abordar alguns deles, como o caráter alegadamente democratizante das novas mídias como forma de expressão e de auto-organização e a consequente digitalização da política, cujos impactos algorítmicos estão por serem melhor conhecidos. Associadas a isso, vemos a crescente disseminação de “fake news” e as dificuldades de comunicação e de produção de verdade política num contexto permeado por teorias de conspiração, que segmentam a população. Além disso, esse cenário parece alimentar(-se) (d)as transformações no entendimento do populismo como forma política, colocando em questão se essa forma vem necessariamente atrelada a um conteúdo (anti-)democrático. Por fim, a presença dos religiosos na política brasileira recente nos obriga a prestar mais atenção aos processos de formação de subjetividades ético-políticas da população, reconhecendo que a cidadania é um conjunto de práticas coletivas que formam subjetividades e se sustentam em comunidades morais (Dullo; Hatzikidi; Cesarino, 2023).

Primeiramente, vale ressaltar a tentativa dos partidos de reformular suas propostas e discursos. Ao perceberem que as velhas estratégias já não ressoavam mais com uma população cada vez mais crítica e exigente, muitos começaram a incluir em suas campanhas elementos que antes eram vistos apenas como marcas do populismo. Por exemplo, a ideia de maior participação direta do público nas decisões políticas passou a ser explorada por partidos que, até então, defendiam um modelo mais tradicional e centralizado de governança. Isso foi, de certa forma, uma tentativa de dialogar com as pessoas que clamam por mais voz e por um papel ativo na construção das políticas que afetam suas vidas.

Um exemplo significativo pode ser visto na Europa, onde partidos centristas, ao perceberem a crescente ascendência de movimentos populistas de direita, começaram a incorporar em seus discursos uma série de pautas populares e sociais. Em vez de se distanciarem ainda mais da população, algumas instituições optaram por uma estratégia de “absorção” da crítica populista, tentando pegar emprestados elementos que atraíam a atenção e a simpatia dos eleitores. Essa mudança também se refletiu na linguagem utilizada nas campanhas, que se

tornaram mais emocionais e acessíveis, tentando estabelecer uma conexão direta com o eleitorado.<sup>3</sup>

Entretanto, a resposta dos partidos variou significativamente ao redor do mundo. Na América Latina, por exemplo, muitos partidos foram forçados a adaptar suas plataformas em resposta a uma demanda crescente por políticas inclusivas que abordassem desigualdades históricas. Os efeitos do populismo na região foram tão profundos que levaram partidos de centro-esquerda a adotarem discursos mais radicalizados, buscando capturar a paz social e a justiça econômica. Às vezes, a linha entre proposta legítima e retórica populista se tornou tão tênue que ficou difícil até para os próprios eleitores discernir essa diferença.

Ainda assim, houve reações imprecisas, com alguns partidos mais conservadores optando por ignorar a ascensão do populismo, acreditando que a sua estrutura política sólida e testada garantiria a lealdade dos eleitores. Contudo, essa postura muitas vezes resultou em uma alienação ainda maior, com os eleitores se voltando para figuras populistas que prometiam guiar a nação por águas turbulentas, mesmo que isso significasse adotar uma abordagem menos convencional ou muitas vezes unilateral.

Portanto, a reinvenção dos partidos políticos não se resume apenas a uma questão de retórica ou estratégia de marketing. É um profundo reconhecimento de que, para se manterem relevantes, as instituições precisam ir além da mera disputa de quem conhece melhor as reivindicações populares. É preciso criar um espaço autêntico de diálogo, onde as vozes das pessoas sejam ouvidas e consideradas. Elas devem se sentir parte do processo político, não apenas como espectadores passivos.

Em meio a esse cenário, a pergunta que surge é: até que ponto as mudanças adotadas pelos partidos políticos conseguem realmente fazer sentido para os eleitores? Será que essas adaptações são suficientes para mitigar o apelo persuasivo e emocional que os populistas frequentemente utilizam? O que se percebe, nesse sentido, é que a narrativa populista, por mais sedutora que seja, coloca os partidos tradicionais em uma posição crítica. Se não se adaptarem ao novo contexto e às demandas emergentes, correm o risco de serem ofuscados por alternativas

---

<sup>3</sup> PESTANA, Maurício. *O crescimento da extrema-direita na Europa*. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/colunas/mauricio-pestana/internacional/o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa/>.

que prometem ações rápidas e soluções diretas, muitas vezes à custa de um debate mais profundo e complexo. Seu impacto varia conforme contexto histórico, maturidade institucional e estratégias de liderança: pode ser uma força inclusiva, como na Bolívia, ou autoritária, como na Hungria de Orbán (Müller, 2017).

As instituições democráticas estão diante de um verdadeiro teste de fogo. Portanto, as respostas ao populismo não se restringem a estratégias de campanha, mas insinuam uma metamorfose mais abrangente nas práticas e na própria essência da política. Os partidos, ao buscarem reinventar-se, precisam se lembrar de que a autêntica conexão com a população vai além do simples discurso; requer a disposição de ouvir, envolver e realmente transformar as vozes da sociedade em práticas efetivas de governança.

A literatura observa um conjunto de elementos mobilizados que denotam o populismo (Waisbord, 2013). O primeiro deles é a evocação do povo (Laclau, 2013; Prior, 2021). Isso se dá porque os movimentos populistas, partidos ou líderes frequentemente utilizam o termo para se colocarem como genuínos representantes populares, fazendo uma oposição entre o povo (puro e moralmente elevado) e os outros/elites (enquadrados como degenerados e/ou privilegiados). Nesse sentido, a oposição “povo” x “outros/elites” está no core do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017), variando, conforme o contexto, as concepções de quem é o povo e de quem são os “outros” e as “elites” em questão (Barros e Lago, 2022). Nesta estrutura narrativa, existe um culpado pela crise – os outros ou as elites –, que são considerados inimigos a serem combatidos para a superação do problema daquela sociedade. Esses “outros/elites” podem ser definidos em termos de classe, de religião, de instituições de veto (horizontais e verticais) e de sistemas peritos (como a ciência e a imprensa), de modo que o populismo tende a ser também antissistêmico (O’Donnell, 1998) (Bachini; Oliveira; Cará, p. 164, 2023).

As organizações da sociedade civil emergem como verdadeiras fortalezas contra as ondas de populismo que, em muitos contextos, parecem querer desfigurar os valores democráticos. Essas instituições, com suas diversas vozes e canais de atuação, desempenham um papel essencial na mediação das preocupações dos cidadãos, reafirmando a necessidade de participação ativa e da defesa de direitos fundamentais. Porém, o que elas fazem para se tornarem esse contrapeso?

Um bom exemplo é a atuação de movimentos sociais que buscam mobilizar a população em torno de pautas como educação, saúde e meio ambiente. Eles fazem isso através de campanhas de conscientização, fóruns comunitários e reuniões abertas. Um desses momentos é quando um grupo de jovens se reúne em uma praça, discussões fluem forte; há risadas e momentos de reflexão, e, nesse espaço informal, surgem ideias que, quem diria, podem mudar



realidades. O que parece um encontro despretenso pode se tornar o embrião de uma proposta inovadora que capta as aspirações de uma comunidade.

A verdade é que essas organizações frequentemente se tornam ponte entre o cidadão e o poder público. O compartilhamento de informações, a promoção da transparência e o incentivo à fiscalização são algumas das ferramentas que utilizam para garantir que as vozes mais vulneráveis não sejam silenciadas. Elas não apenas escutam as queixas da população, mas também mobilizam esforços para criar diálogos construtivos entre governos e cidadãos. É como aquele velho ditado: "quem não é visto não é lembrado." Quando as vozes da sociedade civil se tornam audíveis, geram pressão sobre os governantes, fazendo-os lembrar que são servos públicos.

Um aspecto fascinante é a habilidade dessas organizações em ressoar com as preocupações imediatas da população, ao mesmo tempo em que oferecem uma alternativa racional aos discursos polarizadores que frequentemente dominam a cena política. Elas promovem um ambiente onde se pode discutir e debater, longe das balanças ideológicas extremas. Essas vozes se tornam conduítes de mudanças, onde as histórias reais de cidadãos são trazidas à tona, mostrando a realidade inegável que, por muitas vezes, os líderes populistas não conseguem ou não querem ver.

É curioso pensar nos desafios que enfrentam essas organizações. Muitas vezes, é no terreno da inconformidade que emerge o vigor inovador que elas trazem. No entanto, a resistência também é palpável. Elas lidam com a desconfiança de uma parte da população que, assediada por narrativas de insatisfação e desesperança, hesita em acreditar na possibilidade de mudança através de meios institucionais. Aqui, uma pergunta se impõe: como manter vivo o espírito da transformação quando o cansaço parece preponderar?

Casos de sucesso não faltam. Existem movimentos que conseguiram, por exemplo, traduzir lutas locais em campanhas nacionais, ganhando destaque e atraindo a atenção dos meios de comunicação e dos formuladores de políticas.

Ao olharmos para o impacto dessas organizações, vemos que o seu papel transcende a mera resistência ao populismo. Elas têm a capacidade de transformar a agenda política, de democratizar a informação e de reavivar a esperança. Além disso, para que uma democracia

floresça em sua plenitude, é imprescindível que essas vozes se mantenham ativas e sejam apoiadas. Afinal, a essência de uma democracia não se encontra apenas nas instituições, mas na capacidade de diálogo, no respeito às diferentes opiniões e na busca constante por um espaço inclusivo e acolhedor.

Tendo em vista a complexidade e a nuances do fenômeno populista, as respostas governamentais surgem em um espectro amplo, refletindo a diversidade de contextos políticos e sociais ao redor do mundo. É possível observar que muitos governos começam a se conscientizar da necessidade de balancear a urgência popular por mudanças imediatas com a manutenção de uma plataforma democrática. Nesse cenário, algumas administrações optam por implementar uma série de políticas inclusivas, que atendem às demandas emergentes da população, enquanto outras reagem com restrições severas e legislações destinadas a silenciar vozes, potencialmente criando um clima de tensão e divisão ainda mais profundo.

Um exemplo significativo é a abordagem adotada por certos países latino-americanos, onde governos têm buscado responder às promessas populistas com programas de bem-estar social. Essas políticas visam atender áreas cruciais como saúde e educação, reconhecendo que a insatisfação social frequentemente se alimenta da falta de acesso a serviços essenciais. Ao mesmo tempo, essas ações são criticadas por falta de sustentação a longo prazo, levando a questionamentos sobre sua eficácia genuína. A implementação de políticas é muitas vezes um teste de fogo para a administração: será que estão realmente ouvindo o clamor do povo, ou apenas tentando apaziguar a situação?

Na busca para balancear a situação, os desafios surgem. Muitos líderes tentam combinar políticas que promovam ideias inclusivas com a necessidade de resposta rápida às exigências sociais, mas encontram um impasse. A questão é como avançar sem temer as consequências de suas escolhas. A pressão por reformas imediatas muitas vezes se choca com a necessidade de uma abordagem mais ponderada e baseada em evidências. Tentar atender a todos os lados pode levar a um estado de paralisia, onde nenhum avanço significativo é feito.

Além disso, a fé na capacidade das instituições democráticas de se adequarem a essas mudanças é frequentemente contestada. A desconexão entre o eleitor e seus representantes pode dar origem à frustração e à desconfiança. Quando governantes falham em dialogar com as

esperanças e preocupações da população, o espaço para o populismo se expande como uma erva daninha, preenchendo lacunas que a política tradicional poderia ter evitado.

Ao revisitar as abordagens adotadas, é evidente que a solução não reside em fórmulas únicas ou simplificadas. Cada país apresenta desafios singulares e as respostas devem ser meticulosamente adaptadas para atender às suas realidades. O que conseguimos aprender com essas tentativas é que a democracia requer um compromisso constante com a participação ativa e a escuta genuína das vozes populares. Retomar esse diálogo é essencial para que a relação entre a sociedade e suas instituições permaneça saudável e produtiva. Ao observarmos as respostas ao populismo, a pergunta que fica é: estamos verdadeiramente dispostos a aprender com as falhas do passado e construir um futuro mais inclusivo?

verifica-se que a tática de demarcação de fronteira – nós x eles –, com tons de mensagens críticas ou hostis, é constante, porém entre os “eles” estavam os adversários e partidos em disputa, as instituições políticas, a mídia e as minorias, conferindo a esse “nós” não somente um caráter antissistêmico, mas também antipluralista, fraturando a diversidade do povo (Bachini; Oliveira; Cará, p. 183, 2023).

A eficácia das respostas institucionais ao populismo pode ser avaliada a partir de diversas perspectivas, e isso nos leva a refletir sobre o estado atual da democracia. É essencial considerar se as estratégias desenvolvidas pelos partidos políticos, pela sociedade civil e pelos governos realmente conseguiram conter os efeitos disruptivos do populismo a longo prazo. Muitas vezes, a correlação entre ações institucionais e a percepção popular é uma dança delicada, onde cada passo dado representa uma tentativa de alinhar as demandas imediatas da sociedade com as necessidades de um sistema democrático estável.

As experiências em diferentes partes do mundo nos mostram que as reações podem ser bastante variadas. Em alguns países, a tentativa de oferecer um espaço de diálogo produtivo e transparência nas decisões levou a um renascimento da confiança nas instituições. Em contrapartida, há lugares onde as respostas foram marcadas mais pela repressão e pela tentativa de silenciar vozes críticas, o que pode acabar criando um ciclo vicioso de desconfiança e radicalização. A história tem nos ensinado que medidas repressivas, além de ineficazes, podem alimentar uma narrativa de vitimismo entre os adeptos do populismo. Mas também sem elas, o populismo radical poderia nos levar a uma ditadura. Um exemplo marcante é a forma como algumas democracias, enfrentando a ascensão do populismo, abraçaram políticas inclusivas

visando diretamente os anseios populares. Essas políticas vão desde a reforma do sistema de saúde até a realização de consultas populares sobre questões controversas. Ao implementar essas medidas, as instituições buscaram não apenas responder às demandas por mudanças, mas também dar um passo em direção à reconquista da legitimidade e da confiança. No entanto, a realidade é repleta de nuances. Pode-se observar que há uma linha tênue entre atender a pressões populares e comprometer o valor essencial das instituições democráticas. Quando governos sentem a pressão de atender instantaneamente a demanda da população, pode ocorrer um desvio das boas práticas que sustentam a democracia. Em algumas situações, a urgência de implementar reformas deixou de lado a análise cuidadosa e meticulosa dos potenciais impactos a longo prazo, o que pode também gerar frustração e desilusão política.

Vale destacar o papel fundamental da sociedade civil como um ator que pode fazer a diferença. Muitas organizações têm, com sucesso, promovido iniciativas que buscam não apenas frear a onda populista, mas também incentivar um debate construtivo. Elas trazem à mesa preocupações e vozes que frequentemente são ignoradas nas narrativas dominantes. Em várias ocasiões, suas ações têm funcionado como um bálsamo em meio a crises, gerando um espaço onde o diálogo se torna possível e as pessoas podem se sentir ouvidas e valorizadas. Essas organizações respiram vida nas democracias, oferecendo alternativas racionais e inclusivas que desafiam o discurso polarizante e reduzem a toxicidade do debate político. A sabedoria dessa abordagem proposta pelas organizações da sociedade civil reside em sua essência de estar mais próxima das realidades cotidianas das pessoas. Elas conseguem sentir e refletir as emoções, as frustrações e os sonhos contidos na população. Num mundo cada vez mais acelerado, onde a desinformação floresce, poder resgatar a voz da razão e da empatia é um dos presentes mais significativos que podemos oferecer à democracia.

As tentativas de enfrentar o populismo revelam muito mais do que um simples jogo de poder político. Elas nos confrontam com questões profundas sobre a natureza da democracia e a relação entre o governo e seus cidadãos. À medida que as respostas institucionais continuam a se desenrolar, fica a pergunta: estamos, de fato, construindo instituições mais robustas, ou estamos apenas lidando com os sintomas sem enfrentá-los diretamente? Cada passo dado nessa complexa dança deve nos levar a uma reflexão essencial sobre o futuro das democracias e como, coletivamente, podemos moldar um ambiente onde as vozes de todos sejam ouvidas e respeitadas. As lições aprendidas nos lembrarão que, em última análise, uma democracia

saudável não se sustenta apenas em respostas rápidas, mas sim na construção de um diálogo contínuo e numa construção coletiva de esperança e responsabilidade.

### 1.3 Populismo e a mídia: dois lados da mesma moeda

A relação entre populismo e mídia é uma dança complexa, um entrelaçamento feito de tensionamentos e interações que moldam a opinião pública. A mídia, com seu imenso poder de influência, serve como um canal crucial para a disseminação das ideias populistas. Os líderes populistas, por sua vez, são mestres em utilizar esse canal a seu favor, buscando sempre criar narrativas que ressoem profundamente com o público. É um jogo delicado, onde cada passo é cuidadosamente calculado. Em suma: povo incorpóreo e líder evocado configuram duas faces do mesmo processo (Bachini; Oliveira; Cará, p. 183, 2023).

É nesse contexto que a mídia entra em cena, atuando como amplificadora dessas mensagens. E levando até mesmo este líder ao mais alto escalão de Poder no País. No entanto, a situação não é assim tão simples. Olhar mais de perto revela um cenário de tensão, onde jornalistas se esforçam para manter a imparcialidade, mesmo diante de pressões que muitas vezes parecem sufocantes. E isso não é apenas uma questão de ética profissional; é uma batalha entre a busca pela verdade e o desejo por cliques e visualizações.

Por exemplo, em muitos países, líderes populistas tentaram silenciar a imprensa, minando a credibilidade das notícias. Esses líderes muitas vezes rotulam jornalistas de “inimigos do povo”, uma tática que não só intimida os profissionais da mídia, mas também alimenta a polarização da opinião pública. Enquanto isso, outros questionam se a mídia realmente está fazendo o seu papel em manter a democracia vibrante.

O que observamos é que o papel da mídia não é apenas de relatar, mas de interpretar um mundo em constante evolução. Em muitos casos, as publicações são levadas a fazer escolhas difíceis. Por um lado, precisam reportar, por outro, devem considerar as repercussões de suas palavras. O resultado pode se traduzir em narrativas que, além de insuflar fervor nas massas, por vezes ecoam um discurso que, na verdade, é nocivo.

E o impacto disso nas redes sociais? As dinâmicas que surgem na intersecção do populismo com a mídia tradicional e as novas plataformas são reveladoras. A partir do momento em que um conteúdo é compartilhado nas redes sociais, ele se torna uma nova forma de capital político, que pode ser usado por líderes populistas para legitimar suas ações ou atacar

adversários. Isso acaba criando um ciclo vicioso, onde a confiança na informação se vê dilacerada e o efeito “fake news” se alastrando como uma praga.

As consequências dessa relação complexa são profundas. A polarização das opiniões se intensifica, e a desconfiança em relação às informações veiculadas aumenta. Os cidadãos, muitas vezes, se tornam prisioneiros de suas próprias crenças, consumindo somente o que confirma seus pontos de vista pré-estabelecidos. Nessa ciranda, fica evidente que é um terreno pantanoso, onde a verdade e a mentira dançam juntas em uma coreografia bem ensaiada. O chamado “efeito Bolsonaro”, como discutido anteriormente, escancara essa dinâmica ao elevar o confronto à regra, deslegitimando instituições e promovendo narrativas simplificadas e inflamadas que encontram terreno fértil em uma sociedade já fragmentada. Todavia, diferente de ideologias que interpretam a sociedade na divisão de classe ou nação, o populismo em si elabora esta divisão exclusivamente pela moralidade (Mudde, 2017, p. 29; Cleen, 2017). Enquanto o povo é puro e autêntico, sustentando valores e opiniões que beneficiam a todos, a elite prioriza interesses especiais, defende seus próprios privilégios e é alienada dos verdadeiros valores e opiniões compartilhados pelo povo (Rummens, 2007, p. 408).

Nesse cenário, cabe questionar: até que ponto a mídia pode realmente atuar como um guardião da verdade? Essa é uma pergunta que ecoa. E, ao final, somos todos envolvidos nesse jogo – leitores, jornalistas, políticos. Uma aura de responsabilidade e o desejo por um discurso mais honesto é um caminho que todos devemos considerar. Afinal, a saúde da democracia depende da qualidade da informação que circula. Neste contexto de instabilidade informativa, entender a relação entre populismo e mídia torna-se essencial para navegarmos de maneira consciente por essas águas turbulentas.

Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2020),<sup>4</sup> exploram os desafios contemporâneos impostos pela desinformação no ambiente digital e propõe estratégias para enfrentá-los. Os autores introduzem o conceito de desordem informacional, que é subdividido em três categorias:

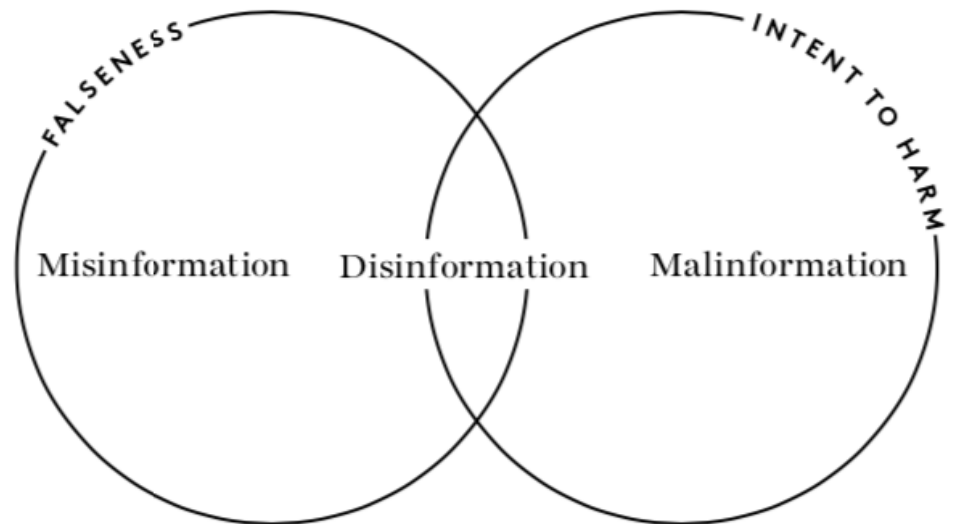
---

<sup>4</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *The age of information disorder. In: Investigating disinformation and media manipulation.* DataJournalism.com. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-disinformation-and-media-manipulation/the-age-of-information-disorder>.

Desinformação: Conteúdo criado deliberadamente para enganar ou manipular, muitas vezes com objetivos políticos ou econômicos, como teorias da conspiração ou campanhas enganosas.

Má-informação: Informações verdadeiras, mas compartilhadas de maneira prejudicial, como vazamento de dados pessoais ou divulgação de informações sensíveis fora de contexto.

Informação Errônea: Dados incorretos disseminados sem a intenção de enganar, frequentemente resultado de erros de interpretação ou falta de verificação.<sup>5</sup>



<https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>

As redes sociais transformaram profundamente a paisagem política contemporânea, tornando-se o palco onde líderes populistas se destacam com sua retórica contundente e apelativa. Você já notou como é fácil se perder na rolagem infinita de informações? Nas redes, um tweet pode alcançar milhares em questão de minutos, e essa velocidade se torna um combustível poderoso para a disseminação de ideias. Em meio a essa efervescência digital, a capacidade de se conectar, de tocar no coração das pessoas, torna-se essencial. Os líderes populistas, muitas vezes carismáticos, utilizam essa plataforma não apenas para comunicar suas visões, mas para mobilizar sentimentos e emoções que ressoam com suas audiências.

Facilmente navegando por um feed de notícias, nos deparamos com um vídeo de um político que muitas vezes aparecia nas redes. Cercado por uma multidão, gesticulando com fervor e transmitindo mensagem que promete quanto alarma. A forma como se dirige ao público, como se cada palavra fosse uma verdade absoluta. Nesta descrição esta a essência do

<sup>5</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *The age of information disorder*. In: *Investigating disinformation and media manipulation*. DataJournalism.com. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-disinformation-and-media-manipulation/the-age-of-information-disorder>.



populismo, uma conexão quase visceral, que faz com que as pessoas se sintam parte de algo maior, como se suas vozes, por meio desse canal, pudessem finalmente ser ouvidas.<sup>6</sup>

Claire Wardle (2020), em seu artigo "Understanding Information Disorder" publicado pela First Draft, propõe uma tipologia para classificar os diferentes tipos de desinformação que circulam no ambiente informacional contemporâneo. Essa classificação é fundamental para compreender as nuances da desinformação e desenvolver estratégias eficazes de combate.

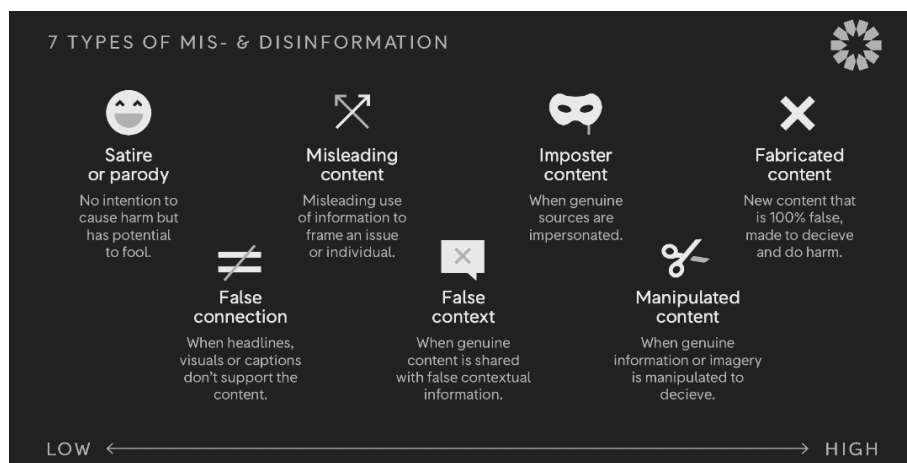
1. Sátira ou Paródia: Conteúdos humorísticos que, embora não tenham a intenção de causar dano, podem enganar o público quando tomados como informações verídicas. Por exemplo, artigos satíricos que são compartilhados como se fossem notícias reais.
2. Falsa Conexão: Ocorre quando manchetes, imagens ou legendas não correspondem ao conteúdo real. Um exemplo seria uma manchete sensacionalista que distorce o conteúdo do artigo para atrair cliques.
3. Conteúdo Enganoso: Informação que é deliberadamente manipulada para enganar o público. Isso inclui o uso seletivo de dados ou declarações fora de contexto para apoiar uma determinada narrativa.
4. Contexto Falso: Quando informações genuínas são compartilhadas com informações de contexto falsas. Por exemplo, uma foto verdadeira de um evento antigo apresentada como se fosse atual para enganar o público.
5. Conteúdo de Imitação: Imita fontes genuínas para enganar, como sites falsos que se passam por veículos de mídia confiáveis. Um exemplo seria um site que copia o layout de um jornal renomado para disseminar informações falsas.
6. Conteúdo Manipulado: Informação ou imagens genuínas que são alteradas para enganar. Isso inclui fotos editadas ou vídeos adulterados para mudar seu significado original.
7. Conteúdo Fabricado: Novos conteúdos que são 100% falsos, criados para enganar e causar danos. Por exemplo, notícias completamente inventadas sem qualquer base na realidade.<sup>7</sup>

Essa tipologia destaca a complexidade da desinformação e a necessidade de abordagens específicas para cada tipo de conteúdo falso ou enganoso. Compreender essas categorias é essencial para jornalistas, pesquisadores e o público em geral no combate à desinformação.

---

<sup>6</sup> BBC BRASIL. *Bolsonaro vira alvo de inquérito no STF por ligar vacina contra Covid à Aids*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vira-alvo-de-inquerito-no-stf-por-ligar-vacina-contra-covid-a-aids/>.

<sup>7</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Understanding information disorder*. First Draft. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>.



<https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>

Os autores destacam<sup>8</sup> que a desordem informacional é amplificada pelas plataformas digitais e seus algoritmos, que priorizam conteúdos capazes de gerar engajamento, favorecendo o sensacionalismo e a polarização. Essa lógica algorítmica, alimentada por cliques e interações, tem contribuído para a disseminação de notícias falsas, especialmente aquelas que exploram emoções e divisões sociais.

A desordem informacional gera uma série de impactos negativos na sociedade, destacando-se a erosão da confiança nas instituições, o enfraquecimento da coesão social e o aumento da polarização política. Esses fenômenos são agravados pela dificuldade crescente de distinguir entre fatos e ficção, o que compromete o papel do jornalismo e a saúde das democracias. Wardle e Derakhshan (2020) também apontam os desafios enfrentados pelos jornalistas, que precisam lidar com o ciclo acelerado de produção de notícias. A velocidade com que informações são publicadas e compartilhadas torna a verificação e contextualização mais difíceis, aumentando o risco de erros e a propagação de informações equivocadas.<sup>9</sup>

Por outro lado, essa mesma democratização da informação traz à tona um dilema - o que acontece quando esse poder de alcançar multidões não é acompanhado de responsabilidade? A viralização se transforma em uma faca de dois gumes. Grandes verdades e mentiras escandalosas têm o mesmo potencial de se espalhar rapidamente. As redes sociais, ao

<sup>8</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *The age of information disorder*. In: *Investigating disinformation and media manipulation*. DataJournalism.com. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-disinformation-and-media-manipulation/the-age-of-information-disorder>.

<sup>9</sup> WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *The age of information disorder*. In: *Investigating disinformation and media manipulation*. DataJournalism.com. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-disinformation-and-media-manipulation/the-age-of-information-disorder>.

facilitarem a criação de conteúdo, proporcionam também um terreno fértil para discursos simplistas e polarizadores. Os dados são alarmantes. Estima-se que uma grande porcentagem de conteúdo compartilhado nessas plataformas não é apenas superficial, mas deliberadamente enganoso.

As redes oferecem um espaço onde, em vez de informações bem fundamentadas, vemos um desfile de opiniões que, muitas vezes, se baseiam mais em emoções do que em fatos. Essa relação conflituosa entre a emoção e a verdade parece estar no cerne da estratégia populista. Ainda, ao considerar o povo uma entidade homogênea em que não existe dissensos, a ideologia populista firma o entendimento de que a expressão da vontade geral existe, é transparente, absoluta e pode ser representada (Mudde, Kaltwasser, 2017, p. 18). Para isso, exalta-se a superioridade do “senso comum” no processo de reivindicação da representação exclusiva do povo e afirma-se que se assimila a vontade geral do povo porque se faz parte dele ou se pensa como ele (Mudde, 2017).

Os líderes populistas, portanto, aproveitam-se magistralmente desse ambiente. Eles não se limitam a emitir declarações; eles criam um fenômeno. Ao cantarolar uma mensagem poderosa que é fácil de entender e, muitas vezes, até cativante, eles conseguem fomentar uma base de apoio sólida. Algumas histórias que viralizam têm um tom quase místico, como poções mágicas que prometem resolver descontentamentos. E em uma sociedade faminta por respostas claras e rápidas, essa narrativa se torna irresistível.

E há algo mais, quase uma dança entre a audiência e o conteúdo. Lembra-se de como reagimos quando ouvimos algo que ressoa com nossas frustrações? É nesse ponto que a manipulação se torna eficaz. Os manifestos populistas muitas vezes apelam para o que há de mais básico em nós: o desejo de pertencer a um grupo, de encontrar um vilão a quem culpar. Essa polarização intensa, cultivada nas redes sociais, não apenas torna a conversa política mais pobre, mas também mais explosiva.

Não podemos ignorar o papel essencial dos algoritmos que regem essas plataformas. Eles não só facilitam a disseminação da informação, mas selecionam o que vemos, criando bolhas que reforçam nossas crenças. “Você já pensou na última vez que esteve no Facebook ou Instagram e viu uma postagem que realmente te fez refletir?” Essa reflexão muitas vezes se perde em meio a um mar de conteúdos que buscam apenas engajamento. A luta pela verdade

se torna uma batalha intrincada, desfocada pela ilusão das redes sociais e a velocidade com que a atenção humana é capturada e, ao mesmo tempo, perdida.

Essa trama de emoção e estratégia, ressoando pelas redes sociais, ergue um novo altor nas relações sociais e políticas. O crescimento do populismo, alimentado por redes que possibilitam uma comunicação direta e instantânea, apresenta não apenas um desafio, mas também uma oportunidade para que possamos refletir sobre nosso papel nesse cenário. Seremos meros espectadores ou participantes ativos na busca por uma comunicação mais honesta e autêntica? Essa é a pergunta que ecoa à medida que seguimos adiante, navegando por esse mundo dinâmico onde a verdade e a manipulação dançam em um ritmo frenético.

A desinformação e as fakes news emergem como armas poderosas no arsenal dos líderes populistas, moldando a dinâmica política de maneira impressionante. Na verdade, é intrigante como a manipulação da informação se tornou uma estratégia essencial para criar divisões, fomentar desconfiança e alimentar narrativas que agradam a um determinado público. O conceito de “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” parece ganhar vida própria nesse contexto, onde a mentira não apenas se torna um meio para alcançar fins políticos, mas também um caminho para fomentar uma identidade coletiva em torno de um discurso simplista.

Um exemplo notável dessa tática pode ser visto em várias campanhas eleitorais recentes. Lembremo-nos de como, em um determinado país, um candidato se aproveitou de uma crise de saúde pública para disseminar informações enganosas sobre a vacina, insinuando que havia uma conspiração global por trás do desenvolvimento do imunizante. Informação ou desinformação? A resposta deixava muitos confusos, mas o objetivo parecia claro: transformar incertezas em apoio. A narrativa foi construída com base em emoções intensas, explorando o medo e a desconfiança da população. Aquela história, contada repetidamente em grupos e redes sociais, se espalhou como um incêndio em um dia seco.

A intensidade emocional que acompanha a desinformação é uma ferramenta poderosa. Ao articular mensagens que ressoam com as inseguranças e frustrações das pessoas, muitos líderes populistas conseguem justificar suas ações, criando um vilão a ser combatido. Outro caso emblemático é aquele em que se acusou a mídia tradicional de ser parte de um "sistema" corrupto, fazendo com que a população começasse a ver qualquer crítica à administração como uma tentativa de golpe. As fakes news não apenas confundem, mas servem para reforçar um

senso de unidade entre os apoiadores, uma espécie de irmandade fundamentada na rejeição do outro.

Contudo, não podemos esquecer que essa estratégia também tem suas falhas. Um exemplo disso ocorreu em uma eleição europeia, onde uma campanha massiva de fake news foi descoberta e desmascarada por jornalistas que se empenharam em restabelecer a verdade (Cazarré, 2018).<sup>10</sup> Ao trazer à tona as origens das informações e expor a manipulação, a mídia não apenas conseguiu desacreditar um discurso populista, mas também tentou recuperá-la ainda que temporariamente a credibilidade. Essa linha entre sucesso e fracasso é estreita, e o público caminha por ela, muitas vezes se perdendo em meio a tantas distorções.

O papel da desinformação na polarização da sociedade é inegável. Quando as pessoas são alimentadas com mentiras que ecoam suas crenças prévias, a capacidade de dialogar se deteriora. Tentar convencer alguém da verdade se torna quase uma missão impossível. Aquilo que poderia ser um debate saudável termina se transformando em um confronto ideológico, onde a empatia e a compreensão perdem força.

A desinformação também provoca um efeito colateral: a criação de bolhas de informação. As redes sociais, para esclarecer, funcionam como um amplificador dessas fake news. O que um dia poderia ser apenas um boato se torna viral, atingindo a velocidade da luz em grandes plataformas, reforçando ideologias e distorcendo verdades. Isso não apenas afeta o ambiente político, mas também as relações interpessoais, tornando-as mais tensas e carregadas de desconfiança. Cada clique, cada compartilhamento, contribui para um cenário em que a verdade e a mentira se entrelaçam de maneira confusa, exigindo que cada um de nós, cada dia mais, questione a autenticidade das informações que chegam até nós.

Quando olhamos para o contexto contemporâneo, percebemos que a batalha contra a desinformação e as fakes news é incessante. A responsabilidade sobre o que consumimos e como reagimos a essa avalanche de informações cai sobre as nossas costas. Precisamos nos debater com a ideia de que, nas mãos dos líderes populistas, a desinformação não é um mero acidente; é uma estratégia meticulosamente arquitetada. Portanto, ao nos tornarmos leitores

---

<sup>10</sup> CAZARRÉ, Marieta. *Países europeus combatem desinformação na web de formas distintas*. Agência Brasil, Lisboa, 8 jul. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/fake-news-paises-europeus-combatem-o-problema-de-formas-distintas>.

críticos e questionadores, estaremos não apenas defendendo a verdade, mas também fazendo uma escolha ativa pelo diálogo e pela realidade uma escolha que é essencial para a manutenção de uma sociedade mais justa e esclarecida.

A cobertura do populismo pela mídia tradicional revela um panorama repleto de desafios, especialmente em tempos em que a pressa e a superficialidade parecem dominar o cenário informativo. A pressão por cliques e visualizações frequentemente leva veículos a sacrificar a profundidade analítica em nome de um conteúdo mais atrativo e sensacionalista. Isso acaba criando um ciclo vicioso: para capturar a atenção de um público em constante zapping, a mídia se vê compelida a adotar narrativas que, embora possam ser mais emocionantes, não necessariamente refletem a complexidade dos temas em discussão.

Interessante notar que essa dinâmica não se limita apenas à busca pelo lucro imediato. A própria natureza incendiária do discurso populista frequentemente encontra eco nas estruturas narrativas da mídia. A polarização que ele gera não entrega apenas audiência, mas cria um espetáculo dos conflitos, convertendo debates em batalhas retóricas onde a verdade muitas vezes fica à mercê da análise superficial e do escândalo. Não podemos deixar de observar que esse caminho é, no fundo, um atalho perigoso. Uma informação cuidadosamente apurada pode ser ofuscada por manchetes que gritam e instigam, enquanto a análise que poderia promover um entendimento mais aprofundado passa a levantar poeira e se perde no vácuo.

A adaptação da mídia tradicional a esse novo cenário não deve ser apenas uma tentativa de sobrevivência, mas também um chamado à responsabilidade. Alguns jornalistas e veículos têm tentado romper com essa tendência convergindo para uma comunicação mais honesta e fundamentada. Existem vozes corajosas que continuam se esforçando para resgatar o espaço da análise criteriosa, mesmo em formatos que atraem o público jovem e dinâmico.

O desafio é não sucumbir ao canto da sereia que diz que uma história só é válida se for vendável em sua essência mais básica. Em um momento em que as plataformas digitais estão saturadas de conteúdo manipulado e superficial, a escolha por relatar com integridade é, sem dúvida, um ato de bravura. Nas palavras de Müller (2016, p. 35, tradução nossa):

o que distingue os políticos democráticos dos populistas é que os primeiros fazem reivindicações representativas na forma de hipóteses que podem ser empiricamente desacreditadas com base nos resultados reais de procedimentos regulares e

instituições, como as eleições. [...] os populistas, ao contrário, persistirão com sua reivindicação representativa não importando o quê; como a sua reivindicação é de natureza moral e simbólica – e não empírica – ela não pode ser refutada.

Essa batalha não deve ser vista como uma luta isolada; na verdade, todos nós, enquanto consumidores de informação, temos um papel a desempenhar. A crítica construtiva à mídia, a busca por fontes confiáveis e o questionamento de narrativas simplistas são ferramentas que podemos usar para reivindicar uma cobertura mais rica e informativa.

Diante desse cenário complicado, é fundamental que a mídia tradicional reflita sobre suas práticas e encontre maneiras de se reinventar. O desafio de cobrir o populismo não se resume apenas em registrar o fato; é também sobre explorar as implicações mais profundas que esses movimentos têm na sociedade.

Novos métodos de análise, perspectivas críticas e um compromisso contínuo com a verdade são essenciais para pavimentar o caminho que a mídia deve trilhar, em busca de um espaço onde a informação não apenas informe, mas também ilumine. Podemos todos nos tornar mais coerentes e críticos em relação ao que consumimos, acompanhando essa luta por um entendimento mais claro e responsável da realidade que nos rodeia.

## 2. A MOBILIZAÇÃO POPULAR E A PARTICIPAÇÃO CÍVICA

As dinâmicas sociais que caracterizam o populismo são fascinantes e complexas, apresentando um fenômeno capaz de agitar as massas e reacender a chama da mobilização popular. Quando falamos de populismo, não nos referimos apenas a uma retórica simplista; estamos diante de um caminho repleto de emoções, pertencimento e, muitas vezes, uma frustração coletiva que parece reverberar através das gerações.

Histórias de mobilizações em diferentes momentos históricos mostram como líderes carismáticos conseguem cerzir um elo com suas bases. Achemos que dar um passo atrás pode ajudá-lo a ver mais claramente. Vamos lembrar da ascensão de figuras como Getúlio Vargas no Brasil ou, numa escala global, de líderes como Hugo Chávez na Venezuela. Ambos exploraram a insatisfação popular, usando discursos que falavam diretamente às aspirações e angústias de suas comunidades. Lembrando que isso não é história antiga, mas uma realidade que se atualiza constantemente, com novos rostos e novas linguagens. Como toda ideologia, o populismo pode resultar na concretização de ações, para além da defesa de pontos de vista ou opiniões.

Esse movimento é pudicamente chamado de “a voz do povo”, e, em meio a bandeiras e cantos, ali estão corações pulsando juntos. A habilidade desses líderes de tocar as feridas e as esperanças das pessoas com uma retórica incisiva transforma o que poderia ser uma mera insatisfação em um clamor retumbante! E aqui entra um ponto essencial: o sentimento de comunidade, de que fazemos parte de algo maior, nos torna mais proclives a nos mobilizarmos. No fundo, todos desejamos ser ouvidos, sentir que nossas vozes importam.

Mas é preciso ter cuidado. Muitas vezes, essa mobilização levanta questões sobre sua autenticidade e sua origem. A pergunta que surge quase que espontaneamente é: até que ponto essa participação é genuína? Estamos falando de um envolvimento legítimo ou estamos apenas seguindo a maré de um carisma fascinante, um verdadeiro efeito manada, mas, por sua vez, manipulador? O que nos leva a refletir sobre o papel muito ativo das redes sociais nesse cenário.

Quem diria que um simples post poderia galvanizar uma multidão? Com a democratização do acesso à informação, as plataformas digitais emergem como catalisadores fundamentais para unir vozes e transformar descontentamentos em ação. Como não se lembrar



da Primavera Árabe, do movimento que levou ao Impeachment da primeira mulher Presidente do Brasil, onde até faculdades de ensino jurídico se manifestara a favor do Golpe, um fenômeno que mostrou como a tecnologia podia instigar revoluções, trazendo milhões de pessoas para as ruas em busca de mudança. O poder das redes sociais reside não apenas em conectar pessoas, mas também em dar-lhes uma plataforma para expressar suas frustrações, esperanças e desejos.

Logo, o que vemos é uma nova forma de participação cívica, repleta de nuances. Às vezes, parece perfeita, como a antes mencionada história de um amigo que, com seus desabafos nas redes, consegue mobilizar uma pequena, mas atuante, comunidade em torno de uma causa justa. Outras vezes, fica a dúvida: é verdade que as vozes são suas ou apenas ecos de algo maior?

No final das contas, o populismo se revela como um fenômeno que vai muito além de pessoas em posição de poder. Ele nos envolve, conecta e, ao mesmo tempo, nos instiga a questionar o que realmente sabemos sobre a participação cívica. Em meio a essa reflexão, somos desafiados a manter um olhar crítico sobre que tipo de movimento realmente queremos apoiar e como isso impacta a nossa sociedade como um todo. Estado de direito, *accountability* horizontal (pesos e contrapesos efetivos) e direitos da minoria (Coppedge, et. al., 2017, p. 253, tradução nossa). Como será abordado, a interpretação do povo como entidade homogênea e a compreensão da vontade geral efetivadas pelo populismo levam à adesão a tendências autoritárias (Mudde, Kaltwasser, 2017).

A participação cívica é uma realidade complexa e multifacetada, especialmente em tempos em que a mobilização popular é influenciada por figuras carismáticas. Ao aprofundar nossa análise, é essencial considerar diferentes facetas do engajamento do cidadão. Em um primeiro momento, podemos refletir sobre se essa participação é realmente espontânea ou se é guiada por narrativas que ressoam profundamente nas emoções e anseios coletivos, criando um ambiente propício para que o ativismo floresça, mas sob a sombra da manipulação.

A democratização da informação, impulsionada pelas redes sociais, transformou a forma como os cidadãos se relacionam com a política. A facilidade de acesso a conteúdos informativos e a possibilidade de interação direta com figuras públicas significa que qualquer um pode fazer a sua voz ser ouvida. Ao mesmo tempo, essa mesma ferramenta é utilizada para

disseminar ideais, muitas vezes distorcidos, que podem agradar àqueles que se sentem representados.

Por outro lado, o conceito de participação pode ser visto sob uma lente crítica. Quando observamos grandes mobilizações que, à primeira vista, parecem unir o povo, não podemos esquecer das motivações subjacentes. Que ocorre quando manifestações que começavam como reivindicações justas, mas logo se transformaram em palcos para discursos inflamados, onde a liderança carismática pode eclipsar vozes individuais.

É intrigante perceber como os sentimentos populistas, que se alimentam de frustração e esperança, podem criar laços intensos entre líderes e suas bases. A empatia, nesse cenário, torna-se uma força motriz, capaz de mobilizar pessoas em torno de uma causa, mas também, por que não dizer, de criar divisões.

A reflexão sobre o que significa participar vai além de simplesmente estar presente em atos públicos ou assinar petições. Significa também ponderar as implicações desse engajamento para as instituições que sustentam a democracia.

É um dilema fascinante e preocupante ao mesmo tempo. Enquanto a participação cívica é vital, devemos nos perguntar: onde reside a linha entre um clamor democrático legítimo e um potencial desvio que possa comprometer a própria estabilidade do sistema democrático? Esses questionamentos podem ser desconfortáveis, mas são essenciais para entendermos a relação entre a população e suas instituições, além de sua responsabilidade social. A mobilização popular, ao mesmo tempo que ressuscita esperanças, também nos força a confrontar as controvérsias que permeiam a dinâmica da participação cívica na sociedade contemporânea.

Os sentimentos populistas desempenham um papel intrigante e multifacetado nas mobilizações populares. Ao se manifestar em momentos de crise ou insatisfação, o populismo não apenas galvaniza apoio, mas também cria uma conexão emocional entre as massas e seus líderes. É quase como se, em um piscar de olhos, esses líderes conseguissem articular anseios e frustrações que, muitas vezes, permanecem latentes nas comunidades.

A empatia, nesse contexto, é uma força que vai além da retórica. É ela que alimenta a ação coletiva e a busca por mudanças palpáveis ou não. Quando grupos se mobilizam, não

fazem isso apenas por uma questão de ideologia, mas sim por uma conexão emocional que sentem com suas lideranças. Às vezes, a empatia surge de situações cotidianas que não podem ser ignoradas. O que pode parecer uma simples reação a um discurso populista se transforma em um movimento avassalador: pessoas que, inicialmente, podem estar apenas frustradas, acabam se encontrando em um sentimento comum de pertencimento e luta compartilhada. Essa dinâmica é frequentemente esquecida na análise fria dos fenômenos políticos, mas é essencial para entender a complexidade da mobilização popular.

Vale ressaltar que as redes sociais amplificam essa relação, criando um espaço onde indivíduos de diferentes partes podem encontrar um denominador comum. Quando alguém compartilha uma postagem que relata uma injustiça, não é apenas um ato solitário; é um convite para que outros também se pronunciem. É nesse cenário que a mobilização se intensifica, deixando de ser um evento isolado para se transformar em um movimento permeado de afetividade. Contudo, essa relação emotiva e a participação ativa gerada por líderes populistas nem sempre são bem-intencionadas. Muitos líderes se aproveitam da vulnerabilidade emocional das massas, manipulando essas conexões para seus próprios fins. Essa é uma linha tênue que muitas vezes levanta questões éticas sobre os limites da mobilização. Não é raro que a fervorosa defesa de uma causa leve a extremos que podem ameaçar o funcionamento saudável das instituições democráticas como o fatídico 08 de janeiro no Brasil. Afinal, pode existir um ponto em que a paixão do povo conturba a racionalidade da política, transformando os desejos coletivos em pressões massivas que podem marginalizar vozes discordantes.

A força das emoções e a capacidade de mobilização que emergem do populismo não podem ser desconsideradas ou deslegitimadas. Elas representam um campo fértil para diálogos sobre democracia, engajamento cívico e a busca contínua por justiça social. Nos dias atuais, ver pessoas se unindo em torno de causas comuns é, em muitos aspectos, um milagre moderno. Como esses momentos de união desafiam a apatia coletiva e nos lembram que, de fato, o engajamento cívico é vital para a saúde de nossas democracias. Ao mesmo tempo, devemos manter um olhar crítico sobre esses movimentos, questionando suas implicações e a genuinidade de suas intenções, sempre buscando um equilíbrio saudável entre a paixão popular e a estabilidade institucional. É nesse espaço de reflexão, entre a emoção e a razão, que a verdadeira participação cívica se torna não apenas um ideal, mas uma prática possível e desejável para a sociedade.

Enquanto observamos a dinâmica da mobilização popular, é impossível ignorar as implicações que essas ações coletivas têm sobre a política democrática e suas instituições. Uma mobilização popular pode ser vista como uma manifestação genuína da voz do povo, mas, ao mesmo tempo, desvela uma complexa teia de interações entre a vontade coletiva e a estrutura institucional. Às vezes, em meio ao fervor de um grande comício, podemos sentir uma atmosfera quase eletrônica, onde a energia das massas se transforma num eco ressonante de anseios e descontentamentos. É como se o chão sob nossos pés estivesse vibrando, uma sensação de comunidade pulsante que nos une em um objetivo comum.

Contudo, esse mesmo fervor que nos leva a lutar por um ideal pode, em certas circunstâncias, desencadear consequências que ameaçam a própria essência da democracia. O quanto essa mobilização é verdadeira e representativa dos interesses populares, e até que ponto ela pode se desvirtuar em busca de um propósito que possa, inadvertidamente, coagir ou silenciar vozes dissidentes? Aqui, reside um dilema intrigante. Podemos nos lembrar de situações em que uma liderança, carismática e envolvente, leva seus seguidores a acreditar que se trata de um movimento de todos. Moldando os contornos de um sistema que pode se tornar autoritário.

As redes sociais, por sua vez, desempenham um papel fundamental neste cenário. Elas democratizam a informação e oferecem uma plataforma para que vozes que antes estivessem em segundo plano possam finalmente ser ouvidas. Entretanto, isso traz uma dualidade. O que antes era um espaço de diálogo aberto pode, paradoxalmente, se transformar num terreno fértil para a polarização. O que poderia incentivar a diversidade de opiniões se torna um campo de batalha, onde os cliques e compartilhamentos nem sempre refletem a verdade. Um exemplo é o quão rapidamente um vídeo comovente de uma manifestação pode ser distorcido e usado para fins que não representam o espírito original do movimento. Isso levanta questões inquietantes: onde está a linha entre o ativismo autêntico e a manipulação de um discurso populista para fins pessoais?

É fascinante pensar sobre os sentimentos que permeiam onde a mobilização popular se liga à empatia coletiva. Quando uma comunidade se une em um clamor por mudança, é como se um laço invisível se estreitasse, uma corrente de paixão e luta onde cada relato de desânimo, desilusão ou mesmo esperança se transforma em um combustível que acende a chama do

ativismo. Muitas vezes, as histórias que ouvimos nos inspiram e nos despertam memórias próprias que nos conectam à luta coletiva.

No entanto, não podemos nos esquecer das normas democráticas e do funcionamento das instituições, que, em tese, existem para proteger a vontade do povo, mas pelo prisma da mobilização, podemos questionar: até que ponto as mobilizações populares realmente se alinham com esses princípios? Quando os cidadãos se tornam um mar de vozes clamando por mudanças, a pressão sobre as instituições pode ser massiva. Podemos lembrar de movimentos que, embora tenham vindo de um sentimento de solidariedade e com um objetivo nobre, resultaram em brechas nas normas democráticas, colocando em risco a estabilidade do sistema.

E aqui surge uma reflexão fundamental: qual é o limite saudável da mobilização popular? Em meio ao clamor por justiça e equidade, quando é que essa mobilização perde a sua essência e se transforma em uma ameaça? Muitas vezes, essa linha é tênue e depende do entendimento coletivo de do que é certo e do que é necessário dentro de nosso contexto democrático. Essas questões não têm respostas fáceis, mas nos desafiam a considerar a responsabilidade que temos em nosso papel ativo na sociedade. Somos de fato, agentes de mudança ou apenas peças em um tabuleiro jogado por líderes que podem nem sempre ter os melhores interesses à frente? Uma pergunta que, com certeza, deve permear a consciência de todos nós a cada grito e cada bandeira levantada.

## 2.1 Os efeitos do populismo sobre políticas públicas

O populismo é uma força que tem moldado o curso das políticas públicas de maneiras inesperadas e, muitas vezes, dramáticas, atraindo massas com promessas sedutoras, embora frequentemente irrealizáveis. É fascinante observar como essas promessas afetam não apenas as estruturas de governança, mas também o cotidiano de cidadãos comuns que, em suas esperanças, se tornam protagonistas de histórias que merecem ser contadas. A história tem mostrado que, com o tempo, as promessas se transformam em frustrações, e o desencanto se espalha como uma sombra entre aqueles que acreditaram.

De fato, é fácil ver como o populismo redefine prioridades nas agendas políticas. Ao invés de uma abordagem cuidadosa e meticulosa, que busca soluções viáveis e sustentáveis, ouvimos discursos que soam como músicas encantadoras, mas que não contemplam os solos áridos da realidade. O populismo digital mostrou-se capaz de impor no discurso político os “argumentos que devem ser tratados e fornecer a interpretação dos fatos” (Ziccardi, 2019, p. 52).

Além de afetar a população diretamente, as promessas populistas produzem um efeito em cascata nas estruturas governamentais. Mudar o foco de políticas complexas para promessas simplistas repercute nas decisões de alocação de recursos, criando descompassos que se tornam difíceis de reverter. Por exemplo, diversas iniciativas que inicialmente parecem promissoras, acabam se transformando em povoados de receitas, ou melhor, um cardápio de soluções que não se sustentam. Será que essa mudança de foco não adia o progresso real e necessário?

Os efeitos do populismo vão além da governabilidade: eles têm o potencial de transformar o tecido social. A divisão entre “nós” e “eles” se acentua, especialmente quando os líderes populistas utilizam sua retórica para criar vilões, culpando grupos por problemas que, na verdade, exigem soluções coletivas e colaborativas. Esse clima de polarização não só mina a confiança nas instituições, mas também gera um ciclo de desconfiança que alimenta fantasmas, deixando muitos a sentir que suas vozes não valem nada.

Em última análise, ousar examinar os efeitos práticos do populismo sobre políticas públicas revela um terreno minado, onde sonhos são tecidos com promessas de líderes carismáticos, mas muitas vezes desmoronam ao encontro das dificuldades reais. É essa dança

entre idealismo e pragmatismo que parece marcar o contexto populista, como ocorre com a “nacionalização das massas” (Mosse, 1995, p. 26). As vozes que ecoam nas ruas, as histórias de vida essas são fundamentais para que possamos entender o real impacto que tudo isso tem na vida de cidadãos comuns, que se veem à mercê de políticas que prometem, mas não entregam. Apenas podemos perguntar: o que vem a seguir? Como cidadãos, o que podemos aprender sobre a fragilidade dessas promessas? O que podemos fazer para exigir realidades que correspondam ao que se prometeu? As respostas não são fáceis!

As consequências do populismo nas políticas de saúde, educação e justiça social são palpáveis e, por vezes, devastadoras. Quando um líder populista assume o poder, muitas vezes vem acompanhado de promessas grandiosas que atraem o eleitorado, como prometer acesso universal à saúde, educação de qualidade para todos e justiça social, além de tarefas simples de executar para fazer parecer que suas políticas são efetivas. Todavia, na prática, as propostas podem carecer de planejamento e viabilidade, resultando em frustrações para aqueles que mais precisam.

Considerando as consequências das promessas que muitas vezes excedem a realidade prática, é difícil não se perguntar: até que ponto essas promessas são viáveis? O excesso de otimismo atirado de forma populista chega a apagar as necessidades básicas de planejamento e estruturação necessárias para políticas que realmente funcionem. E se essa realidade não for reconhecida, criam-se esperanças infundadas, cultivando um ciclo vicioso de promessas que nunca se concretizam.

A profundidade do impacto do populismo nos setores essenciais do bem-estar social é intrigante. Se observarmos as experiências compartilhadas no cotidiano por aqueles que militam nessas áreas, encontraremos uma mensagem clara: a luta por uma política pública que realmente funcione vai além das intenções; é preciso unir a visão idealista a uma execução pragmática. Sem essa harmonia, o que se tem é um emaranhado de ideais não correspondidos, gerando um sentimento de abandono. Questões como "O que poderia ser feito para alinhar promessas à realidade?" emergem naturalmente quando você se depara com as histórias reais de pessoas que vivem essas experiências diariamente.

Ao final, cabe a todos nós refletirmos sobre como a dinâmica populista não só redefine as prioridades das pautas políticas, mas também impõe uma realidade desafiadora aos cidadãos comuns que aguardam soluções para problemas urgentes.

As lições tiradas desse cenário devem nos guiar na busca por um futuro mais justo, onde as palavras não sejam apenas promessas vazias, mas compromissos que se transformem em ações efetivas, cobrindo as lacunas existentes na saúde, na educação e na justiça social.

A relação entre promessas populistas e a governabilidade revela-se como um campo minado de expectativas e frustrações. O que acontece quando um governo se compromete com promessas grandiosas, mas, na prática, enfrenta a dura realidade de sua implementação? Um dos primeiros danos é a erosão da confiança pública. Quando um líder populista, embrenhado em uma retórica envolvente e sedutora, não consegue entregar o que prometeu, os cidadãos se sentem enganados. A desilusão se propaga como uma mancha de óleo, afetando a relação entre a população e as instituições de um país... “considera que a sociedade se separa em dois grupos homogêneos e antagônicos, o “povo puro” versus a “elite corrupta”, e que argumenta que a política deveria ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004, p. 543, tradução nossa).

Essa tensão pode ser observada em diversos contextos políticos, em que governantes tentam equilibrar aspirações populares com a complexidade de governar. Recordo de um caso em que um governo local municipal onde durante as eleições um(a) candidato(a) de um partido político com ânsia pelo poder anunciou um amplo projeto de melhorias para os servidores públicos, prometendo aumento de salários, algumas promessas até mesmo inconstitucionais. O que se viu, porém, foi a falta de recursos e planejamento.

Quando os servidores que votaram de forma maciça viram que o que ofereciam para eles eram apenas palavras vazias, todos se sentiram impotente. “Esse sentimento, vivido por tantos, é a essência da frustração popular frente a promessas populistas que não se concretizam.” Crenças e valores ganham realidade porque são perpetuados por pessoas, seja por meio da enunciação de discursos, seja por meio da concretização de ações coerentes com a defesa de certa visão de mundo.



Enquanto isso, a governabilidade começa a se fragilizar. As tensões entre as bases que clamam por respostas e o governo que tenta navegar águas turbulentas se intensificam o populismo “funda a sua potência sobre o monopólio da produção das ideias, mas também e, sobretudo, das emoções” (Losurdo, 2014, p. 13). Além do desgaste emocional, essa ineficiência gera instabilidade política. A falta de transparência nas contas públicas, somada à pressão por resultados imediatos, fez com que a população questionasse a credibilidade da administração. Os ruídos de insatisfação tornam-se inevitáveis, e a sensação de que o governo brinca com a esperança dos cidadãos fica evidente.

Olhar para essas dinâmicas provoca um dilema: os líderes estão mesmo apostando no curto prazo, ao invés de construir um caminho sólido para o futuro? Nessa trajetória de promessas não cumpridas, a alternância de governo pode ser vista como uma solução a curto prazo, mas, de certa forma, perpetua um ciclo de desconfiança. Cabe perguntar: até quando a população aceitará viver, nesse ciclo vicioso de expectativas não atendidas?

Nesse contexto, a importância de um diálogo honesto emerge. Se as promessas não podem ser cumpridas, é crucial que os líderes expliquem as dificuldades e apresentem alternativas viáveis. A transparência não é um detalhe, mas uma essência fundamental para restabelecer a confiança. Perguntas como “Como podemos consertar essa relação deteriorada?” ganham força e urgência.

Nessa jornada complexa entre promessas e governabilidade, surge um aprendizado coletivo. As falhas ajudam a cristalizar a necessidade de uma política que une idealismo e pragmatismo. Trocas de experiências entre governantes, técnicos e cidadãos revelam uma verdade simples, mas poderosa: a construção de um futuro sustentável não deve se basear apenas na esperança, mas também na realidade. O que nos resta é aprender com os erros do passado e vislumbrar, com honestidade, um caminho a ser seguido. Como sociedade, devemos buscar unir forças entre expectativas e responsabilidades, redimensionando o que é possível e necessário. A esperança passa a ser uma companheira real e não uma ilusão.

É essencial, ao analisarmos políticas públicas sob a ótica do populismo, que examinemos tanto as experiências de sucesso quanto os fracassos, uma vez que ambos nos oferecem lições inestimáveis. Vamos falar sobre duas abordagens contrastantes que se

destacam no cenário populista: uma que floresceu e trouxe melhorias significativas à vida das pessoas, e outra que ficou aquém das expectativas, resultando em desilusão e frustração.

Começemos com a história de um pequeno município que, em meio às promessas de um governante carismático, implementou uma política de saúde ousada. O prefeito, recém-eleito, prometeu um sistema de saúde totalmente gratuito e acessível a todos. No início, as pessoas estavam entusiasmadas. Aquela promessa estava imbuída de esperança.

A nova gestão lançou um programa de atendimento médico que garantia consultas e tratamentos sem qualquer custo. O que se seguiu foram várias clínicas abertas e profissionais contratados em um piscar de olhos. O sistema não só parecia promissor, mas estava funcionando. Nos primeiros meses, as filas eram curtas e as pessoas estavam recebendo atendimento rápido. É claro que havia problemas como a falta de alguns medicamentos e a demanda crescente que exigia mais recursos, mas assim que o sol raiou para esse novo capítulo, a sensação era de que um milagre estava acontecendo.

Entretanto, o encanto durou pouco. Um ano depois, começou a queda. O governo, pressionado pela crescente insatisfação dos profissionais de saúde que lidavam com salários atrasados e condições precárias de trabalho, teve que enfrentar a realidade. As promessas de investimento que pareciam robustas na campanha eleitoral esbarraram em um orçamento que não se sustentava, muitos começam a se perguntar: "Se promessas tão grandiosas não podem ser cumpridas, realmente podemos confiar em nosso governo?".

Seguindo em frente, vamos considerar um exemplo negativo para a educação pública. Em um estado onde um projeto de lei ambicioso prometia transformar radicalmente as escolas, tudo parecia favorável no início. As taxas de escolaridade aumentaram e novos recursos fluíram com a ideia de modernização do ensino. Entretanto, à medida que os meses passavam, a balança começou a pender. Professores, já pressionados por salários baixos, foram ainda mais sobrecarregados com novas exigências formadas por uma metodologia que parecia mais truque do que prática. As salas de aula mudaram, mas não foram suficientes para sustentar uma educação de qualidade.

No início, as iniciativas eram inspiradoras com novos recursos tecnológicos chegando às salas. Era promissor, sem dúvida. Mas quando as promessas de formação e suporte

começaram a falhar, a pergunta que ecoa: "Como eu posso ensinar bem quando as ferramentas que eu tenho são apenas um simulacro?", O que deveria ser uma experiência enriquecedora rapidamente se transformou em um campo de batalha, onde as necessidades dos alunos e as expectativas governamentais colidiam.

Ambos os exemplos mostram que, em determinados contextos, as promessas populistas têm o potencial de gerar efeitos positivos que podem mudar vidas. Porém, a falta de estrutura e planejamento adequado resultam em políticas que acabam se desmoronando, levando a um ciclo de frustração e desconfiança.

Essas narrativas têm o poder de engajamento. Elas nos impulsionam a refletir não apenas sobre falhas, mas também sobre o que constitui uma política verdadeiramente eficaz em uma sociedade populista. Para que possamos avançar, é vital que sempre resgatemos esse aspecto humanizado em nossas discussões. Ao considerar as vivências de pessoas comuns, conseguimos formar uma compreensão mais profunda do que as políticas públicas significam de fato. O futuro depende, em grande parte, da nossa capacidade de levar essas lições adiante, escutando e aprendendo com as histórias que verdadeiramente importam. E, no final, é a lição que cada um leva para casa que pode, um dia, moldar um amanhã mais justo e significativo.

## 2.2 Populismo em Tempos de Crise: O Caso da Pandemia

O início da pandemia de COVID-19 foi um verdadeiro campo de batalha para a comunicação e a liderança. Enquanto muitos cidadãos se viam perdidos em meio a informações desencontradas e notícias alarmantes, os líderes populistas, em várias partes do mundo, reagiram de maneiras que revelaram muito sobre suas agendas e a forma como encaravam a responsabilidade pública. Havia aqueles que, inicialmente, pareciam subestimar a seriedade da crise, adotando uma postura de negação, algumas declarações que, honestamente, deixavam qualquer um perplexo. O tom leve e despreocupado, como se uma catástrofe não estivesse prestes a se revelar, ecoou em discursos de líderes que buscavam minimizar a gravidade de uma pandemia que crescia de forma avassaladora.

O Estado Democrático de Direito busca superar as barreiras enfrentadas pelo Estado Social, aperfeiçoando os mecanismos de justiça, participação democrática e cidadania, através da racionalização do aparato estatal previsto constitucionalmente. É uma ideia híbrida—inclusive com elementos resgatados do Estado Liberal —e de difícil contenção em limites conceituais.[...] Exatamente por não se limitar a conceitos fechado se por aceitar adaptar parâmetros herdados das formulações estatais que o precederam, é que o Estado Democrático de Direito trazem seu bojo a herança do Estado Social, em paralelo com exigências advindas da reinserção do liberalismo na ordem do dia do mundo, atualmente, globalizado (Oliveira, 2020,p. 45).

Nessa dança insensata, houve tentativas de desviar a responsabilidade. Sentir aquele frio na barriga ao perceber que, enquanto isso, muitas famílias enfrentavam perdas irreparáveis, fez com que a frustração se instalasse. As decisões ou a falta delas impactaram profundamente a percepção pública. Cidadãos começaram a questionar: Quem estava realmente no controle? Os líderes populistas normalmente adoram pintar uma imagem de forte controle e proteção, mas a pandemia expôs as fragilidades em suas argumentações. Havia pessoas, em meio a essa tempestade, tentando colocar panos quentes nas angústias alheias, prometendo soluções e um retorno à normalidade que parecia cada vez mais distante.

Enquanto a comunicação oscilava entre o pânico e a esperança, um quadro se desenhou: a confiança nas instituições começou a ruir. O que deveria ser um momento de solidariedade e união rapidamente se transformou em um campo para a polarização. A cada declaração, havia gritos das oposições e aplausos das redes sociais. O que estava em jogo não era apenas a saúde pública, mas também a compreensão de que a comunicação eficaz é um pilar fundamental em tempos de crise. Quando os sistemas falham em transmitir informações precisas e úteis, o efeito

dominó é devastador. Sou levado a pensar neste trabalho, como podemos superar isso? Como podemos reverter a imagem de líderes que não mostram responsabilidade em crises?

Infelizmente, a pandemia trouxe à tona uma oportunidade para a consolidação do poder. Para alguns líderes, a crise foi uma desculpa perfeita para adotar medidas que, antes, poderiam ser vistas como excessivas. Em meio a restrições e medidas emergenciais, a ilusão de controle foi customizada a partir da narrativa. O que pode parecer uma proteção ao cidadão, se transforma em um manto de controle e vigilância.

Diante desse cenário, retomo a pergunta inicial: como a comunicação e as decisões tomadas pelos líderes moldaram as narrativas populistas e a percepção pública durante essa crise? Ao observar a realidade que se descortinou para muitos, fica clara a necessidade de uma liderança que não só engaje a população, mas que também se mostre honesta e transparente, mesmo quando os tempos são difíceis. Com cada nova onda de informações e as histórias de vida atrás delas, a visão do que é realmente humano se tornou essencial. E é nesse contexto que precisamos nos perguntar: o que se aprende em meio ao caos?

A pandemia de COVID-19 apresentou um cenário em que o autoritarismo encontrou terreno fértil para florescer. Com o alarde da emergência sanitária, alguns líderes populistas rapidamente identificaram a situação como uma oportunidade para consolidar seu poder. Eles habilmente moldaram a narrativa de que, em tempos de crise, medidas severas e intervenções diretas eram indispensáveis para a proteção do bem-estar público. Eles se apresentaram como defensores da segurança, criando uma conexão emocional com suas bases, enquanto, por trás das cortinas, avançavam em sua agenda pessoal.

Um exemplo marcante foi a tentativa de controle da informação. Em muitos países, as vozes dissidentes foram silenciadas sob o pretexto de manter a ordem e a segurança. O que parecia ser uma necessidade de proteção logo se tornou um regime de censura, onde qualquer crítica ao governo era rotulada como "falta de patriotismo". É interessante notar como isso ressoava nas conversas cotidianas; amigos e familiares compartilhavam suas preocupações sobre o que podiam ou não dizer em público. Havia um clima de vigilância, e a liberdade de expressão foi lentamente cerceada.

É intrigante pensar no papel da comunicação. Enquanto líderes que adotaram uma postura proativa em relação à pandemia transmitiam mensagens de esperança e responsabilidade, outros, com a clara intenção de desviar a culpa, minimizavam o que acontecia. A negação do problema tornou-se uma tática comum, e a desinformação foi amplamente disseminada. Isso, por sua vez, teve um impacto direto na confiança nas instituições. Muitos cidadãos, que inicialmente se uniram em momentos de incerteza, começaram a questionar a situação e, conseqüentemente, a liderança.

Enquanto isso, o uso de emergências sanitárias para justificar restrições à liberdade de expressão tornou-se uma realidade alarmante. Os cidadãos que ousavam confrontar as narrativas oficiais frequentemente se viam alvo de ataques, não apenas verbais. E esse clima de receio gerou um efeito paralisante, empurrando a discussão pública para um espaço quase opressivo. Esse controle social, amplificado por leis temporárias, corrompeu o debate democrático, transformando-o em um monólogo ensaiado pela autoridade.

As crises, como essa, não são apenas momentos de desespero, mas também oportunidades para reavivar o controle. É preciso se perguntar: o que acontece quando líderes utilizam o medo como ferramenta para justificar sua permanência no poder? Afinal, a promessa de segurança pode facilmente revestir-se de opressão, e os cidadãos, ao buscarem proteção, podem acabar sacrificado sua liberdade. Essa reflexão é essencial em um mundo onde o populismo, disfarçado de preocupação genuína, reina em tempos de turbulência.

Quando a poeira começou a assentar, ficou evidente que a visão da democracia estava em jogo. A polarização ia além das divergências políticas; ela entrava nas casas e nas famílias. Conversas que antes eram normais se tornaram tensas debates sobre o que era certo ou errado. Os festivais de fim de ano passaram a ser ocasiões de confronto, ao invés de celebração. Ninguém imaginava que a crise sanitária iria não apenas moldar a saúde pública, mas também o tecido social de forma tão intensa. O que reflete nas interações humanas traz à tona um sentimento de insegurança, como se a própria essência do que era viver em democracia estivesse à beira de um colapso.

Nesse novo normal, surgem muitas interrogações. As instituições estão realmente à prova? Ou elas sempre foram mais frágeis do que se acreditava? Esses questionamentos, embora dolorosos, são cruciais para entendermos o que vem por aí. O futuro da democracia,

em um mundo frequentemente ameaçado por discursos populistas, depende de nossa capacidade crítica de olhar além das aparências. E, no fundo, é essa resiliência que pode gerar um renascimento no futuro, mesmo que em meio aos desafios que persistem.

A crise da pandemia de COVID-19 trouxe à tona uma série de fragilidades nas instituições democráticas que, até então, estavam mais ocultas. Durante esse período, a confiança pública nas instituições sofreu um abalo significativo, revelando como a percepção do poder e a sua legitimidade podem se alterar dramaticamente em situações de crise. A experiência vivida por muitos cidadãos chegou a ser um reflexo do descontentamento com essas estruturas. As eleições realizadas em meio a restrições impactaram diretamente a participação dos cidadãos, gerando incertezas sobre se as decisões tomadas eram realmente representativas das vontades populares ou meramente respostas a uma situação de emergência.

Diversos cidadãos foram compelidos a participar do processo eleitoral em contextos marcados por severas restrições às suas liberdades civis. Tal situação revela uma contradição profunda entre o ideal democrático e a realidade vivida por parcela significativa da população.

Esta experiência singular evidencia como cenários adversos podem, paradoxalmente, abrir espaço para o fortalecimento da consciência cidadã e da deliberação democrática. Contudo, impõe-se a pergunta: como garantir esse tipo de engajamento em um país atravessado por desigualdades estruturais de acesso à informação, à tecnologia e à educação política? Em que medida é possível ampliar os instrumentos democráticos em contextos nos quais a comunicação é precária e grande parte da população encontra-se à margem das decisões públicas? Essas questões revelam o desafio contemporâneo de construir uma democracia inclusiva, que ultrapasse as barreiras materiais e simbólicas que limitam a participação efetiva de muitos cidadãos.

Trata-se de uma vivência que presenciei pessoalmente no exercício da advocacia eleitoral, experiência que me marcou profundamente e reforçou a importância de se refletir criticamente sobre os limites da participação democrática em tempos de crise.

A metafísica clássica e a metafísica moderna, ou seja, o positivismo que acredita em essências ou o que aposta no protagonismo judicial, só podem ser superadas pela “filosofia no Direito”. Essa formulação nos permite enxergar a necessidade de superar o paradigma que sustenta a existência do positivismo jurídico, permitindo-nos compreender o Direito a partir do paradigma da linguagem. Por isso, a filosofia no Direito é a condição de sua existência, pois pode funcionar com uma ponte que retiraria a aporia do positivismo jurídico e colocaria a discussão em um novo plano,

onde o protagonismo não está no objeto e nem no sujeito, pois o fundamental passa ser a linguagem (Ferreira, 2019, p. 256).

Em momentos de incerteza, o sentimento de medo pode se tornar um aliado poderoso para líderes populistas. Eles aproveitam a polarização, crescendo em popularidade enquanto prometem soluções rápidas e simplistas para problemas complexos. Podemos observar como um líder reverteu uma crise de credibilidade, mudando sua narrativa e apresentando-se como o protetor da saúde pública. Contudo, ao mesmo tempo, suas atitudes criaram um fardo sobre a liberdade de expressão. Olhando para alguns países, notamos que, sob pretextos de segurança sanitária, muitos governantes impuseram restrições rigorosas, silenciando críticos e manifestantes. Isso levantou questões: será que esse novo controle nos ajudará a navegar por crises futuras ou nos afastará ainda mais da verdadeira essência do que se busca em uma sociedade livre?

Ao refletirmos sobre as condições de vida de pessoas em diversas partes do mundo, é impossível não considerar o custo emocional de uma liberdade ameaçada. Durante a pandemia, a conexão entre pessoas foi drasticamente alterada.

A polarização também se intensificou, alimentando narrativas que dividem mais do que unem. O que vimos em muitos ambientes virtuais foi um esfacelamento dos valores democráticos fundamentais. Cada lado se isolou em suas câmaras de eco, raramente se permitindo ouvir o outro. A dificuldade de diálogo comprometeu as possibilidades de encontrar soluções coletivas. A crítica precisa ser uma via de mão dupla. Quando as comunidades não conseguem se enxergar e dialogar, a democracia se torna uma promessa vazia.

Ao olharmos para o futuro, somos desafiados a refletir sobre as lições que emergem de uma crise tão monumental. O fortalecimento das práticas democráticas se fez urgentemente necessário em um mundo em que o populismo sempre espreita as brechas. A esperança e o temor coexistem, criando um espaço em que novos movimentos sociais podem surgir. A pandemia pode ter mostrado o quão frágil é o nosso compromisso com a democracia, mas também destacou a essência da resistência humana. Seria possível, então, vislumbrar uma renovação genuína que nos leve a repensar coletivamente a forma como vivemos a política? Afinal, as crises podem, paradoxalmente, ser catalisadoras de novas formas de diálogo e ligação. E mesmo quando a tempestade parece intensa, a busca por um futuro mais justo e real pode, sim, prosperar.



A pandemia trouxe à tona uma série de lições sobre a dinâmica entre o populismo e a democracia, revelando verdades que antes permaneciam nas sombras. O que será que realmente aprendemos? A fragilidade de nossas instituições, sempre uma preocupação latente, se expôs de maneiras que não podíamos imaginar. O que me faz pensar sobre a resistência que algumas sociedades demonstraram em face de desafios monumentais. Será que, diante de tamanhas adversidades, encontramos forças que nem sequer sabíamos possuíam?

Um dos aprendizados mais intrigantes diz respeito à natureza do apoio popular. Os líderes populistas costumam se apoiar em uma imagem de proximidade, utilizando a retórica que ressoa facilmente nas emoções da população. No entanto, essa relação é delicada. Uma situação de crise pode servir tanto para fortalecer como para fragilizar essas figuras. O que antes parecia um contato direto e sincero pode rapidamente se transformar em uma tela de fumaça quando começam a faltar resultados tangíveis. Quando cidadãos comuns, notamos que as promessas não são convertidas em ações, algo muda. A confiança, que antes era quase cega, começa a se questionar.

Em tempos de crise, as estruturas de poder frequentemente se aproveitam do caos para justificar medidas que, em circunstâncias normais, seriam rejeitadas. No Brasil, assistimos a um fenômeno perturbador: políticas sociais supostamente protetoras transformaram-se, em muitos casos, em mecanismos de controle velado. A liberdade de expressão, alicerce incontestável de qualquer democracia, foi posta à prova, deixando cidadãos encurralados entre o medo de represálias e o silêncio imposto. Até que ponto uma sociedade pode sacrificar suas liberdades em nome de uma segurança supostamente maior?

As eleições, em vez de um exercício de soberania popular, tornaram-se um campo minado. Realizar pleitos em meio à crise expôs fissuras profundas no que chamamos de "democracia": a desconfiança cresceu, a polarização se radicalizou e o diálogo definhou. Como imaginar um futuro democrático vibrante quando tantos se veem excluídos do próprio processo político?

As perguntas que ficam são incômodas, mas urgentes. E o risco é claro: se a democracia se reduz a um ritual vazio, sem voz nem participação real, quem de fato governa?

Chegamos a um ponto crucial: a pandemia pode ter sido um divisor de águas no entendimento que temos sobre o nosso papel cívico. Se por um lado, o medo e a incerteza reverberaram e trouxeram riscos, por outro, surgiram passagens para um renascimento nas práticas democráticas. Existe um potencial para uma mudança profunda na maneira como nos relacionamos com o poder e com a voz de cada cidadão. Haverá um renascimento genuíno ou continuaremos a viver sob a sombra de um populismo que se nutre da divisão e da desconfiança?

Ao final, é essa dualidade que nos encontrará, o desejo de um mundo mais justo e participativo contrabalançado pela sombra do populismo que se instiga em tempos de crise. Diante dessas reflexões, o essencial é não perder de vista a esperança. Um futuro que, além de resiliente, seja também repleto de empatia e compromisso com a verdade, ainda é possível.

### 2.3 O futuro da democracia na era do populismo

Nos últimos anos, temos acompanhado um fenômeno intrigante, mas preocupante: o crescimento do populismo em várias partes do mundo. Esse movimento não surge do nada; ele é alimentado por uma série de dinâmicas sociais, econômicas e demográficas que merecem nossa atenção. Ao analisarmos essa realidade, podemos perceber que as disparidades sociais e econômicas desempenham um papel fundamental na consolidação de ideais populistas. Quando as pessoas se sentem marginalizadas, excluídas das oportunidades e dos benefícios de uma sociedade em que deveriam ter voz, a tendência é que busquem por alternativas que prometem uma mudança radical, mesmo que isso signifique abraçar soluções simplistas e, por vezes, perigosas.

O populismo, compreendido como “forma mentis” ou “estilo” político é uma construção política própria do tempo histórico sucessivo à destruição da democracia moderna (da forma mais substancial de democracia no século XX ocorrida entre 1945 e 1975), ao fim da URSS, as expansões e conquistas de posições e espaços efetuadas pelas principais forças econômicas da sociedade capitalista globalizada (as grandes corporações transnacionais, as instituições políticas internacionais, aos blocos de poder transnacionais). Na nova ordem mundial que, paradoxalmente, criou sucessivas desordens políticas na economia, na política e na cultura, o populismo contemporâneo é um ator político próprio da era do acirramento das disputas entre as forças sociais e políticas por renda e recurso, direitos e particularismos, hegemonia e poder, necessários para redefinir o senso e o sentido da sociedade e do Estado-nação: quem é membro do povo e deve ter direitos e quem não o é e, portanto, não deve tê-los; quem é o “verdadeiro” cidadão e quem não o é e deve, portanto, existir obedecendo; o que é autêntico e originário e deve, portanto, ser protegido e reconhecido como membro do povo e quem não o é e pode, portanto, ser expulso da comunidade de iguais (Zuin, 2021, p. 147).

A migração, por exemplo, tem sido um dos motores dessa transformação. Cidades estão se tornando cada vez mais diversificadas, com imigrantes trazendo novos desafios, culturas e identidades. No entanto, essa diversidade também provoca tensões, e em muitas circunstâncias, acaba alimentando discursos xenófobos e nacionalistas. Nos Estados Unidos e no Brasil, isso é particularmente visível. Movimentos populistas ganham força ao retratar os imigrantes como bodes expiatórios, desviando a atenção dos problemas mais profundos que afligem a sociedade, como a corrupção e a falta de políticas públicas efetivas.

Mas não é apenas a migração que está moldando o clima atual. O avanço das redes sociais exerce um impacto profundo nas estruturas políticas. Nunca houve um espaço tão abrangente para a circulação de ideias, tanto construtivas quanto destrutivas. O que antes era restrito ao debate acadêmico agora transita de forma massiva nas timelines de plataformas como Facebook, Instagram e X antigo Twitter. A polarização é quase palpável, com grupos se

formando em torno de posicionamentos extremos. Esse fenômeno gera não apenas a superfície de um debate político raso, mas também uma nova forma de engajamento político que se afasta do diálogo construtivo. As redes sociais se transformam em palcos onde a política se intensifica, gerando uma dança entre a informação verdadeira e as fakes news, que mais confundem do que esclarecem.

Os condutores das massas e seus meios de persuasão (...) criar a fé, quer se trate de fé religiosa, política ou social, da fé em uma obra, em uma pessoa, em uma ideia, esta é o principal papel dos grandes condutores (Le Bon, 1919, p. 99).

Além disso, a urbanização desempenha um papel crucial nesse cenário. As pessoas estão deixando áreas rurais em busca de melhores oportunidades nas cidades, onde as culturas se misturam e novas identidades emergem. Essa migração interna traz um ímpeto para a formação de identidades políticas, muitas vezes em oposição aos poderes estabelecidos. A cidade, que deveria ser um espaço de encontro e desenvolvimento, torna-se um campo de batalha onde ideais se chocam e polarizações se intensificam.

Por outro lado, não podemos esquecer que essa ruptura também fomenta o surgimento de movimentos sociais que desafiam os paradigmas tradicionais. Movimentos como "Black Lives Matter" ou os protestos pelo direito ao meio ambiente nos apresentam com uma nova configuração da política contemporânea. Muito embora esses movimentos possam, em alguns momentos, ser confundidos com o populismo, sua essência muitas vezes reside em um desejo genuíno de justiça e inclusão. Contudo, há sempre os riscos de que a linha que separa o ativismo do populismo se torne difusa; o que pode parecer uma luta por justiça pode, em mãos erradas, ser manipulado em prol de agendas populistas que visam apenas o aproveitamento de crises.

É nesse entrelaçamento complexo que observamos como o populismo encontra terreno fértil para crescer. A combinação de incertezas sociais, a desconfiança nas instituições e o anseio por mudança cria um caldo cultural que não pode ser ignorado. Torna-se essencial entender essas dinâmicas, pois elas nos oferecem pistas sobre o futuro da democracia em meio a um cenário tão volátil. Como sociedade, precisamos nos perguntar: estamos preparados para responder a esses desafios de forma a promover uma democracia mais robusta, inclusiva e, principalmente, capaz de ouvir as vozes que clamam por uma mudança real?

Os jovens de hoje têm uma capacidade impressionante de moldar a política. É como se uma nova onda de energia estivesse se levantando um tsunami de ideias que desafiam as normas de sempre. Essa geração, que se tornou expert em conectar as pontas entre justiça social, liberdade e igualdade, está redefinindo a forma como nos relacionamos com as estruturas de poder. Tudo isso se amplifica com o uso das redes sociais, onde cada "like" e cada compartilhamento podem desencadear um movimento, um simples vídeo no TikTok poderia mobilizar mais pessoas do que décadas de discursos políticos. Engraçado, não? Mas não é só isso.

Esses jovens não são apenas consumidores passivos de informações; eles são críticos aguçados. Estão sempre questionando e buscando a verdade por trás das mensagens que recebem. Em muitos casos, o que vemos é uma rejeição aos padrões tradicionais de liderança e uma busca por alternativas que sejam mais autênticas e alinhadas com seus valores. Porém, esta energia nova também traz uma responsabilidade. Será que essas vozes conseguirão evitar os erros do passado, aqueles que nos custaram tanto em termos de conquistas democráticas?

A verdade é que a luta pela justiça social já foi impulsionada anteriormente por jovens, mas a diferença está na velocidade com que as informações hoje circulam. Eu pensava, por exemplo, sobre o que ocorreu nas eleições americanas de 2020 – a mobilização dos jovens foi massiva. E isso não se limitou apenas aos Estados Unidos. No Brasil, os jovens foram fundamentais em protestos que clamavam por mudanças. Eles não estão dispostos a aceitar promessas vazias. Em cada grito de "Fora, Bolsonaro!" ou "Vidas Negras Importam!", há uma declaração clara de que a nova geração quer não apenas ser ouvida, mas também fazer parte das decisões que moldam o futuro.

Precisamente, se a regra do Estado liberal de direito é que nem sobre tudo se pode decidir, nem mesmo em maioria, a regra do Estado social de direito é aquela à qual nem sobre tudo se pode não decidir, nem mesmo em maioria: sobre questões de sobrevivência e subsistência, por exemplo, o Estado não pode não decidir, mesmo se não interessarem à maioria (Ferrajoli, 2002, p. 693).

Não podemos esquecer que essa nova forma de engajamento político é um campo minado. O desafio é equilibrar a revolta e a esperança, sem cair em armadilhas que podem, paradoxalmente, levar a um retrocesso. O que me intriga é pensar se conseguem balancear o desejo de transformação com a necessidade de diálogo. Não é uma tarefa fácil, mas é essencial.

Questiono se esses jovens conseguirão sustentar suas convicções e, ao mesmo tempo, construir pontes com quem pensa diferente. Afinal, o diálogo é a base de qualquer democracia saudável.

Vejamos os movimentos sociais. Eles podem tanto espelhar a verticalidade do populismo, ao criar um líder carismático que falha em ouvir as bases, quanto surgir de uma base sólida de participação realmente democrática. Ao fazer isso, esses movimentos podem fortalecer as vozes locais e permitir que a pluralidade de opiniões floresça em vez de se sufocar. E, convenhamos, isso é um ato de resistência. A dinâmica social atual é repleta de contradições, e a realidade é que os jovens têm o potencial de ser catalisadores de mudança, mas isso requer um esforço coletivo e consciente.

Um aspecto importante a considerar é que o acesso desigual à informação ainda persiste. Há um abismo digital que separa aqueles que têm acesso fácil à internet e à informação e aqueles que não. Como educar e engajar de forma eficaz os jovens de todas as realidades sociais? Esse é um ponto que não pode ser ignorado. A inclusão digital se torna um dos pilares para garantir que todos tenham conhecimento e participação junto ao movimento democrático.

A crítica hermenêutica do Direito defende a superação do paradigma positivista por meio da aplicação no campo jurídico dos benefícios implementados na filosofia, notadamente após o giro linguístico de Wittgenstein. O que se busca não é o retorno do objetivismo (típico das primeiras formas de positivismo) e nem uma aposta no relativismo (típico das formas positivistas pós-kelsenianas). Essa transposição, ou mesmo salto, para a fuga do positivismo e a adoção de um novo paradigma não positivista é feita por meio de uma perspectiva filosófica (Ferreira, 2019, p. 252).

A influência das novas gerações é um fenômeno poderoso e multifacetado. Eles são autênticos heróis da luta pela justiça, mas devem navegar com cautela entre as armadilhas do populismo e a necessária busca pelo diálogo. Essa luta é não apenas por um espaço na política, mas também por um espaço onde todos possam falar, ser ouvidos e, talvez, um dia, todos possamos nos unir em busca de um ideal mais elevado. A história ainda está sendo escrita.

O futuro da democracia em um cenário de populismo intrigante demanda uma análise cuidadosa das possibilidades de evolução. É fascinante refletir sobre as condições que podem transformar o populismo, e um primeiro passo nesse processo é considerar a melhoria nas condições sociais. Muitos poderiam pensar que a solução para os desafios democráticos reside na educação política, mas isso é apenas uma parte do quebra-cabeça.

Outro fator crucial é a transparência das instituições. Um governo que presta contas de suas ações e que se coloca à disposição para discutir suas decisões pode criar um ambiente propício ao fortalecimento democrático. A confiança pública não se edifica da noite para o dia; ela surge de práticas consistentes, diálogos abertos e, principalmente, do reconhecimento de que as instituições existem para servir a sociedade.

No entanto, olhar para o futuro exige também que tenhamos em mente as lições históricas. Olhando para o passado, percebemos que períodos de grande polarização frequentemente levaram à desilusão e à apatia entre a população. A pergunta que surge é: como evitar repetir os erros de outrora? A resposta pode estar na participação ativa dos cidadãos nos processos democráticos. Lembremos que um eleitor informado é mais difícil de ser manipulado. Fomentar uma cultura política que valorize a educação cívica é essencial. A introdução de programas nas escolas que incentivem o pensamento crítico e o debate saudável pode ser uma forma eficaz de preparar as novas gerações para um futuro mais inclusivo e participativo.

Além disso, podemos observar exemplos de países que, mesmo na presença de tendências populistas, conseguiram integrar essas demandas dentro de um sistema democrático saudável. A Nova Zelândia, por exemplo, tem mostrado como é possível ouvir as vozes dissidentes e ainda assim manter a democracia vibrante. Um diálogo aberto entre diferentes grupos sociais promove a integração e diminui o apelo às soluções simplistas e extremistas frequentemente associadas ao populismo.<sup>11</sup>

À medida que refletimos sobre esses possíveis cenários, vale a pena considerar medidas concretas que podem ser implementadas para mitigar os efeitos nocivos do populismo, sem perder de vista as demandas legítimas que emergem de fragmentos da sociedade que clamam por mudança. O equilíbrio é crucial. Escutar as reclamações é vital, mas proporcionar um espaço em que essas preocupações possam ser discutidas de maneira aberta e respeitosa é o caminho a seguir.

No cerne desse processo está a necessidade de um engajamento cívico efetivo. A democracia não é um estado a ser alcançado, mas um projeto em constante evolução; um empreendimento que requer a participação de todos. Os cidadãos precisam se sentir parte

---

<sup>11</sup> TRADING ECONOMICS. *Nova Zelândia - Classificação de corrupção*. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/new-zealand/corruption-rank>.

integrante do sistema, e isso inclui não apenas votar, mas também debater, opinar e cobrar ações dos seus representantes.

Mas o Estado de Direito, que já não poderia se justificar como liberal, precisou abandonar a sua neutralidade para afrontar a maré social, além de integrar a sociedade sem renunciar ao primado do Direito. O Estado de Direito deixa de ser formal, neutro e individualista para transforma-se em Estado Material de Direito, na medida em que adota uma dogmática e uma finalidade voltadas para o fomento da justiça social (Verdú, 2007, p. 91).

As instituições, por seu turno, têm um papel fundamental nessa dinâmica. Promover um debate saudável, que valorize a inclusão e a troca de ideias, pode transformar a maneira como a política é vivida nas comunidades. Ao incentivarem a participação nos fóruns locais, os governos podem estimular um ciclo positivo de engajamento que combate a polarização.

(...) as formas de positivismo estabelecidas, mesmo as que desejam negar esta possibilidade, não conseguem ofertar uma Teoria da Decisão que não aposte em uma linguagem privada do julgador. Tornar-se, de uma forma ou de outra, campo fértil para o solipsismo judicial, que possui como consequência um voluntarismo típico da filosofia da consciência. Não é por outro motivo, que Ronald Dworkin, que tem seu pensamento incorporado a CHD, critica a possibilidade de escolha dos juízes, podendo ser considerado como um não positivista, pois estaria atacando elemento fundamental do positivismo, ou seja, a discricionariedade judicial que se verifica pela ausência de uma Teoria da Decisão nos diversos modos de positivismo jurídico (Ferreira, 2019, p. 245).

O futuro da democracia diante do populismo apresenta desafios, mas também oportunidades para a inovação democrática. A convocação para a ação é clara. Não se trata apenas de observar o que ocorrerá; exige que cada um de nós se torne um participante ativo neste processo que moldará a sociedade. O futuro está em nossas mãos, e a construção de um sistema democrático mais robusto e resiliente começa com a disposição de cada um de nós em fazer a diferença.

As democracias, ao enfrentarem os desafios impostos pelo populismo, precisam desenvolver estratégias que promovam um engajamento cívico efetivo. Isso implica em reconhecer a necessidade de fortalecer os laços entre os cidadãos e as instituições democráticas. Um dos caminhos mais promissores é a educação democrática, que deve ser uma prioridade nas agendas políticas, permitindo que as pessoas compreendam não apenas os direitos que possuem, mas também as responsabilidades que vêm com a participação ativa na vida pública.



A promoção de um debate saudável é outro aspecto essencial. As instituições devem atuar como mediadores, criando espaços para diálogos inclusivos que encorajem a diversidade de opiniões. Um exemplo que vem à mente é o que acontece em algumas cidades europeias, onde fóruns comunitários têm sido utilizados para abordar questões locais, resultando em soluções colaborativas que respeitam as vozes de minorias. Ao facilitar discussões onde todos se sintam cómodos para expressar suas opiniões, essas comunidades conseguem transformar a polarização em diálogo construtivo.<sup>12</sup>

O cidadão não se sente motivado a participar da formulação de políticas públicas por meio digital por não perceber o seu impacto na atuação de seus representantes e governantes, e os parlamentares e agentes políticos e públicos, por sua vez, não se valem destes meios de interação com a sociedade pelo reduzido público alcançado (Brasil, 2017, p. 67).

Além disso, a confiança pública nas instituições é crucial. Os cidadãos devem sentir que suas vozes são ouvidas e que suas preocupações são levadas a sério. Isso, por sua vez, depende da transparência das ações governamentais. Quando as autoridades comunicam de maneira clara e honesta, o fluxo de informações se torna mais direto, e a desconfiança começa a dissipar. A experiência de alguns governos que adotaram políticas de transparência revela que a participação popular aumenta quando as pessoas reconhecem que estão informadas e que podem influenciar decisões.

Ainda, a cultura política desempenha um papel transformador. Se as pessoas são educadas desde cedo sobre a importância da diversidade e do debate respeitoso, é possível criar uma geração que valorize a inclusão. Isso requer iniciativas que permeiem as escolas, com atividades que estimulem a empatia e a compreensão das diferenças. Surgem aqui exemplos de grupos de escolas que realizam projetos de cidadania, realizando debates e maquetes sobre as diferentes ideologias, permitindo que os alunos pratiquem a argumentação e respeitem as opiniões alheias.

Quando analisou a preparação para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constatou] ausência de planejamento nacional de longo prazo, multissetorial e integrado; ausência de mecanismos integrados de monitoramento e avaliação das políticas públicas; e desalinhamento e ausência de coordenação horizontal das políticas públicas relacionadas à produção sustentável de alimentos (Acórdão 1.968/2017–TCU–Plenário). Trabalho semelhante, também coordenado pelo TCU, realizado em 2018, avaliou as políticas federais para a faixa de fronteira e constatou, entre outras coisas, que: [...] (c) fatores políticos, institucionais, operacionais e legais criam obstáculos à unidade de esforços conjuntos, haja vista conflitos de competências, jurisdições e atribuições. Em âmbito nacional os problemas de coordenação de políticas multissetoriais e multinível também se manifestam. No que concerne às políticas públicas para convivência com o semiárido,

<sup>12</sup> EuroCID – Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt>.

foram identificadas 18 políticas, 36 unidades orçamentárias e 157 ações orçamentárias, que tratam de forma direta e/ ou indireta de questões afetas à convivência com o semiárido, acerca dessas verifica-se que várias ações estão sendo executadas por mais de uma unidade orçamentária, o que pode ser um indício de que esteja havendo duplicação de esforço, ou que se necessita de uma maior coordenação entre as unidades. Mesmo nos casos em que as políticas envolvem um único setor foram identificados problemas. [Acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), no âmbito do Acórdão 2.775/2017-TCU- -Plenário, a Corte] constatou a existência de problemas de coordenação como a falta de definição clara e formal das atribuições dos principais atores interessados, fazendo com que os entes federados não reconheçam suas incumbências na operacionalização do Plano; e a ausência de normativo que explicita de que forma se dará o regime de colaboração entre os entes. (TCU, 2019)

Causas a) Maior facilidade para o gestor manter o serviço presencial e exigir documentos do cidadão; b) Falta de orçamento para investimentos em tecnologia para integração de dados; c) Falta de clareza sobre quem arca com todos os custos envolvidos na criação, manutenção, acesso e extração dos dados; d) Divergências de entendimento jurídico sobre a possibilidade de compartilhamento de informações em função da confidencialidade dos dados; Para verificar as assinaturas, e) Iniciativas anteriores insuficientes para promover o efetivo provimento de serviços públicos digitais integrados. Efeitos e riscos decorrentes da manutenção da situação encontrada a) O cidadão é obrigado a percorrer diferentes órgãos para obter as informações necessárias à sua demanda, sendo usada como meio de integração entre os órgãos, b) Impacto nos órgãos detentores de informação, que recebem a demanda de atendimento gerada por outros órgãos muitas vezes sem planejamento; c) Impacto negativo na produtividade do país, uma vez que muitos cidadãos têm que suspender as suas atividades laborais cotidianas para se dirigirem a diferentes órgãos públicos para a prestação de um serviço. (Brasil, 2017, p. 51)

Nesse cenário em transformação, não devemos subestimar a importância das vozes que clamam por mudanças. O que pode parecer uma demanda apenas momentânea pode, na verdade, ser o início de um movimento mais amplo, um despertar para a necessidade de inovações democráticas. As crises sociais e econômicas históricas muitas vezes serviram como catalisadores para novas formas de participação política. O que se observa, então, é um fenômeno onde as novas exigências da sociedade se tornam fundamentais para a revitalização da democracia.

Caminhar sobre essa linha tênue entre a resposta aos clamores populistas e a preservação dos valores democráticos exige cautela. O papel das instituições é vital, pois elas sustentam o equilíbrio necessário. Quando surgem discursos polarizadores, é precisamente o fortalecimento das instituições que pode garantir que a democracia não apenas sobreviva, mas também evolua, adaptando-se a novas realidades. É um processo definitivo de reflexão que exige a mobilização de todos os cidadãos em busca de soluções justas e iguais.

Portanto, devemos encorajar a participação ativa nas decisões coletivas, reconhecer que cada um tem um papel na construção de um futuro democrático mais robusto e resiliente. E,

acima de tudo, é imprescindível que as mudanças venham acompanhadas de iniciativas que abraçam a inclusão, a escuta e o respeito no processo político. Essa é uma chamada não apenas à reflexão, mas à ação: participar, dialogar e construir junto, pois cada passo dado em direção à valorização do debate democrático é um passo para a superação dos desafios que ainda estão por vir.

### 3. CASOS DE SUCESSO E FRACASSO: LIÇÕES APRENDIDAS

Ao olhar para a paisagem política contemporânea, nos deparamos com o espectro do populismo, que se apresenta de maneiras diversas e impactantes em diferentes contextos. Entre as experiências que surgem como exemplos significativos estão a Venezuela sob Hugo Chávez<sup>13</sup> e a Hungria com Viktor Orbán<sup>14</sup>. O fascínio exercido por esses líderes destaca uma conexão rara com a população, quase mágica em sua capacidade de envolver e persuadir, ao passo em que colocam em xeque normas democráticas estabelecidas.

Hugo Chávez, ao assumir o poder em 1999, utilizou uma retórica acessível, repleta de promessas de transformação social e econômica. A ideia de construir uma "Venezuela nova", onde o povo seria protagonista, soava como um convite irresistível, especialmente em um país com profundos desafios socioeconômicos. Chávez falava diretamente ao povo, fazendo uso das transmissões ao vivo, que tornavam os cidadãos parte do seu universo. Isso não apenas fez com que suas promessas ressoassem de maneira intensa, mas também criou uma imagem de um líder que estava ao lado do povo, pronto para lutar por eles. No entanto, essa conexão carismática não veio sem seus desafios. À medida que suas promessas começavam a desvanecer e a economia do país entrava em colapso, a resistência eventualmente emergiu, mas isso era um fruto de um crescimento gradativo inicialmente, muitos acreditavam nas promessas de um futuro esplêndido.

De outro lado, temos a Hungria, onde Viktor Orbán manobrou habilmente entre os sentimentos nacionalistas e as frustrações da população com a imigração e a globalização. Em um panorama onde muitos se sentiam desamparados e ansiosos em relação ao futuro, a mensagem de Orbán, que enfatizava "defender a Hungria", encontrou um ressoar potente. As vitórias eleitorais se consolidaram não apenas pela promessa de proteção, mas também pela construção de uma narrativa de um "nós contra eles", que polarizou a sociedade, solidificando a sua base de apoio.

---

<sup>13</sup> SILVA, D. N. (s.d.). *Hugo Chávez. Brasil Escola*. Disponível em 24 de junho de 2025, de <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/hugo-chavez.htm>

<sup>14</sup> DEUTSCHE WELLE. (s.d.). *Viktor Orbán*. DW Brasil. Disponível em 24 de junho de 2025, de <https://www.dw.com/pt-br/viktor-orb%C3%A1n/t-47806123>

Contudo, o que levou à aceitação inicial dessas propostas populistas? É essencial trazer à tona a fragilidade das instituições democráticas em ambos os casos. Em muitas sociedades, a desconfiança nas elites políticas tradicionais e a busca por um líder que parecesse autêntico e comprometido, mesmo que isso significasse ignorar princípios democráticos, abriram espaços para que práticas autoritárias fossem normalizadas. Os dados alarmantes sobre corrupção, desigualdade e falta de representação política só ajudaram a alimentar essa chacoalhada de expectativas.

Portanto, ao analisarmos esses contextos de sucesso do populismo, é visível que suas promessas, embora sedutoras, trazem à tona uma dança delicada entre conexão popular e erosão da democracia. Essas histórias não são apenas dados ou estatísticas; é a política entrelaçada de esperanças, desafios e o desejo de um futuro melhor. É um lembrete poderoso de que a política não acontece em um vácuo, mas dentro de um tecido social rico em experiências humanas.

A realidade de muitos países que vivenciaram o populismo demonstra que a euforia inicial pode rapidamente se transformar em desilusão. No Brasil, por exemplo, sob a presidência de Jair Bolsonaro, uma onda de esperança se espalhou entre os que ansiavam por mudanças radicais no espectro político. Promessas de combate à corrupção e restabelecimento da ordem atraíram apoio massivo. No entanto, à medida que o tempo avançava, as tensões sociais começaram a emergir, revelando as fissuras em uma proposta que prometia ser ideal. A devoção de muitos à figura carismática do presidente se transformou em frustração quando as expectativas não se concretizaram de acordo com o prometido.

As críticas de setores da sociedade civil são particularmente instrutivas nesse contexto. Cada fracasso em políticas anunciadas gerou não apenas descontentamento, mas também um questionamento profundo sobre a viabilidade e as consequências das promessas populistas. Enquanto a economia flutuava e a pandemia do coronavírus expunha vulnerabilidades, a luz forte que iluminava o início da gestão foi suavemente subtraída.

Na Itália, durante a administração de Matteo Salvini, um cenário semelhante se desdobrou. Salvini conseguiu gerar apoio popular por meio de discursos inflamados e propostas que respondiam ao medo e à insegurança de muitos italianos. Contudo, a falta de uma estratégia coerente acabou corroendo a confiança pública. Para muitos, era como assistir a um filme que começava intrigante, mas logo se tornava confuso e desprovido de um clímax satisfatório. Os

deslocados do debate político foram as vozes que, embora inicialmente silenciadas, tornaram-se cada vez mais audíveis em protestos e manifestações. Seria fácil seguir a maré, mas a resistência se fez presente em cada esquina, em cada conversa de café.

No ambiente digital, o populismo contemporâneo é uma forma de construção de consensos políticos que proporciona a ampliação da voz e a difusão da imagem do líder político que, diariamente, apresenta a sua opinião acerca das complexas questões sociais do cotidiano. Na investigação das manifestações estéticas e políticas de Matteo Salvini é possível observar os diversos processos de utilização política de palavras e símbolos identitários (a escavadeira, “ruspa”, utilizada concretamente para derrubar barracas, habitações e negócios informais dos imigrantes e ciganos, limpando o terreno das cidades italianas, como também, possui a função simbólica de “limpar” normas e leis constitucionais vigentes, partidos tradicionais e atores políticos na sociedade italiana; a utilização de camisetas e agasalhos com slogans estampados; a exaltação da ordem e das forças policiais e militares; a utilização do rosário e do crucifixo em comícios políticos; a retórica da “invasão” e da “clandestinidade”; a defesa da família tradicional; a defesa dos italianos; a linguagem do amor e da amizade, o apelo ao “bom senso”), de estigmatização cultural e política dos inimigos internos e externos (denominar os adversários políticos como “idiotas”, “pidiotas”, “nojentos”, “traidores”, “lixo”, “covardes”, “não são normais”, “me faz rir”, “anti-italiano”, “são loucos”, “vergonhoso”, “perdedores”, “tagarela”, “dono de poltrona” no parlamento, “tolos”, “raivosos”, “racistas com os italianos” desqualificar os intelectuais com aumentativos usados ironicamente: “intelectualzão”; “professorzão”; identificar os imigrantes como “falsos refugiados”, “delinquentes”, “traficantes de droga”, “criminosos”, “estupradores”, “proveitadores” (Salvini, 2016, 2017) (Zuin, 2021, p. 150)

O que essas experiências nos ensinam? Que as promessas populistas frequentemente carecem de fundamentação prática. Os ideais grandiosos encontram suas barreiras na realidade da gestão cotidiana e na complexidade das necessidades sociais. A resistência nascida da desilusão não é apenas um ato de oposição, mas um clamor por integridade e eficácia nas ações governamentais. Um exemplo intrigante é a sociedade civil atuante em diversas metrópoles, que se mobiliza em face das ineficiências. Muitas pessoas decidiram não se calar, buscando formas de reverter o descontentamento em ação coletiva.

Não podemos esquecer a importância dos espaços públicos de debate. O diálogo, que muitas vezes é ofuscado por retóricas inflamadas, deve ser reestabelecido. A sociedade se encontra em um momento crucial, onde a proteção da democracia é essencial. A capacidade de criticar e se opor a práticas mal fundamentadas reflete a maturidade de um povo. Além disso, a educação política se torna um instrumento vital nessa batalha. Se, da mesma forma que uma planta precisa ser nutrida para crescer saudável, a consciência política exige cuidado e atenção.

Quando olhamos para a história recente, percebe-se que os erros cometidos devem se tornar lições não apenas para os políticos, mas para toda a sociedade. As reações às falhas do populismo revelam um potencial de transformação. As vozes de cidadãos que se opuseram, que levantaram suas bandeiras em defesa de uma democracia mais sólida, ecoam na memória coletiva. Cada protesto, cada grito por justiça, reflete a resiliência de um povo que se recusa a ser tratado como simples espectador em um palco de promessas não cumpridas.

A indignação prático-acadêmica no mundo jurídico se dá em nome da defasagem conceitual desta ciência em relação à filosofia. A resistência do paradigma da subjetividade em face da intersubjetividade é tão incisiva que até parece uma cruzada contra a evolução ofertada pelas concepções que priorizam a linguagem (Ferreira, 2019, p. 154).

Como construir um futuro em que lições sejam levadas a sério? O cenário global exige uma reflexão séria. O papel das instituições e a força da mobilização social se destacam como alicerces na luta contra a erosão dos valores democráticos. A resiliência não é feita apenas de ação, mas também de comprometimento. E ao final de tudo isso, a pergunta persiste: qual será a nossa postura diante das próximas gerações? O que podemos fazer, agora, para garantir que os erros do passado não se repitam? A resposta não envolve apenas soluções imediatas, mas um pacto coletivo de vigilância e engajamento. É a responsabilidade de cada um nós, da academia, individualmente e coletivamente, proteger e nutrir as raízes da nossa democracia, para que floresçam em um futuro mais justo e humano.

Os efeitos do populismo revelam um panorama complexo que transcende os limites da política convencional. Em diversas nações onde líderes carismáticos emergiram, observamos distinções notáveis na forma como diferentes comunidades reagiram e se adaptaram aos desafios impostos por essas novas lideranças. O impacto do populismo pode variar drasticamente, e é fundamental analisar como alguns locais conseguiram manter sua institucionalidade frente a um movimento populista enfraquecedor, enquanto outros sucumbiram e enfrentaram retrocessos democráticos.

Um exemplo claro é a resistência encontrada em regiões do Chile, muitos cidadãos chilenos, traumatizados pela ditadura de Pinochet, tornaram-se vigilantes e críticos em relação a qualquer indício de autoritarismo. Esse histórico gerou um clima de resistência civil que se manifestou em diversas formas de mobilização social e política. O enfoque educacional, a promoção da alfabetização política e a capacidade crítica foram fundamentais. As comunidades

se uniram em movimentos que buscavam garantir os direitos democráticos, mesmo diante das tentativas de erosão da democracia por parte de líderes populistas.

Curiosamente, há contrastes expressivos quando se observa a resposta à retórica populista em outros contextos. Na Hungria, por exemplo, a ascensão de Viktor Orbán trouxe, inicialmente, uma onda de apoio popular. Contudo, à medida que seu governo foi consolidando o poder e minando os pilares da democracia, as vozes dissidentes começaram a emergir. Organizações civis e ativistas passaram a se mobilizar com vigor. A energia gerada em torno de direitos humanos e a defesa de instituições democráticas se mostraram cruciais para manter um espaço de contestação. O cenário húngaro mostra que a resiliência pode vir de movimentos grassroots que, mesmo diante de repressões, buscam ao menos preservar algum nível de liberdade civil.

Por outro lado, outros países enfrentaram um desafio diferente. O Brasil, sob a administração de Jair Bolsonaro, retratou a fragilidade de algumas instituições em momentos de crise. A polarização acentuou-se a níveis alarmantes, e a luta contra as propostas populistas tornou-se quase um ato de sobrevivência para determinados grupos sociais. A resistência foi impulsionada por uma fervilhante sociedade civil, onde cidadãos comuns se uniram em redes para questionar políticas públicas e assegurar o cumprimento dos direitos democráticos. A mobilização foi essencial para a construção de uma resposta coletiva e, em muitos casos, resultou em um engajamento tangível, visível nas ruas durante manifestações e protestos pacíficos.

Repare que essas histórias não são apenas estatísticas ou dados frios. Elas contêm vidas reais, anseios e frustrações. A paixão, o desespero e a esperança se entrelaçam em um relato multidimensional onde o desejo de mudar a realidade concorre com o medo do retrocesso.

As lições a serem aprendidas com essas experiências são essenciais para se compreender a luta contra a ascensão do populismo. A importância de uma educação política sólida, aliada ao acesso à informação de qualidade, emerge como um divisor de águas. Países que lograram preservar suas instituições e promover resistência ao populismo ativaram um ciclo virtuoso de participação cívica e engajamento contínuo. A dinâmica entre sociedade civil e estruturas governamentais torna-se, portanto, um campo fértil para a reflexão sobre o que significa viver em uma democracia e como cada indivíduo pode contribuir para sua proteção.



Instituições e organizações civis desempenham um papel vital como baluartes da democracia. Os exemplos de resistência exitosa, como coalizões que trabalham em prol dos direitos humanos ou da liberdade de expressão, proporcionam um caminho a seguir, um guia que nos recorda que, apesar das dificuldades, há sempre uma saída. O diálogo constante, a crítica e a mobilização são armas poderosas na luta por direitos e liberdades.

Neste rico contexto, cabe a cada um de nós refletir sobre como podemos atuar ativamente para fortalecer as estruturas democráticas. É a nossa responsabilidade coletiva a defesa da liberdade e da justiça, e é imprescindível estarmos vigilantes. Não se trata apenas de um compromisso político; trata-se de cuidar do que foi conquistado com tanto suor, sangue e lágrimas. O caminho à frente pode parecer nebuloso, mas a resiliência e a determinação das comunidades que enfrentaram o populismo são testemunhos de que, apesar dos desafios, sempre haverá espaço para a luta e a esperança.

A discussão sobre o positivismo, sob todas as suas formas, traz uma questão fundamental: a democracia. Temos que suspeitar da não aplicação de uma norma formulada democraticamente em nome da superação de um positivismo exegetico, da mesma forma que temos que suspeitar da fórmula que reduz a democracia ao confiar o sentido das normas à consciência do intérprete sob o argumento de aplicação dos princípios (Ferreira, 2019, p. 164).

As lições aprendidas ao longo das experiências com líderes populistas nos convidam a uma reflexão profunda sobre como fortalecer as instituições democráticas. Em meio aos turbulentos ventos do populismo, o que se percebe é que a resiliência não é apenas uma resposta instintiva, mas um ativo essencial. É como cultivar uma planta que, apesar das tempestades, se agarra firme ao solo. Essa força interna não vem apenas da estrutura do governo, mas é um reflexo da vontade do povo, a sociedade civil atuando como guardião da democracia.

A experiência nos mostra que, quando cidadãos se mobilizam em defesa de seus direitos, eles evocam um poder impressionante. Pense nos momentos em que a resistência civil floresceu no Brasil, quando vozes se levantaram contra medidas que ameaçavam a liberdade e a justiça. A luta pela democracia não é um ato isolado, mas um esforço coletivo que requer a participação ativa de todos.

E nesse contexto, até mesmo pequenas ações podem desencadear mudanças significativas. Já sentiu essa sensação de que uma simples manifestação pode re-energizar o

espírito de uma comunidade? É exatamente isso que acontece quando um grupo de pessoas se une em prol de algo maior.

Por outro lado, é essencial que aprendamos com os erros. A história de muitos países contrapõe os sucessos de quem lutou pela democracia com os fracassos de quem se permitiu adormecer diante do autoritarismo. O que podemos entender disso tudo? Que a vigilância constante é fundamental. Já parou para refletir como a desinformação pode corroer as fundações de uma sociedade? Em tempos em que a verdade é manipulada e distorcida, um povo bem informado torna-se um muro protetor contra o retrocesso.

A educação política emerge como uma ferramenta crucial nesse cenário, algo que não deve ser relegado ao plano secundário. A verdadeira transformação começa com um entendimento profundo dos nossos direitos e deveres. E aqui entra a beleza de se criar espaços de diálogo e aprendizado. As associações e ONGs que surgem em resposta a essas crises tornam-se bastiões de esperança e mudança. Elas não são meros relatos em livros, mas sim histórias vivas de coragem e determinação, que nos lembram que a resistência é possível e que a mudança é uma jornada compartilhada.

E ao olhar para o futuro, é preciso ter a mente aberta para novas estratégias. O engajamento não deve ser visto como um ato isolado, mas como um processo contínuo e dinâmico. No momento em que uma sociedade se compromete com o aprimoramento institucional, ela se auto empodera. A mensagem é clara: fortalecer a democracia não é tarefa apenas dos políticos, mas de cada um de nós. Ao cultivarmos um senso de responsabilidade compartilhada, criamos um forte laço que une a sociedade.

As perguntas que surgem, então, são vitais. Como podemos garantir que a próxima geração de líderes tenha a sensibilidade necessária para respeitar as vozes da população? Que medidas estão sendo tomadas para que a memória das lutas democráticas não se perca? Essas não são questões a serem ignoradas, mas sim chamadas à ação.

Na jornada pela democracia, a tarefa nunca é fácil. É um contínuo exercício de reflexão e aprendizado. No entanto, ao adotarmos esse olhar atento e crítico, não apenas para o presente, mas também para o futuro, podemos nos comprometer na construção de uma sociedade mais equitativa. Uma que não se limita a viver as promessas de um futuro luminoso, mas que se

levanta para realizar esse futuro a cada passo, a cada escolha e a cada voz que se ergue ao lado da justiça e da liberdade. Que esse compromisso, portanto, nunca se apague e que continuemos a cultivar a esperança, mesmo em face das adversidades.

### 3.1 Democracia em crise e o valor do dissenso

A democracia, ao longo de sua trajetória, tem sido um conceito em constante evolução, moldado por contextos históricos, culturais e sociais. A hegemonia do modelo liberal, em especial, trouxe à tona discussões sobre direitos individuais, eleições regulares e separação de poderes. Mas, você já se perguntou como esses pilares da democracia liberal foram erigidos e como sua construção influenciou, talvez de maneira inexorável, a nossa compreensão atual de um sistema justo e representativo?

o termo adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico: “hegemonia” se torna o conceito-chave na compreensão da própria unidade existente numa formação social concreta (Laclau; Mouffe, 2015, p. 58).

Vamos dar um passo atrás e esmiuçar a gênese do liberalismo. Pensar nos momentos cruciais da história, como as revoluções americana e francesa, é um exercício fascinante. Esses eventos não apenas incitaram a luta por liberdade e igualdade, mas também pavimentaram o caminho para as expectativas que temos hoje em relação à democracia. O que nos leva a perguntar: a democracia que vivemos se aproxima daquelas esperanças revolucionárias ou estamos, de algum modo, nos distanciando delas? A ideia de que o consenso é um elemento fundamental para a vida democrática soa suave, mas não podemos ignorar a crítica de que esse mesmo consenso pode silenciar vozes essenciais, tolhendo o debate que tanto enriquece a nossa convivência. Assim “o problema das sociedades democráticas modernas era (...) que seus princípios fundadores de liberdade e igualdade para todos não eram aplicados”. No entanto esses “recursos simbólicos da tradição democrática” “continuam a desempenhar um papel decisivo no imaginário político de nossas sociedades” (Mouffe, 2018, p. 64).

O discurso democrático sempre retratou a democracia como uma forma quase direta de representação do povo, nesta perspectiva, estaríamos representados como um todo por aquele candidato que democraticamente foi eleito. Contudo, atualmente se verifica um descompasso entre os direitos representados, eis que muitas vezes não são coletivos ou pensados em prol da sociedade, mas, sim, manifestados individualmente e representados pelo interesse do mercado econômico (Mendes; Oliveira, 2021, p. 36).

Além disso, a apreensão com a forma como muitos encaram a democracia hoje é palpável. Cada vez mais, as pessoas questionam se o que temos hoje realmente reflete a vontade do povo ou se estamos, de alguma maneira, aprisionados em um sistema que privilegia determinadas vozes em detrimento de outras. A ideia de que a democracia liberal possui uma segurança inquestionável se torna um desejo na mente coletiva, mas essa segurança não se sustenta sem uma discussão contínua e profunda.

(...) é pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais (Bobbio, 2000, p. 32-33).

Nesse sentido, a importância do diálogo se torna evidente. Ela não se limita a um mero exercício retórico, mas é vital para o fortalecimento da própria democracia. Precisamos fomentar uma cultura que valorize a escuta e a expressão livre. Ao olharmos para o passado, para as lutas travadas por nossos antepassados, o que nos parece ainda mais intrigante é observar como a democracia continuou a ser um campo de tensões e debates.

Enquanto a presença de um poder invisível corrompe a democracia, a existência de grupos de poder que se sucedem mediante eleições livres permanece, ao menos até agora, como a única forma na qual a democracia encontrou a sua concreta atuação” (Bobbio, 2000, p. 21).

A democracia liberal, com seu foco na racionalidade deliberativa e na busca pelo consenso, apresenta-se como um ideal admirável, porém, ao mesmo tempo, suscita reflexões profundas sobre o que realmente significa viver em um espaço democrático. É fascinante como, em muitas situações do cotidiano, a busca incessante por harmonia acaba por anular a diversidade de vozes que deveria ser seu cerne.

A forma como a Constituição é enxergada em cada uma das propostas é bem diversa: os liberais entendem que ela serviria para regular a relação entre Estado e cidadãos; os republicanos a compreendem como determinação de um projeto de sociedade; e a visão de Habermas, que é um aprofundamento sofisticado da posição de John H. Ely, é um procedimento que permite a livre-circulação de temas em que os destinatários das normas (consensos) formados serão os seus autores (Ferreira, 2019, p. 348).

Adentrando um pouco mais nas nuances dessa realidade, podemos notar que, enquanto a intenção é respeitar as diferenças, o resultado muitas vezes é uma uniformidade indesejada. Disfarçados sob a ideia de consenso, muitos anseios e necessidades permanecem nas sombras, sem espaço para florescer. É como se criássemos um jardim, mas negligenciássemos as ervas daninhas, que, embora indesejadas em um ideal de beleza, representam a vitalidade da vida. Quanto mais silenciemos as vozes dissidentes, mais nos distanciamos de um debate que realmente enriquece a democracia.

ao contrário, a constituição determina procedimentos políticos, segundo os quais os cidadãos, assumindo seu direito de autodeterminação, podem perseguir cooperativamente o projeto de produzir condições justas de vida (o que significa: mais corretas por serem mais equitativas). Somente as condições processuais da gênese democrática das leis asseguram a legitimidade do direito. Partindo dessa compreensão democrática, é possível encontrar um sentido para as competências do tribunal constitucional, que corresponde à intenção da divisão de poderes no interior do Estado de direito: o tribunal constitucional deve proteger o sistema de direitos que possibilita a autonomia privada e pública dos cidadãos (Habermas, 2003, p. 326).

Por que será que muitas ideias inovadoras ficam à mercê da conversa amigável, enquanto as questões mais espinhosas são guardadas para depois? É curioso pensar que, em contextos de aparente harmonia, muitas vezes nos perdemos em um conformismo que entorpece o espírito democrático. No que tange conflito e divisão:

não são nem distúrbios que infelizmente não podem ser eliminados, nem impedimentos empíricos que impossibilitam a plena realização de uma harmonia inatingível porque nunca seremos capazes de deixar nossas particularidades inteiramente de lado (Laclau; Mouffe, 2015, p. 45).

Quando refletimos sobre essa realidade, nos deparamos com uma pergunta inquietante: quando foi a última vez que você se sentiu parte de um diálogo autêntico, onde as diferenças foram não apenas aceitas, mas verdadeiramente valorizadas? Essa indagação não é apenas um apelo à memória; é um convite para uma autocrítica profunda sobre o que entendemos por verdadeira inclusão. Num mundo repleto de vozes, é difícil acreditar que uma única melodia, por mais suave que seja, possa capturar a complexidade de nossas experiências.

Partindo desse ponto de reflexão, somos levados a entender que a marginalização de grupos minoritários e a falta de diversidade no debate democrático não são apenas falhas de um sistema, mas também os sintomas de um estado mental compartilhado. Em várias ocasiões, entramos em círculos seguros, onde as vozes diferentes não são apenas desconsideradas, mas, de certa forma, constrangidas pelo desejo de não perturbar a paz aparente. “Desse modo quase imperceptível, a lógica equivalencial leva à singularidade, e a singularidade à identificação da unidade do grupo ao nome do líder” (Laclau, 2008, p. 122). Isso nos leva a questionar não apenas a estrutura em si, mas a disposição de cada um em se permitir escutar, questionar e, eventualmente, desafiar o que nos foi apresentado como normativo.

Este ciclo de autocensura nos coloca frente a um dilema ético. Se a democracia verdadeira deve ser um espaço de pluralidade, como podemos assegurar que cada um tenha não apenas a liberdade de expressão, mas também a ousadia de o fazer? Ao considerar essa questão, podemos facilmente traçar um paralelo com a atual crise da representação que se instaurou em muitos países. A conexão entre um formato que busca o consenso absolutista e a falta de representação é mais íntima do que se imagina. A problemática se acentua quando novos movimentos surgem, clamando por vozes que foram silenciadas as vozes que nunca encontraram lugar na condução dos diálogos.

“Se manifestei alguma dúvida de que a computadorocracia possa vir a beneficiar a democracia governada, não tenho dúvida nenhuma sobre os serviços que pode prestar à democracia governante” (Bobbio, 2000, p. 43).

A narrativa contemporânea nos leva a perceber que essa luta por espaço e dignidade não se limita a um contexto específico. O chamado por uma democracia vibrante e criativa se torna um dos desafios mais urgentes de nossos dias. Se falharmos em construir plataformas que realmente permitam a pluralidade, podemos nos condenar a viver num eco de vozes que não nos representam, mas que ainda assim dominam as conversas. “O ideal do soberano equiparado ao Deus terreno é o de ser, como o Deus celestial, o unividente invisível” (Bobbio, 2015, p. 30). A partir dessa compreensão, se abre um panorama rico e complexo, onde reavaliar a forma como nos envolvemos na política não é apenas uma necessidade, mas uma responsabilidade coletiva.

A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos (Bobbio, 2000, p. 46).

Enquanto olhamos para essa crise de representação, somos desafiados a pensar sobre como confrontar essas limitações. Com isso em mente, partimos para um entendimento mais claro de como a falta de diálogo real e aberto pode levar a uma despolitização da esfera pública, uma condição que, de forma insidiosa, alimenta o crescimento de populismos que clamam por alternativas. Ao abordar esses temas, estamos criando uma base sólida para discutir a única maneira verdadeira de avançar. É apenas através do reconhecimento de nossas limitações e das armadilhas que o consenso pode criar que poderemos, enfim, buscar um reinício um modelo que não apenas se redescubra na diversidade, mas que a celebre de forma verdadeira.

A crise da representação é um fenômeno que se instala na vida política contemporânea, refletindo um descontentamento que se alastra entre a população. Essa insatisfação não surge do nada; seu cultivo é fruto de uma série de fatores sociais, econômicos e políticos que têm se intensificado ao longo das últimas décadas. As promessas de inclusão e participação feitas por partidos políticos muitas vezes não se concretizam, resultando em um sentimento crescente de desconexão entre os cidadãos e o sistema político estabelecido. “Existe um vazio porque esse vazio designa a completa ausência da comunidade. O vazio e o pleno são, na realidade, sinônimos” (Laclau, 2008, p. 201).

Histórias de indivíduos que se sentem ignorados pelo poder público são comuns. As redes sociais surgem como um novo espaço de expressão, oferecendo uma plataforma onde vozes que antes eram silenciadas agora podem ser ouvidas. No entanto, essa democratização da informação traz à tona não só a possibilidade de divulgação de novas ideias, mas também a fragmentação do debate. A crítica à falta de um diálogo substantivo intensifica o clima de

insatisfação, com muitas pessoas se sentindo atraídas por movimentos que prometem uma transformação radical, mesmo que suas soluções possam ser simplistas. O “significante vazio” é aquele que consegue expressar a totalidade do “povo que nos falta” (Laclau, 2008, p. 201).

O crescente desencanto com partidos que não entregam resultados concretos e a ascensão de novos movimentos políticos fazem parte de um processo histórico que muitas vezes lembra os aprendizados do passado. Olhando para manifestações de épocas anteriores, como as revoltas que clamavam por direitos e representação, percebemos que o anseio por mudança é uma constante na história. Contudo, a diferença atual é o papel destabilizador das novas tecnologias, que redefinem a organização política e o engajamento cívico.

Estado despótico é o tipo ideal de Estado de quem se coloca do ponto de vista do poder; no extremo oposto encontra-se o Estado democrático, que é o tipo ideal de Estado de quem se coloca do ponto de vista do direito (Bobbio, 2000, p. 23).

O que temos acompanhado é um ciclo curioso: enquanto a desconfiança em relação aos partidos tradicionais cresce, novas lideranças emergem, muitas vezes cercadas por uma aura de carisma. Esses novos "salvadores" frequentemente oferecem soluções diretas para problemas complexos, apelando ao desejo de mudança e à insatisfação profunda que permeia a sociedade. “A construção do ‘povo’ vai ser a tentativa de dar um nome a esta plenitude ausente” (Laclau, 2008, p. 105). A tática é sedutora e ressoa com um público que está cansado das promessas não cumpridas.

Neste cenário, é inevitável refletir sobre nosso papel como cidadãos. O que realmente significa participar de uma democracia quando muitos se sentem à margem do processo? Já parou para pensar se estamos realmente prontos para mudar a forma como nos engajamos politicamente? A apatia pode ser um dos maiores riscos que enfrentamos. Em vez de ficarmos à mercê de decisões que nos afetam diretamente, precisamos encontrar formas eficazes de nos fazer ouvir. A verdadeira participação vai além do voto; envolve uma presença ativa e consciente nas discussões que moldam nosso futuro.

Em vez de um comportamento passivo e permeável à manipulação política, [...] a hegemonia populista caracterizou-se por um estado permanente de inquietação social entre os operários, especialmente sua fração mais precarizada, e que se expressou em seguidos desencontros entre ativismos nas bases metalúrgicas e a moderação nas cúpulas sindicais (Braga, 2012, p. 66).

A crise de representação não é apenas uma dificuldade momentânea; trata-se de um chamado para reavaliar nossas práticas políticas e sociais. Ao olhar para a estrutura de poder que nos governa, é essencial considerar se estamos dispostos a realinhar nossas prioridades e



canais de diálogo “uma divisão dicotômica entre demandas sociais insatisfeitas, de um lado, e de outro um poder que permanece surdo a essas demandas” (Laclau, 2008, p. 105). Um novo entendimento da política pode não só reabrir o espaço democrático, mas também fortalecer a conexão entre governantes e governados, promovendo uma verdadeira renovação.

A influência do neoliberalismo na esfera pública é um tema que merece nossa atenção cuidadosa. A partir do momento em que suas diretrizes ganharam espaço, a despolitização se tornou uma consequência evidente. Isso levou a um distanciamento do que realmente significa o engajamento político e a representação de interesses coletivos. A lógica de mercado, que prioriza o individualismo e a eficiência, parece ter sufocado a vitalidade dos debates públicos, relegando a segundo plano as necessidades e preocupações das comunidades. Em muitos lugares, a sensação é de que o público é tratado mais como consumidores do que como cidadãos.

Ao identificarmos, na articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases, a arqueologia da hegemonia lulista, destacamos a natureza reformista dessa práxis. Uma hegemonia apoiada na combinação da incorporação dos ativistas mais destacados à estrutura sindical (consentimento ativo), ou seja, ao Estado capitalista, com a conquista de pequenas concessões materiais aos trabalhadores (consentimento ativo) (Braga, 2012, p. 36).

O apelo desses líderes muitas vezes reside na sua capacidade de comunicar-se de maneira direta e clara, em contraste com a complexidade dos discursos políticos tradicionais. Eles promovem a ideia de que a política deve ser descomplicada; o que cativa as pessoas, afinal, é a promessa de que a responsabilidade por sua vida não depende de um sistema que frequentemente parece distante e indiferente. Esse movimento não é apenas uma resposta às crises, mas revela uma reavaliação das formas de participação cidadã. Essa mudança é ainda mais impactada pelo crescimento das redes sociais, que atuam como uma plataforma para que vozes antes silenciadas possam emergir, criando novas dinâmicas e alianças.

Entretanto, é preciso ter cuidado. Embora o desejo de mudança seja legítimo e necessário, a emergência de movimentos populistas pode também trazer à tona um panorama perigoso. Em nome da inclusão, há o risco de se desconsiderar a importância do debate crítico sobre políticas existentes. A superficialidade nas questões apresentadas pode minar a capacidade social de buscar soluções que realmente atendam ao que as comunidades precisam. Isso gera um ciclo vicioso em que, ao mesmo tempo que se busca por representatividade, a profundidade das discussões é deixada de lado.

Enquanto a sociedade se divide entre aqueles que clamam por novas soluções e aqueles que ainda acreditam nas instituições tradicionais, a tensão aumenta. É um embate de ideias, em que o clamor por uma democracia verdadeira se confunde com a polarização das vozes que se fazem ouvir. Em cada esquina, há debates fervorosos sobre o que pode ser considerado representativo. A democracia perfeita, que cria um ambiente onde todos se sintam confortáveis para expor suas ideias, é, na prática, um desafio monumental. Por mais que possamos aspirar a um ideal de inclusão, as dúvidas sobre quem realmente está sendo ouvido se tornam cada vez mais profundas.

(...) o governo democrático é aquele em que os governantes devem exercer o poder sob o comando dos cidadãos” (Bobbio, 2015, p. 82).

“O que falta é uma certa plenitude de comunidade” (Laclau, 2008, p. 106). Agora, cabe a nós, cidadãos, reavaliar como podemos estar mais envolvidos em um sistema que já se mostrou falho para muitos. A grande pergunta que fica é: estamos prontos para abraçar essa crise de representação não como um obstáculo, mas como uma oportunidade? O antagonismo, muitas vezes visto como uma barreira, pode ser, em verdade, o catalisador que nos impulsionará a buscar reconstruções necessárias e urgentes na esfera pública. O que inicialmente parece uma ameaça pode reverter-se em um convite a um diálogo sincero e profundo sobre o caminho que queremos seguir.

Ao refletirmos sobre a atual conjuntura, torna-se evidente que a crise da representação, em combinação com o apelo do neoliberalismo, poderá nos conduzir a um novo entendimento democrático. É essencial que não apenas aceitemos esse antagonismo, mas que o enxerguemos como parte de um movimento maior, uma mudança que pode, quem sabe, nos fazer reconectar com a essência do que significa viver em uma verdadeira democracia. O futuro ainda está em aberto, e é nossa responsabilidade moldá-lo.

### 3.2 Democracia agonística: a centralidade do dissenso na teoria de Mouffe

A ideia central aqui é mergulhar no universo da democracia agonística, um conceito que, sempre foi um sopro de ar fresco em meio a tanta discussão rasa sobre política. Já parou para pensar como a gente, muitas vezes, se afoga em discursos que parecem feitos para agradar a todos, para evitar qualquer atrito? É como se a política fosse um grande encontro de amigos, todo mundo concordando para manter a paz, um consenso forçado que, no fim das contas, não resolve nada.

Vamos começar desconstruindo o modelo deliberativo, aquele que prega o consenso a todo custo não existe “objetividade mais profunda” (Mouffe, 2018, p. 124). Essa busca incessante por um acordo unânime, muitas vezes, esconde as verdadeiras diferenças e, o que é pior, pode silenciar as minorias, abafando vozes importantes “sempre contingente, precária, temporariamente fixada na intersecção desses discursos e dependente de formas particulares de identificação” (Mouffe, 2018, p. 125), submetida a uma “não fixidez essencial” (Mouffe, 2018, p. 126). É como se a gente quisesse esconder a poeira debaixo do tapete, fingindo que os problemas não existem, que todos pensam igual. Mas a verdade é que, ao tentar eliminar o conflito, a gente corre o risco de enfraquecer a própria democracia.

A teoria de Chantal Mouffe, a mente brilhante por trás da democracia agonística, enxerga isso de forma tão diferente e, confesso, bem mais realista. Ela critica a busca incessante pelo consenso, mostrando como ela pode, na verdade, sufocar a participação e a pluralidade de ideias. Mouffe argumenta que a democracia precisa do conflito, da competição, para ser forte e vibrante. Não se trata de promover a discórdia por si só, mas de reconhecer que o dissenso é inerente à vida em sociedade e, mais do que isso, que ele pode ser uma força motriz para a mudança.

o que está em jogo na oposição direita/esquerda não é um conteúdo particular (...), mas o reconhecimento da divisão social e a legitimação do conflito”, ainda que essa clivagem “certamente se refira a diferentes atitudes em relação à redistribuição social (Mouffe, 2016b, p. 180).

O objetivo aqui é mostrar que a democracia não precisa ser um mar de tranquilidade, pelo contrário, é no conflito bem gerido que ela encontra sua força e vitalidade. É no debate, na troca de ideias, na confrontação de diferentes perspectivas que a gente constrói uma sociedade mais justa e igualitária. É no dissenso que a gente se força a pensar, a questionar, a buscar soluções inovadoras para os problemas que nos afligem. A democracia agonística nos convida

a aceitar essa complexidade, a celebrar a diversidade e a transformar o conflito em uma oportunidade de crescimento e de transformação (...) a política democrática pluralista consiste em implementar modos pragmáticos, precários e necessariamente instáveis de negociar seu paradoxo constitutivo (Mouffe, 2016a, p. 21).

Aprofundando na distinção crucial estabelecida por Mouffe, entre antagonismo e agonismo, a complexidade da democracia se revela de maneira notável. O antagonismo, esse conflito exacerbado, onde a intenção é a aniquilação do "outro", não encontra espaço na democracia agonística. Aqui, o adversário é visto como um "inimigo" a ser derrotado a qualquer custo. Essa postura, inevitavelmente, corrói os alicerces democráticos, pois impede o diálogo e a busca por soluções conjuntas. A oposição:

evidencia a existência, no interior de qualquer sociedade democrática, de uma pluralidade de interesses e de reivindicações que, muito embora estejam em conflito e nunca possam ser definitivamente reconciliadas, devem ser consideradas legítimas (Mouffe, 2016b, p. 180).

Por outro lado, o agonismo, o cerne da teoria de Mouffe, nos apresenta uma dinâmica completamente diferente. É um embate que se dá dentro das regras do jogo democrático. Reconhecemos a legitimidade do oponente, mesmo que discordemos veementemente de suas ideias. É um enfrentamento com respeito, onde o objetivo não é destruir, mas sim persuadir e defender as próprias posições. Imaginem um debate parlamentar, por exemplo. Os representantes dos partidos podem ter visões opostas sobre um determinado assunto, mas o respeito às instituições e aos princípios democráticos é fundamental. Cada um apresenta seus argumentos, busca convencer os demais, e a decisão final é tomada através do voto, um mecanismo que respeita a vontade da maioria, sem anular as minorias. “Um projeto de radicalização da democracia poderia (...) seduzir eleitores que até então não se identificavam com a esquerda” (Mouffe, 2018, p. 89).

Essa distinção é essencial para compreendermos a vitalidade da democracia. O agonismo não é um defeito, mas sim a própria essência do sistema democrático. É através do conflito, da divergência de opiniões, que a sociedade evolui. Diferentes perspectivas se chocam, ideias são debatidas e, no final, a busca por soluções mais justas e abrangentes é intensificada. Uma democracia que tenta, a todo custo, eliminar o conflito, corre o risco de se tornar estéril e autoritária, silenciando as vozes dissonantes e limitando a participação.

O agonismo nos convida a reconhecer a importância do "outro". É uma postura que exige tolerância, mas também a capacidade de defender as próprias convicções. É sobre aceitar

que nem sempre chegaremos a um consenso, mas que isso não significa o fim do diálogo ou da possibilidade de construir pontes. É nesse espaço, nesse terreno fértil de divergências, que a democracia encontra sua força e sua razão de ser.

Chegou a hora de colocar a teoria em prática. A democracia agonística, como concebida por Mouffe, não é apenas um exercício intelectual, mas uma ferramenta para transformar a realidade política. A chave para essa transformação reside, sem dúvida, no respeito mútuo entre adversários. Isso não significa, de forma alguma, que devemos concordar em tudo. Longe disso! O ponto crucial é reconhecer a legitimidade do outro, mesmo que suas ideias nos causem repulsa ou indignação. É um princípio fundamental.

não há “democracia” sem “fidelidade aos valores éticos ou políticos que constituem os seus princípios de legitimidade e às instituições nas quais estão inscritos (Mouffe, 2018, p. 131).

Essa postura é essencial para que o dissenso se manifeste de forma construtiva. O dissenso, a discordância, não é um problema a ser eliminado, mas sim uma oportunidade para o crescimento e para a inovação. Em vez de tentar abafar as divergências, a democracia agonística incentiva que elas venham à tona, incentiva a: “encenação por meio de um confronto regulado por procedimentos aceitos pelos adversários” (Mouffe, 2018, p. 130). Ao invés de nos afogarmos em uma "piscina" de homogeneidade, somos lançados em um "oceano" de pluralidade.

O resultado? Muitas vezes, surgem soluções que seriam inimagináveis se todos estivessem de acordo desde o início. É um processo dinâmico, cheio de desafios, mas que, a longo prazo, fortalece a democracia. O dissenso nos força a pensar criticamente, a questionar nossos próprios pontos de vista e a considerar outras perspectivas. Isso nos torna cidadãos mais engajados e participativos. Mas, como fazer isso? É preciso criar espaços onde a discordância seja aceita e valorizada. É preciso fomentar o diálogo, a troca de ideias e o debate público. Precisamos de uma cultura política que celebre a diversidade e que veja o conflito não como um obstáculo, mas como uma oportunidade para o progresso. O desafio é enorme, mas a recompensa é ainda maior: uma democracia mais vibrante, mais inclusiva e, acima de tudo, mais justa.

Vamos, então, mergulhar nos exemplos práticos de como a democracia agonística pode, de fato, transformar o espaço político. Não se trata apenas de teorias abstratas, mas de como podemos construir pontes, fomentar o diálogo e, acima de tudo, garantir que as vozes de todos

sejam ouvidas. “Toda ordem social é a articulação temporária e precária de práticas hegemônicas que visam estabelecer uma ordem em uma situação de contingência” (Mouffe, 2018, p. 124).

Pense nos movimentos sociais, por exemplo. Eles são, por natureza, um palco para o agonismo. Grupos com ideias e propostas diversas se unem em torno de causas específicas, desafiando o *status quo* e exigindo mudanças. O que a teoria agonística nos ensina é a importância de reconhecer a legitimidade desses movimentos, mesmo quando discordamos de suas pautas ou métodos. É fundamental entender que eles são parte integrante do processo democrático, e que a diversidade de perspectivas é, em última análise, o que fortalece a democracia. A frustração pode aparecer, mas o respeito mútuo precisa ser a base de tudo.

Outro exemplo são os debates públicos. Se forem bem estruturados, podem ser um terreno fértil para o agonismo “é essencial reconhecer o papel dessa energia libidinal, o fato que ela é maleável e que pode ser orientada em várias direções, produzindo assim diferentes afetos” (Mouffe, 2018, p. 106). É desejável que esses debates não se limitem a um embate superficial, mas que permitam que diferentes visões de mundo se confrontem de forma honesta e construtiva. Isso implica em criar um ambiente onde as pessoas se sintam seguras para expressar suas opiniões, mesmo que elas sejam controversas, e onde o respeito pelas regras do jogo seja inegociável. Ah, e não podemos esquecer da moderação, que deve ser imparcial e garantir que todos tenham o mesmo tempo e oportunidade de fala. Devemos: “partir de uma pluralidade de espaços políticos e sociais que não se relacionam com nenhuma unidade fundamental última” (Laclau; Mouffe, 2009, p. 252).

As iniciativas que buscam dar voz a diferentes grupos e perspectivas são igualmente importantes. Isso pode envolver a criação de espaços de diálogo, a promoção da participação política de minorias, ou o incentivo à educação cívica. O objetivo é garantir que a democracia seja inclusiva e representativa, e que todos os cidadãos tenham a oportunidade de influenciar as decisões políticas. Acredite, ver a sociedade se movimentando para um futuro promissor é algo simplesmente inspirador.

Em resumo, a democracia agonística nos convida a repensar a política, a enxergá-la não como um jogo de “nós contra eles”, mas como um espaço de negociação e de construção conjunta. É um convite à ação, para que a gente se envolva, se posicione e, juntos, construa uma democracia mais vibrante e engajada. É um processo contínuo, com seus altos e baixos,

mas que vale a pena ser trilhado. Afinal, é no embate de ideias, no respeito às diferenças e na busca por consensos que a gente constrói uma sociedade mais justa e democrática.

A análise da crise democrática contemporânea evidencia os limites do modelo liberal tradicional em acomodar as múltiplas vozes e conflitos que caracterizam as sociedades plurais. A hegemonia do consenso, defendida pelas abordagens deliberativas, tende a silenciar diferenças substantivas, comprometendo a legitimidade das instituições e fomentando o ressentimento político. Nesse cenário, a teoria da democracia agonística, desenvolvida por Chantal Mouffe, emerge como uma alternativa teórica robusta e necessária.

Ao reconhecer o dissenso como inerente à vida política, o agonismo oferece uma via para ressignificar o conflito, transformando-o em ferramenta de pluralização democrática. Em vez de eliminar as divergências, propõe-se institucionalizá-las de forma construtiva, respeitando os princípios da legitimidade mútua e do enfrentamento público das diferenças. Tal abordagem contribui para revitalizar a esfera pública e ampliar as possibilidades de participação democrática, especialmente para grupos tradicionalmente marginalizados.

Além de sua densidade teórica, a proposta agonística possui implicações práticas relevantes. Ao defender a valorização dos movimentos sociais, a pluralidade no debate público e a educação para a convivência democrática, Mouffe oferece elementos para uma política mais responsiva, inclusiva e democrática. Trata-se, portanto, de deslocar o ideal de harmonia para a celebração da controvérsia, compreendendo-a como força motriz da transformação social.

Dessa forma, enfrentar a crise da representação e os desafios impostos pelo neoliberalismo exige mais do que reformas institucionais: requer a adoção de uma nova sensibilidade democrática. Uma sensibilidade que aceite o conflito, não como ameaça, mas como oportunidade de reinvenção do espaço público. É nesse horizonte que a democracia agonística se projeta como um modelo alternativo de resistência e reconstrução democrática.

O reconhecimento do dissenso como dimensão constitutiva da democracia não implica em sua romantização ou idealização acrítica, mas em um chamado à responsabilidade cívica. O pluralismo, quando bem canalizado, não apenas fortalece a democracia, como impede sua captura por projetos autoritários e excludentes. Ao privilegiar o agonismo como paradigma de convivência política, abrimos caminho para formas mais densas de pertencimento, solidariedade e participação. O futuro da democracia passa, inevitavelmente, por sua

capacidade de lidar com a diferença e é no conflito legítimo, mediado pelas instituições e sustentado pela ética do reconhecimento, que ela poderá reencontrar sua vitalidade e relevância.

Diante disso, torna-se evidente que o grande desafio contemporâneo não é eliminar os conflitos, mas criar as condições institucionais e culturais para que eles possam ser enfrentados de modo legítimo e produtivo. A democracia agonística, ao insistir na institucionalização do antagonismo, oferece uma via possível para reconciliar estabilidade com abertura, deliberação com paixão, e legalidade com transformação. Esse modelo exige uma mudança profunda não apenas nas estruturas políticas, mas também nos hábitos cívicos e na cultura política dominante.

Em última instância, apostar no dissenso é apostar na vitalidade democrática. A recusa da homogeneização das vozes, a crítica ao universalismo abstrato e o reconhecimento da incompletude de toda ordem social são gestos fundacionais de uma nova racionalidade política. A democracia que se projeta a partir dessas premissas não será neutra nem pacificada, mas será mais justa, mais inclusiva e mais próxima da complexidade do real. O dissenso, longe de ser um obstáculo, revela-se como uma condição necessária para a reinvenção contínua do comum democrático.



### 3.3 Populismo, liberalismo e o valor do conflito: repensando a democracia sob a perspectiva agonística

Quando falamos em populismo, logo somos confrontados com uma miríade de definições, muitas vezes tão diversas que podem nos deixar confusos. O que seria exatamente esse fenômeno? Para alguns, populismo é um estilo de liderança; para outros, uma estratégia política. Mas, se pararmos para pensar um pouco, podemos perceber que vai além. O populismo é, em essência, uma reação ao que vemos como ineficiências ou desconexões da elite política em relação às necessidades da população.

Não nos parece um grande equívoco afirmar que, por detrás das preocupações de boa parte das autoras e autores que têm se ocupado dos temas das esferas públicas democráticas e seus (contra) públicos, bem como da democracia e seus impasses no século XXI, estão acontecimentos que vêm marcando de maneira indelével a paisagem política mundial recente: nos anos 2000, a ascensão de líderes de esquerda com perfis populistas que, não raro, lançaram mão de métodos autoritários para excluir e/ou silenciar as oposições; mais recentemente, a ascensão por meio do voto popular de governantes assumidamente defensores de valores e visões de mundo associadas à direita conservadora, militarista, sexista, supremacista, nativista que caracterizam as posições de políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin, Tayip Erdogan, Viktor Orban, Rodrigo Duterte, Jaroslaw Kaczynski etc (Kritsch; Silva, 2022, p. 275-276).

Olhar para momentos históricos pode nos ajudar a entender melhor essa complexidade. Pense, por exemplo, em figuras como Getúlio Vargas no Brasil, que surgiu em um período de grande turbulência social e econômica, com a proposta de estabelecer um vínculo direto entre o povo e o poder. Ele não era apenas um líder; era também um símbolo de esperança em tempos sombrios, um eco do anseio coletivo por justiça e inclusão.

as diferenças existentes entre um líder religioso pregar ou promover uma organização pró-vida e liderar um movimento político importante ou concorrer a um cargo político (Rawls, 2011, p. 525).

A ascensão de líderes carismáticos em épocas de crise é um padrão que se repete ao longo da história, sendo o populismo um fio que se entrelaça nas narrativas de diferentes nações: da Revolução Francesa ao governo de Hugo Chávez na Venezuela.

por que não afirmar que todas as questões com relação às quais os cidadãos exercem seu poder político final e coercitivo uns sobre os outros estão sujeitas à razão pública? (Rawls. 2011, p. 253).

E o que exatamente esses líderes tentam oferecer? Em muitos casos, a promessa de uma voz ativa para aqueles que se sentem marginalizados. O populismo pode ser visto, em parte, como um movimento que busca restaurar a dignidade e o poder aos excluídos, uma resposta visceral a um sistema que parece ignorar sua existência. Ao considerar isso, não podemos deixar

de nos perguntar: o que exatamente leva a população a clamar por esses novos líderes, que muitas vezes falam de modo direto e emocionante? É a frustração que se acumula, o sentimento de que suas vozes, seus medos e suas esperanças foram esquecidos. A razão pública “constitui uma das bases políticas e sociais da democracia e é vital para que permaneça forte e vigorosa (Rawls, 2011, p. 527).

Ao mesmo tempo, há uma necessidade de analisar como o contexto molda o que entendemos por populismo. Um fenômeno em um país pode parecer alienígena em outro, dependendo das condições sociais, econômicas e políticas. A história tem suas nuances e, por mais que tentemos categorizar o populismo, ele é, de fato, maleável. Já parou para pensar como a mesma palavra pode ter significados tão diferentes ao redor do mundo? Em cada canto, existem vozes singulares clamando, não apenas por representatividade, mas por um espaço onde suas histórias possam ser contadas remetendo as “ideias fundamentais consideradas latentes na cultura política pública de uma sociedade democrática” (Rawls, 2011, p. 205-206).

As mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas. Portanto, trata-se de inserir negatividade de conteúdos na imagem da pessoa que se quer destruir, a fim de eliminar o vínculo de confiança com os cidadãos. Daí a prática de operadores políticos profissionais no sentido de buscar materiais prejudiciais para determinados líderes políticos, manipulando-os e até fabricando-os para aumentar o efeito destrutivo. Tal é a origem da política do escândalo (...) que aparece no primeiro plano dos processos políticos de nosso tempo em todos os países (Castells, 2018, p. 21).

Essa reflexão nos leva a um ponto crucial: o populismo não surge em um vácuo, ele é uma resposta muitas vezes, intensa e até desenfreada a estruturas sociais que falharam em atender a todos. O que ele nos revela é um cenário onde a democracia, em sua forma tradicional, enfrenta desafios significativos que não podem ser ignorados. A verdade é que o populismo se alimenta dessa frustração coletiva, e compreender suas raízes é vital para entendermos a realidade política contemporânea.

nosso exercício do poder político é apropriado e, portanto, justificável somente quando exercido em conformidade com uma Constituição cujos elementos essenciais se pode razoavelmente supor que todos os cidadãos subscrevam, à luz de princípios e ideais que são aceitáveis para eles, na condição de razoáveis e racionais. Este é o princípio liberal da legitimidade (Rawls, 2011, p. 256).

Ao longo do tempo, o liberalismo, com suas promessas de liberdade e igualdade, tem deixado de lado diversas vozes, permitindo que o populismo surja como uma resposta vigorosa e muitas vezes caótica. Ao abordar essa crítica ao liberalismo, vamos mergulhar fundo em questões que tocam diretamente a vida de muitas pessoas.

É necessário um consenso sobre as instituições que são constitutivas da democracia e sobre os valores ético-políticos que devem informar a associação política, mas sempre haverá desacordo quanto ao significado e aos métodos de implementação desses valores. Numa democracia pluralista, tais desacordos deveriam ser considerados legítimos e realmente bem-vindos. Eles proporcionam diferentes formas de identificação com a cidadania e são o estofado da política democrática (Mouffe, 2005, p. 125).

Ao analisarmos as limitações do liberalismo, é importante refletir sobre como esse sistema, que promete promover a liberdade e o progresso, na verdade, pode marginalizar e silenciar vozes dissidentes. Parece contraditório, não é? O liberalismo, em sua essência, busca a igualdade de oportunidades e espaço para todos, mas frequentemente falha em aplicar isso na prática. A história está repleta de exemplos de indivíduos ou grupos que se sentiram invisíveis nesse cenário. A sensação de exclusão pode ser uma lâmina, cortando profundamente a confiança das pessoas no sistema.

As consequências dessa exclusão são preocupantes. Quando um setor da população se sente desamparado, desencadeia-se uma série de reações. Essa frustração pode dar espaço a discursos populistas, que prometem um retorno ao controle e à voz. Vemos, ao longo da história, como figuras carismáticas se aproveitam desse vácuo, apresentando-se como salvadores em tempos de crise. É quase um padrão: onde há descontentamento, há chance de surgirem promessas sedutoras, mesmo que vazias.

No campo social, esse fenômeno é ainda mais nítido. Grupos historicamente sub-representados, como minorias étnicas ou comunidades marginalizadas, muitas vezes são deixados à margem das decisões que impactam suas vidas. Tentar dialogar com um sistema que não os inclui é como falar para uma parede. O que acontece, então? O surgimento de alternativas populistas se torna um reflexo tanto da insatisfação quanto de uma busca desesperada por reconhecimento e mudança. E essa é a semente do populismo, regada pela frustração e pelo desejo de ser ouvido um “compromisso apaixonado com um sistema de referência” (Wittgenstein, 1980, p. 85).

É essencial trazer à tona visões que ajudam a entender essa dinâmica. Chantal Mouffe, nos leva a considerar a necessidade de um antagonismo saudável na política. Sua abordagem ilumina como um ambiente democrático pode se beneficiar da diversidade de opiniões. Quando as discordâncias são vistas não como um problema, mas como uma oportunidade para um debate mais vibrante, a democracia se fortalece. Essa proposta é intrigante. O antagonismo, em vez de sempre gerador de conflitos, pode ser um catalisador para a inovação política e social. É

triste pensar que em vez de celebrar a pluralidade de vozes, muitos de nós nos vemos caindo na armadilha da polarização extrema.

Nesse contexto, a situação pede que repensemos o que consideramos como norma. Quando nos deparamos com opiniões divergentes, a reação automática muitas vezes é a da defesa, do ataque; mas, e se ao invés disso, buscássemos o diálogo? E aqui está a questão. A democracia agonística propõe não apenas a aceitação da diferença, mas a celebração dela. Isso nos leva a um lugar onde cada opinião, mesmo as mais opostas, encontra espaço, um ambiente onde o debate se torna intenso e, paradoxalmente, enriquecedor.

Como pessoas razoáveis e racionais e sabendo-se que professam uma diversidade de doutrinas religiosas e filosóficas, os cidadãos devem se dispor a explicar as bases de suas ações uns aos outros em termos que cada qual possa razoavelmente esperar que os demais julguem consistentes com sua liberdade e igualdade. Procurar satisfazer essa condição é uma das tarefas que esse ideal de política democrática exige de nós. Entender como se deve conduzir a si próprio como cidadão democrático inclui entender um ideal de razão pública (Rawls, 2011, p. 256-257).

É crucial distinguir entre antagonismo e agonismo. O antagonismo, com suas conotações negativas, refere-se a um estado de conflito e clivagem que pode gerar divisão e desconfiança. Já o agonismo, ao contrário, invita ao reconhecimento do conflito como um elemento inerente à política. O que muda quando adotamos essa visão mais ampla? Creio que o efeito sobre a coesão social é profundo. Diferentes culturas políticas têm experiências variáveis em como lidam com o dissenso. Alguns países, que valorizam o debate plural, mostram-se mais resilientes às crises. É um verdadeiro milagre quando a diferença é vista como força e não como fraqueza.

Portanto, enquanto navegamos pelo populismo e suas intersecções com o liberalismo e a democracia, somos lembrados da importância de ouvir aqueles que muitas vezes permanecem à sombra do discurso dominante. Reflexões sobre esses nuances nos preparam para discutir as complexidades do populismo. Afinal, a verdadeira riqueza da política reside em sua diversidade, um labirinto de opiniões que, quando navegado com cuidado, revela oportunidades surpreendentes para uma sociedade mais inclusiva.

A proposta de Chantal Mouffe sobre a democracia agonística nos oferece uma visão renovadora sobre como podemos entender o conflito nas dinâmicas políticas. Ao contrário da visão tradicional que muitas vezes demoniza a polarização, Mouffe sugere que o antagonismo deve ser compreendido como parte essencial do jogo democrático. A ideia de agonismo implica reconhecer que as divergências são inevitáveis e até desejáveis em um sistema democrático. O

que seria do debate político se todos pensássemos da mesma forma? A riqueza da democracia vem precisamente das tensões e dos embates de ideias, que promovem um espaço dinâmico e vibrante.

Chantal Mouffe (2006) afirmou que haveria sérias razões para um ceticismo em relação à ideia de que a democracia liberal tenha assumido a posição de única forma legítima de governo no século XX, no sentido de que ela restaria sem adversários. Hoje, não haveria como apontar precisamente a força e a duração de um consenso em torno daquela proposta; e, mesmo que apenas alguns poucos ousem abertamente desafiá-la, existiria crescentes sinais de despreço pelas instituições desta forma de governo, o que se poderia notar por meio da percepção dos eleitores de uma perda de representatividade, das incursões de partidos de extrema-direita em Europa e alhures, bem como pela persistência de um cinismo acentuado sobre a política e os políticos (Kritsch; Silva, 2022, p. 305).

Ter a coragem de escutar a discordância pode ser um desafio. É mais fácil concordar, não é? Mas o que significaria para a democracia criar um espaço onde a discórdia é não apenas aceita, mas celebrada? Quando perdemos a capacidade de enxergar o oponente como uma pessoa com sentimentos e experiências, entramos em um território perigoso. Esse movimento em direção à radicalização não é só prejudicial à política; ele contamina nossa convivência social. Trabalhar para distinguir o antagonismo construtivo do destrutivo se torna essencial para a eficácia democrática. O que vemos hoje em várias partes do mundo é um reflexo dessa tensão mal resolvida.

Mouffe (2006) distingue duas correntes majoritárias, uma influenciada por Rawls e outra por Habermas, mas que compartilham a defesa da ligação entre liberalismo e democracia. No caso de Rawls, ver-se-ia sua intenção de formular uma teoria que desse conta dos aspectos relacionados não apenas à liberdade, mas também à igualdade, como tentativa de conciliar a tradição associada a Locke, que Benjamin Constant (1985) chamou de liberdade dos modernos, e a tradição associada a Rousseau, que Constant chamou de liberdade dos antigos. Já Habermas buscaria demonstrar, por meio de sua teoria procedimental da democracia, a cooriginariedade dos direitos fundamentais e da soberania popular: o autogoverno serviria para proteger direitos individuais que, por sua vez, forneceriam as devidas condições para o exercício da soberania do povo. Além de Rawls e Habermas, Mouffe (2006) analisa também os trabalhos de Joshua Cohen (1998) e Seyla Benhabib (1996), como autores que seguiram as ideias conciliatórias propostas por aqueles primeiros, respectivamente. Cohen aponta que a liberdade dos modernos não seria exterior ao processo democrático, enquanto Benhabib entende que a deliberação pode ir além tanto da mera ênfase em direitos individuais como da ênfase apenas na formação coletiva da vontade (Kritsch; Silva, 2022, p. 307).

É aqui que a ideia de agonismo se destaca. Não se trata de garantir que todos concordem, mas, sim, de criar um ambiente onde o conflito possa existir de maneira saudável e produtiva. Isso exige uma meticulosidade na forma como nos engajamos no debate. É preciso ter honestidade e humildade, reconhecendo que ninguém possui a verdade absoluta. Que

complexidade e nuances se tornam ferramentas em um diálogo que busca, verdadeiramente, a compreensão mútua.

Para Mouffe (2006), a teoria democrática deveria livrar-se dessas formas de escapismo e encarar de frente o pluralismo de valores; e, ainda que alguns limites precisem ser estabelecidos para a confrontação legítima na esfera pública, eles devem ter sua natureza política reconhecida. Como aponta Katya Kozicki (2015), Mouffe desenvolve, especialmente contra Carl Schmitt, que postulava um *demos* homogêneo para a democracia, não apenas uma democracia radical, mas também uma democracia plural, diante da possibilidade de compatibilizar a distinção amigo-inimigo com o pluralismo democrático. Diante disso, Mouffe (2006) – que afirma compartilhar com aqueles autores a preocupação com o atual estado das instituições democráticas, contra os modelos agregativos – considera que a resolução dos problemas contemporâneos não pode estar na mera substituição da racionalidade instrumental por outra forma de racionalidade, seja ela deliberativa ou comunicativa. Ainda que seja possível e importante ampliar a visão sobre a racionalidade instrumental a partir de entendimentos diferentes da razão, tal proposta não elucida o problema real exposto pela questão da lealdade política (*allegiance*). Assim, lançando mão da análise de Michael Oakeshott (1975), Mouffe sustenta que a autoridade das instituições políticas não está assentada no consentimento, mas em uma contínua adesão dos cidadãos ao reconhecimento de suas obrigações de obedecer às condições que a res publica enseja; isto é, a fidelidade dos cidadãos em relação às instituições democráticas não é um questão de justificação racional, mas liga-se à disponibilidade de formas democráticas de individualidade e subjetividade que geram um conjunto de práticas e faz das pessoas cidadãos verdadeiramente democráticos (Kritsch; Silva, 2022, p. 311-312).

Quando exploramos a essência do agonismo, percebemos que ele não é apenas uma estratégia política, mas uma proposta de vida. Esse é o espírito que precisamos cultivar na democracia: um campo onde as diferenças são vistas como desafios a serem superados e não como barreiras intransponíveis. Ao entender a natureza intrínseca do conflito e ao abraçar a diversidade de opiniões, conseguimos criar um tecido social mais forte e resiliente. Encorajar diálogos onde a discordância possa florescer traz à tona uma nova vitalidade política que, muitas vezes, é relegada ao esquecimento.

O princípio do discurso para Habermas seria a base de sustentação de um direito legítimo apto a responder às demandas típicas das sociedades modernas complexas. A legitimidade deriva do procedimento que permite a todos os interessados exercerem sua autonomia privada, forjando, por meios de consensos, a autonomia pública, que, por sua vez, confere legitimidade à autonomia privada. Nesses termos, o procedimento que viabiliza o desenrolar do discurso é o meio necessário para que a racionalidade comunicativa desabroche (Ferreira, 2019, p. 49).

O papel do conflito é, paradoxalmente, um dos pilares do fortalecimento democrático. Precisamos estar dispostos a olhar para as tensões como um espaço de construção, um lugar onde se pode discutir e, quem sabe, estabelecer novos acordos em meio à pluralidade de vozes.

Quero analisar o discurso dominante, que anuncia o ‘fim do modelo adversarial da política’ e insiste na necessidade de ir além da esquerda e da direita rumo a uma política consensual do centro (...) esse tipo de discurso tem consequências muito negativas para a política democrática. Na verdade, contribuiu para o enfraquecimento da ‘esfera política democrática’ e levou à crescente prevalência de um discurso

jurídico e moral, uma prevalência que tomo como inimiga da democracia. Compreendo que a moralização e a juridicização crescentes da política, longe de serem um passo progressivo no desenvolvimento da democracia, devem ser vistas como uma ameaça à sua existência futura. (Mouffe, 2005, p. 123)

Para compreender as distinções essenciais entre antagonismo e agonismo, é preciso mergulhar na natureza do conflito político. O antagonismo, frequentemente relacionado à hostilidade e à luta pela destruição do oponente, traz consigo um clima tóxico que pode corroer as bases de um sistema democrático. É o tipo de desacordo que não reconhece a validade do outro, onde a divisão se torna um abismo quase intransponível “o caráter paradoxal da democracia moderna e a tensão fundamental entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo” (Mouffe, 2006, p. 170).

Em contrapartida, o agonismo é um conceito que sugere um espaço onde adversários reconhecem as diferenças entre si, mas mantêm um respeito mútuo pela legitimidade de suas posições. Aqui, o conflito é encarado como uma oportunidade de enriquecer o debate, trazendo diferentes vozes e perspectivas à tona. Esse tipo de dinâmica é vital para a saúde de uma democracia, pois permite que as discordâncias não se transformem em divisões irreparáveis. A proposta de Chantal Mouffe é exatamente essa: é preciso celebrar a discordância e promover um ambiente onde o embate de ideias possa ocorrer de forma robusta, mas respeitosa.

Diante disso, com o sugestivo subtítulo “Fugindo do Pluralismo”, Mouffe (2006, p. 169) busca examinar alguns pontos do debate Rawls-Habermas para apontar o que chama de “defeitos cruciais da perspectiva deliberativa”. Dois pontos ganham relevância em sua crítica. O primeiro diz respeito ao liberalismo de Rawls ser político não-metafísico e, assim, estabelecer uma diferença entre o domínio privado, em que a pluralidade coexiste, e o domínio público, em que um consenso sobreposto pode ser estabelecido por uma concepção compartilhada de justiça. Habermas contesta esta ideia, lembra Mouffe (2006, p. 169), afirmando a impossibilidade do desenvolvimento de uma teoria tão independente como Rawls pretende: mesmo a ideia de “razoável” ou a concepção de “pessoa” levam a proposta de Rawls a recair em questões de racionalidade e de verdade que ele pretendia ultrapassar. Assim, Habermas entende que sua teoria é superior à de Rawls justamente por ter um caráter apenas procedimental e deixar mais questões abertas ao próprio processo de constituição da opinião e da vontade, não fazendo uma separação rígida entre o público e o privado. Já Rawls replica que a proposta de Habermas não poderia ser tão estritamente procedimental, na medida em que inclui uma dimensão subjetiva, já que os resultados dos procedimentos não excluem as escolhas que levam a eles. Mouffe (2006) concorda com as críticas de ambos, afirmando que, sim, a concepção de Rawls não pode ser tão independente<sup>33</sup>, e a de Habermas não pode ser tão procedimentalista. A pensadora belga afirma que considera revelador ambos não separarem o público do privado, ou o procedimental do substancial, o que mostraria a impossibilidade de se alcançar o que eles estão perseguindo em suas teorias: um domínio não sujeito ao pluralismo, em que seja possível um consenso sem exclusão. Mouffe também chama a atenção para o fato de que Habermas aceite que devam permanecer alheias ao debate público racional as questões que não dizem respeito à justiça, mas à vida digna, a saber, aquelas do domínio da ética, bem como para o fato de que deveriam estar alheios os conflitos entre grupos de interesse que só pudessem ser resolvidos por meio de certos comprometimentos. As questões que farão parte do debate público são as

que requerem decisão política e a elas cabe o tratamento moral do debate racional como forma de comunicação política. Para Mouffe (2006), Rawls não acredita ser possível um acordo racional entre doutrinas abrangentes e, por isso, defende a neutralidade em relação a visões abrangentes. Já Habermas tentaria escapar das implicações do pluralismo por meio da diferenciação entre ética (em que há pluralismo) e moral (em que há imparcialidade e universalidade). Para ela, Rawls e Habermas querem propor uma adesão à democracia liberal que feche as portas para sua contestação e, por isso, relegam o pluralismo a um domínio não-público e isolam a política de suas consequências. Contudo, o domínio da política não é um terreno neutro que possa ser isolado do pluralismo, ensina Mouffe (2015); existem razões e consequências para o declínio de um discurso político propriamente dito e sua substituição por um discurso moral ou, por vezes, até moralista – um fenômeno que Mouffe chamou de liberalismo moralizante (*moralizing liberalism*), cujo subtexto incluiria a erradicação dos antagonismos e a possibilidade de regulação da sociedade por meio de procedimentos racionais morais. Na prática política, o que se viu foi uma rápida colonização, no terreno discursivo, levada a cabo pela teoria deliberativa, que legou os conflitos políticos à resolução de tribunais imparciais, privilegiando assim o aspecto judicial, mas não político, dos conflitos sociais (Kritsch; Silva, 2022, p. 308-310).

Esta abordagem se torna especialmente importante em contextos onde o populismo busca se estabelecer. Ao explorar as fraturas criadas por um sistema que marginaliza vozes, percebemos como o populismo pode se aproveitar dessa polarização extrema. Um pop star político pode facilmente se alimentar das divisões, apresentando-se como o salvador que promete restituir as vozes silenciadas. No entanto, a questão que fica é: que tipo de diálogo estamos realmente fomentando? É saudável radicalizar posições ou isso significa simplesmente alimentar um ciclo de ressentimento?

A rede comunicativa da esfera pública representa assim um importante instrumento para contrastar a limitação do exercício do poder político ao círculo restrito dos “membros autorizados do sistema político” e para estendê-lo a amplas camadas de cidadãos. Portanto, a verdadeira democratização do poder ocorre somente quando o fluxo comunicativo entre cidadãos e instâncias decisórias autorizadas se torna um fluxo de poder no qual o poder político informal e o institucionalizado entram em uma relação de feedback. A esfera pública em questão não é, portanto, de modo nenhum, um simples fórum de opiniões, mas um componente essencial da democracia, contra uma concepção meramente institucional da mesma (...). Na teoria de Habermas, (...) a verdadeira democracia pressupõe uma esfera pública funcionante e uma cultura política de cunho democrático (Pinzani, 2009, pp. 152-153).

Em culturas políticas diversificadas, esses conceitos se manifestam de maneiras variadas. Em algumas democracias, o debate ainda respeitoso coexistiu com uma forte oposição política. Em outras, a violência política e a deslegitimação do oponente tornaram-se norma, levando a um desgaste da confiança nas instituições. Ao examinarmos essas nuances, devemos questionar: como as diferentes formas de tratar a dissensão em nosso contexto afetam a coesão social?

No paradigma procedimental do direito, a esfera pública política é concebida não somente como a antessala do complexo parlamentar, mas (também) como uma periferia geradora de impulsos que envolve (*einschließt*) o centro político:



promovendo um balanço das razões normativas, ela opera sobre todas as partes do sistema político, sem (ter), todavia, o propósito de conquistá-lo (Habermas, 2020, p. 558).

É fundamental, então, compreender que o antagonismo não é apenas um fenômeno averiguável nos palanques das campanhas políticas, mas também nas interações cotidianas. “Não há direito democrático sem democracia” (Pinzani, 2009, p. 145). Portanto, ao nos aprofundar no conceito de agonismo, somos levados a reavaliar o papel que o conflito desempenha nas democracias contemporâneas.

Vivemos tempos marcados por um mal-estar crescente, difícil de ser ignorado. Por todos os lados, surgem sinais de que algo profundo está em crise. A desigualdade social, por exemplo, avança de maneira alarmante, corroendo os alicerces da convivência e gerando um caldo de desconfiança e ressentimento. Seus efeitos não são apenas econômicos eles se infiltram nas relações sociais, políticas e institucionais, como uma rachadura que ameaça comprometer toda a estrutura.

Sem o comprometimento do cidadão com a razão pública e o cumprimento do dever de civilidade, as divisões e hostilidades entre doutrinas inevitavelmente virão se afirmar, se é que já não existam. A harmonia e a concórdia entre as doutrinas e a afirmação da razão pública pelas pessoas não são, infelizmente, uma condição permanente da vida social. Antes, a harmonia e a concórdia dependem da vitalidade da cultura política pública e de os cidadãos empenharem-se na realização do ideal da razão pública. Uma vez que já não conseguissem perceber o sentido de afirmar o ideal de razão pública, os cidadãos poderiam facilmente tornar-se amargurados e ressentidos e passar a ignorá-los (Rawls, 2011, p. 576-577).

Outro sintoma evidente é a erosão da confiança nas instituições. Os políticos, os tribunais, a mídia... tudo parece estar sob suspeita. As pessoas perdem a fé naqueles que deveriam representá-las, e isso abre espaço para o caos, para a desordem, para soluções fáceis e perigosas. É como se as engrenagens da máquina social estivessem emperrando. A força das instituições “dependem de sua vigência na mente das pessoas” (Castells, 2018, p. 10).

E, claro, o crescimento de movimentos que questionam abertamente a ordem estabelecida. Seja na direita, seja na esquerda, surgem vozes que clamam por mudanças radicais, que propõem soluções mirabolantes, que desafiam os valores liberais. É como se a casa estivesse pegando fogo e cada um tentasse apagar o incêndio com um balde diferente. O sistema de direitos constitui “as condições sob as quais podem ser institucionalizadas as formas de comunicação necessárias à gênese politicamente do direito” (Habermas, 2020, p. 152).

Esses são apenas alguns dos sinais mais evidentes. Mas a questão é: o que causou tudo isso? Quais são as raízes desse mal-estar? Como o liberalismo, que foi o “farol da modernidade”, chegou a este ponto?

Aprofundando o olhar sobre a deslegitimação das instituições liberais, é impossível ignorar o cenário global, um turbilhão de crises econômicas, polarização política e o avanço tecnológico que reconfigura a maneira como interagimos com o mundo. A desconfiança, qual um vírus, se espalha, corroendo a base sobre a qual o liberalismo se ergueu.

Pensemos nas crises financeiras, por exemplo. Elas expõem as fragilidades do sistema, a ganância desenfreada e a desigualdade que se aprofunda. A sensação de que as regras não se aplicam a todos, de que os poderosos escapam impunes, alimenta a descrença nas instituições.

A polarização política, por sua vez, atua como um catalisador. Ela divide a sociedade em trincheiras, onde o diálogo se torna impossível e a confiança no “outro” se esvai. A mídia, com suas narrativas muitas vezes enviesadas, e as redes sociais, com suas bolhas e algoritmos que reforçam preconceitos, potencializam essa divisão. A verdade, diluída em meio a *fake news* e teorias conspiratórias, se torna mais uma vítima.

E as novas tecnologias? Elas prometem democratização, mas também abrem espaço para manipulação em larga escala. A proliferação de notícias falsas, a vigilância digital, a capacidade de influenciar eleições tudo isso mina a credibilidade das instituições e desestabiliza a confiança pública. O que era para unir, muitas vezes afasta. É “a autodestruição da legitimidade institucional (das democracias liberais) pelo próprio processo político” (Castells, 2018, p. 20).

A comunicação, como um rio caudaloso, desempenha um papel crucial nesse processo. As estratégias de comunicação que minam a credibilidade dos pilares liberais são variadas e sofisticadas. Populistas de todos os matizes, aproveitando-se do descontentamento popular, constroem narrativas que pintam o liberalismo como o responsável pelos males da sociedade. Eles exploram o medo, a raiva e a frustração, prometendo soluções simples para problemas complexos.

A mídia tradicional, muitas vezes alvo de críticas, nem sempre colabora para um debate saudável. A busca por audiência, a polarização ideológica, a falta de profundidade nas análises

– tudo isso contribui para um cenário onde a informação se torna superficial e a desconfiança, justificada ou não, se instala.

E a imagem mais sintética é um rosto humano, no qual nos projetamos a partir de uma relação de identificação que gera confiança. Porque, como sabemos (...) da neurociência mais avançada, a política é fundamentalmente emocional, por mais que isso pese aos racionalistas ancorados em um Iluminismo que há tempos perdeu seu brilho. A partir desse primeiro reflexo emocional que marca nosso universo visual emocional, procedemos ao processo cognitivo de elaboração e decisão. A impressão vai se tornando opinião. E se confirma ou se desmente na elaboração do debate contínuo que acontece nas redes sociais em interação com a mídia. A comunicação de massa se modela mediante a autocomunicação de massa através da internet e das plataformas *wi-fi* onipresentes em nossa prática (Castells, 2018, p. 20).

As redes sociais, por sua vez, funcionam como câmaras de eco, amplificando vozes extremistas e propagando desinformação. A velocidade com que as notícias se espalham, a dificuldade em verificar a veracidade das informações e a ausência de filtros efetivos tornam o ambiente propício à manipulação.

Diante desse quadro, é fácil entender por que a descrença nas instituições liberais se tornou tão disseminada. A crise não é apenas interna, mas alimentada por um ambiente externo desfavorável, um verdadeiro campo minado de desafios e ameaças. As vozes da mudança emergem como faróis em meio à tempestade que assola o liberalismo. São os movimentos sociais, verdadeiros catalisadores de transformação, que desafiam a inércia e a estagnação, propondo um novo horizonte. É neles que reside a esperança de um futuro mais justo e democrático, mas a jornada não é isenta de obstáculos.

As lutas desses movimentos são diversas e multifacetadas, refletindo as complexidades da sociedade contemporânea. Vão desde as reivindicações por igualdade racial e de gênero até a defesa do meio ambiente e dos direitos das minorias. Cada luta é um grito de resistência contra as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a injustiça. A atuação desses grupos se dá em diferentes esferas, desde as ruas e praças, com manifestações e protestos, até as instituições políticas, através do ativismo e da participação eleitoral, o poder pode ser comunicativo de maneira fluida através de corporações e movimentos sociais “vincular o poder administrativo do aparelho do Estado à vontade dos cidadãos” (Habermas, 2020, p. 187).

Suas propostas são igualmente variadas, mas convergem em um ponto: a necessidade de superar as limitações do liberalismo tradicional. Questionam o individualismo exacerbado, a mercantilização da vida e a concentração de poder nas mãos de poucos. Buscam alternativas que valorizem a solidariedade, a cooperação e a participação popular. Propõem modelos

econômicos mais justos e sustentáveis, que priorizem o bem-estar social em detrimento do lucro a qualquer custo. Anseiam por uma democracia mais participativa, onde a voz do povo seja ouvida e respeitada.

A solidariedade nasce em um contexto ético de hábitos, lealdades e confiança recíproca, com base no qual os conflitos surgidos em contextos de interação podem ser solucionados (Pinzani, 2009, p. 144).

A visão de futuro desses movimentos é inspiradora. Sonham com uma sociedade onde todos tenham acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e alimentação. Imaginam um mundo livre da opressão e da discriminação, onde a diversidade seja celebrada e a igualdade, uma realidade. Almejam uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, onde a sustentabilidade seja a base do desenvolvimento.

É fundamental compreender que esses movimentos não são homogêneos, mas sim um conjunto heterogêneo de atores com diferentes perspectivas e estratégias. Existem divergências internas, tensões e conflitos, mas também há pontos de convergência e alianças estratégicas “a universalização de um *status* de cidadão institucionalizado pelo direito público (...). O núcleo dessa cidadania é formado pelos direitos políticos de participação” (Habermas, 2020, p. 119). A riqueza dessa diversidade é, na verdade, uma força, pois permite que esses movimentos abordem os desafios de forma mais abrangente e adaptável.

Ao analisar a ascensão e o impacto desses movimentos, é preciso reconhecer que eles não surgem do nada. “O núcleo da sociedade civil é formado por um caráter associativo, que institucionaliza discursos voltados à solução de questões de interesse geral no quadro de esferas públicas organizadas” (Habermas, 2020, p. 465). São resultado de anos de luta, de acumulação de experiências e de aprendizado. São herdeiros de tradições de resistência e de pensamento crítico. São, sobretudo, a expressão da insatisfação com o status quo e da esperança de um futuro melhor.

Contudo, a jornada dos movimentos sociais não é fácil. Enfrentam resistência por parte das elites políticas e econômicas, que buscam manter seus privilégios. São alvos de ataques e de tentativas de deslegitimação. Muitas vezes, são marginalizados e silenciados pela mídia tradicional. A sociedade civil formada por “agrupamentos e organizações não estatais e não econômicas de base voluntária, que ancoram as estruturas comunicativas da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (Habermas, 2020, p. 465). Mas, apesar de todos os obstáculos, perseveram em sua luta, movidos pela convicção de que outro mundo é possível.

Observar a trajetória desses movimentos nos permite vislumbrar novas possibilidades para a democracia. São eles que impulsionam o debate público, que colocam em pauta temas importantes e que desafiam os limites do que é considerado possível. São eles que nos lembram que a luta por um futuro mais justo é uma responsabilidade de todos. São eles, enfim, a prova viva de que a esperança ainda pulsa.

Habermas considera os outros dois paradigmas (liberal e republicano) a expressão de uma visão do homem e da sociedade que corresponde à sociedade da economia capitalista. Contudo, enquanto na leitura liberal a sociedade capitalista ‘preenche a expectativa de justiça social por meio da defesa autônoma e privada de interesses próprios’, no paradigma do Estado social esta expectativa é negada (...). O jogo de gangorra entre os sujeitos de ação privados e (os sujeitos) estatais é substituído pelas formas de comunicação mais ou menos intactas das esferas privadas e públicas do mundo da vida, de um lado, e pelo sistema político, de outro lado (...). A legitimidade do direito se apoia, desta maneira ‘em um arranjo comunicativo: enquanto participantes de discursos racionais, os parceiros de direito devem poder examinar se uma norma controvertida encontra ou poderia encontrar o assentimento de todos os possíveis atingidos (Pinzani, 2009, p. 148).

Chegamos, então, ao âmago da questão: a agonia do liberalismo é o prenúncio de seu ocaso? Ou vislumbramos aqui uma metamorfose, um processo de adaptação que o impulsionará a uma nova fase? A resposta, como sempre, reside na complexidade. “Desse modo quase imperceptível, a lógica equivalencial leva à singularidade, e a singularidade à identificação da unidade do grupo ao nome do líder” (Laclau, 2008, p. 122).

Examinemos as diversas perspectivas. Há quem, amparado em uma visão mais conservadora, veja nesse cenário a necessidade de um retorno aos princípios fundamentais do liberalismo clássico. Para esses, a solução reside em resgatar a ênfase na liberdade individual, na responsabilidade fiscal e em um mercado autorregulado, como se a fórmula original, em sua pureza, fosse suficiente para curar os males contemporâneos. No entanto, essa visão, por vezes, ignora as transformações sociais e econômicas que moldaram o mundo. Ela pode ser vista como uma tentativa de restaurar um passado idealizado, sem reconhecer as novas demandas e desafios.

Nesse sentido, é possível observar que o sistema político representativo se encontra em descompasso com a vontade popular. Consequentemente, o representado não se sente beneficiado pelas decisões tomadas por seus representantes, muitas vezes o interesse atendido acaba sendo do próprio indivíduo, do partido ou do financiador de sua campanha, o que, deixa o interesse do eleitor muito distante da realidade prática. (Mendes; Oliveira, 2021, p. 42).

Em contraponto, emergem as propostas mais radicais, que questionam a própria estrutura do liberalismo. Defensores dessas ideias argumentam que o sistema atual está irremediavelmente corrompido, que a busca incessante pelo lucro e a concentração de poder

nas mãos de poucos criaram um abismo social intransponível. Para eles, a reinvenção do liberalismo exige uma ruptura, a adoção de novas formas de organização econômica e política que priorizem a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade. O desafio, porém, reside em como implementar essas mudanças sem incorrer em soluções autoritárias ou utópicas.

Entre esses dois extremos, existe um vasto espectro de possibilidades. É preciso, antes de tudo, reconhecer que o liberalismo, tal como o conhecemos, está em crise. As instituições liberais, construídas com base em promessas de progresso e prosperidade, não conseguiram cumprir totalmente o que prometeram. A desigualdade persistente, a erosão da confiança nas instituições e o sentimento de que o sistema não representa os anseios da maioria são evidências disso.

Pensar sobre caminhos para uma Teoria da Decisão Judicial é refletir sobre a legitimidade das decisões judiciais, notadamente, as proferidas pela corte de superposição, pois esta recebeu uma missão insculpida na Constituição de 1988 de funcionar como a sua guardiã. No entanto, se a decisão for fruto de uma vontade/decisão/discricionariedade do órgão julgador, estaremos afirmando que não superamos o DNA do positivismo jurídico e que a ciência jurídica carece de cientificidade e autonomia para ofertar uma resposta “correta às demandas apresentadas (Ferreira, 2019, p. 256).

A sobrevivência do liberalismo, então, dependerá de sua capacidade de se reinventar. Isso implica em uma profunda reflexão sobre seus próprios princípios e práticas. Será preciso dialogar com as críticas, reconhecer os erros e buscar soluções que abordem as raízes dos problemas. Implica também em uma abertura para novas ideias, em uma disposição para experimentar e inovar. Em suma, o futuro do liberalismo é incerto. A agonia que vivemos hoje pode ser o sinal de seu fim, ou o prelúdio de uma transformação. O que acontecerá dependerá das escolhas que fizermos. Dependerá da nossa capacidade de olhar para o horizonte, de aprender com o passado e de construir um futuro mais justo e democrático para todos.

A análise empreendida ao longo do presente artigo permitiu desconstruir a visão reducionista que associa o populismo exclusivamente à manipulação das massas ou à ameaça autoritária. Em diálogo com a teoria agonística de Chantal Mouffe, evidenciou-se que o populismo, quando orientado por uma lógica democrática e institucionalizada, pode atuar como vetor de inclusão política, permitindo a emergência de sujeitos coletivos historicamente silenciados e a reconfiguração das fronteiras do espaço público. Longe de significar a degeneração da política, o populismo, concebido como uma forma discursiva de mobilização contra-hegemônica, apresenta-se como instrumento legítimo para a radicalização da

democracia, desde que ancorado em princípios que valorizem o dissenso, o pluralismo e a participação cidadã.

A distinção proposta por Mouffe entre antagonismo marcado pela negação do outro como legítimo e agonismo que reconhece o adversário como interlocutor válido no jogo democrático é crucial para a reinterpretação do papel do conflito nas sociedades contemporâneas. Ao contrário da lógica liberal que busca eliminar ou amortecer os confrontos políticos por meio do consenso moral, a proposta agonística valoriza o confronto de projetos societários como expressão da vitalidade democrática. Nesse sentido, o populismo pode ser entendido como uma tentativa de reinscrição do conflito político em um campo de disputa legítima, oferecendo uma alternativa à apatia institucionalizada que caracteriza muitas democracias liberais em crise.

Para reforçar o uso dos princípios com álibi retórico, ou seja, para a aplicação dos subprincípios pela jurisprudência brasileira po- demos mencionar a lista desta criação solipsista contida em Verdade e Consenso de Lenio Streck, que mesmo não sendo um rol exaustivo é capaz de provar o uso desmedido deste artifício. Assim temos co- mo exemplo: I - princípio da simetria; II - princípio da efetividade da Constituição; III - princípio da precaução; IV - o princípio da não sur- presa; V - princípio da confiança; VI - princípio da absoluta prioridade dos direitos da Criança e do Adolescente; VII - princípio da Afetivi- dade; VIII - princípio do processo tempestivo; IX - princípio da Ubi- quidade; X - princípio do fato consumado; XI - princípio do deduzido e do dedutível; XII - princípio da instrumentalidade processual; XIII - princípio protetor no direito do trabalho; XIV - princípio da alterida- de; XV - princípio da tipicidade fechada; XVI - princípio da coopera- ção processual; XVII - princípio da confiança no juiz da causa; XVIII - princípio da Humanidade; XIX - princípio da benignidade; XX - prin- cípio da não ingerência; XXI - princípio da paternidade responsável; XXII - princípio do auto-governo da magistratura; XXIII - princípio da moderação; XXIV - princípio da situação excepcional consolidada (Ferreira, 2019, p. 270-271).

Diante da deslegitimação das instituições, da ascensão de discursos de ódio e da crescente polarização social, torna-se imperativo repensar os marcos da democracia contemporânea. A teoria de Mouffe oferece ferramentas analíticas potentes para compreender como os afetos, os discursos e os antagonismos podem ser canalizados de forma produtiva, evitando tanto o colapso autoritário quanto a paralisia liberal. Ao incorporar a diversidade de vozes, reconhecer a multiplicidade de identidades e instituir arenas públicas para o embate democrático, uma política agonística resgata o sentido emancipatório da democracia, reafirmando sua capacidade de transformação e inclusão.

A reinvenção democrática não exige o apagamento das diferenças, mas sim sua articulação em um espaço onde o conflito possa ser travado sem que a existência do outro seja negada. É nesse ponto que o populismo, repensado à luz da democracia agonística, revela seu

valor estratégico: ele permite não apenas tensionar as fronteiras da representação política, mas também expandir os horizontes da cidadania e renovar a crença coletiva na possibilidade de um futuro comum. Reconciliar conflito e democracia, longe de ser um paradoxo, constitui o desafio fundamental do século XXI e o populismo, sob certas condições, pode ser parte da resposta.

A relevância dessa abordagem ganha ainda mais destaque no contexto atual, em que se observa o esgotamento das promessas liberais diante da intensificação das crises sociais, econômicas e ambientais. Ao invés de insistir na ilusão de uma neutralidade normativa que ignora as fraturas reais da sociedade, é preciso reconstruir o horizonte democrático com base na escuta dos conflitos e na valorização das diferenças. O populismo, quando compreendido de forma crítica e situado no interior de um projeto agonístico, pode funcionar como instrumento de abertura e renovação democrática, especialmente quando canaliza afetos e demandas reprimidas por estruturas que insistem em conservar privilégios e silenciar dissidências.

Reconhecer o valor epistêmico e político do conflito significa reposicionar a democracia como um projeto em constante disputa e reinvenção. A radicalização democrática proposta por Mouffe convida à superação dos limites normativos do liberalismo, afirmando que a verdadeira força da democracia reside na sua capacidade de integrar antagonismos sem dissolvê-los. O populismo, nesse cenário, não é ameaça à democracia, mas sintoma de seu bloqueio e possibilidade de sua revitalização. Abrir-se a essa leitura implica não apenas repensar categorias teóricas, mas também renovar práticas políticas e institucionais em direção a um modelo mais inclusivo, participativo e sensível à pluralidade que marca as sociedades contemporâneas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A originalidade desta pesquisa está em tratar o populismo não como um desvio da democracia, mas como uma forma alternativa de sua atualização. Ao longo do trabalho, procurou-se demonstrar que o discurso populista, frequentemente reduzido a uma patologia política, pode ser reinterpretado como estratégia de radicalização democrática, capaz de revelar as fissuras da representação e reintroduzir o dissenso como força vital da vida política. Essa leitura, ancorada na perspectiva agonística de Chantal Mouffe e na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau, desloca o populismo do campo da manipulação emocional para o campo da produção de identidades políticas e inclusão simbólica.

A contribuição singular deste estudo reside justamente nessa releitura crítica e multidisciplinar. Ao integrar os campos do Direito, da Ciência Política e da Comunicação, a pesquisa constrói um olhar sistêmico sobre o populismo não apenas como fenômeno eleitoral, mas como discurso normativo que reorganiza sentidos de pertencimento, legitimidade e conflito. O populismo é, aqui, compreendido como linguagem política dotada de racionalidade própria, que opera entre emoção e argumentação, entre ética e estética, entre o poder de mobilizar e o risco de excluir.

Essa abordagem inovadora permite compreender o populismo como um fenômeno liminar, situado entre a crise e a reinvenção democrática. Em vez de limitar-se à denúncia das suas distorções, o trabalho propõe uma leitura que reconhece o populismo como expressão de demandas legítimas por reconhecimento e participação, especialmente em sociedades marcadas por desigualdade, desconfiança institucional e saturação discursiva. Trata-se, portanto, de um esforço de reconstrução teórica e política um convite a pensar o populismo como sintoma e possibilidade: sintoma de um déficit de representação e possibilidade de reencantamento do espaço público pela via do conflito produtivo.

Refletir sobre a relação entre a representação popular e a proteção das instituições democráticas é um exercício essencial, especialmente em tempos em que a política parece cada vez mais polarizada e repleta de desafios. A busca pela representação da vontade do povo é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais de qualquer sistema democrático. No entanto, enquanto tentamos atender aos anseios populares, precisamos estar atentos ao impacto que isso pode ter sobre a estrutura institucional que mantém a democracia de pé.

O populismo emerge como uma resposta à insatisfação popular, prometendo devolver o poder ao "povo" e contestando constantemente as elites que, segundo essa narrativa, não representam mais os interesses coletivos. Esta dinâmica é intrigante, pois, não raras vezes, ao tentar expressar a voz do povo, líderes populistas se veem seduzidos pela ideia de que suas decisões devem ser rápidas e sem os entraves das instituições. O que acontece então? As instituições, que foram construídas para garantir a estabilidade e a equidade em nossa sociedade, começam a ser ameaçadas.

Em determinados países, líderes que surgiram como representantes da vontade popular acabaram por deslegitimar as instituições. E o que isso significa na prática? Um exemplo notável é o da Venezuela, onde a busca por uma representação mais autêntica não só resultou em promessas, mas também na erosão de um sistema democrático estabelecido. Da noite para o dia, a democracia começou a dar lugar a um regime que silenciou vozes dissidentes e enfraqueceu organismos que deveriam servir como sustentáculo da liberdade.

A grande questão, então, não é apenas como ser representado, mas até onde podemos ir nessa representação sem comprometer a base democrática. Existe um ponto de equilíbrio onde a representação e a proteção das instituições podem coexistir? Pode parecer uma pergunta retórica, mas vale a pena refletir: onde você se vê nessa equação? A responsabilidade do cidadão não está apenas em escolher seus representantes, mas também em ser um vigilante ativo, garantindo que a representação não venha a custar as liberdades conquistadas.

Este entendimento sobre os perigos e as potencialidades do populismo nos leva a questionar: como podemos aprimorar nossa relação com as instituições? É preciso promover um diálogo constante, abrir espaço para vozes diversas e garantir que as instituições não apenas escutem, mas que estejam abertas a evoluir. O que estamos fazendo hoje para que nossas perspectivas se reflitam no panorama político?

Ao olharmos para o futuro, que lições podemos extrair dessas complexidades? Podemos sim buscar uma nova forma de representatividade, desde que isso não signifique abrir mão dos princípios fundamentais que sustentam as instituições democráticas. Equilibrar a voz do povo sem comprometer os pilares que garantem essa mesma voz é uma tarefa desafiadora, mas profundamente necessária.

A presente dissertação, explora o fenômeno do populismo e sua relação com a democracia. Passando por histórias de líderes carismáticos que, algumas vezes, se tornaram os protagonistas de narrativas intensas, capazes de mobilizar multidões e provocar mudanças significativas. Contudo, como devemos interpretar esses movimentos? Podemos aprender valiosas lições sobre as complexidades da representação e do poder na sociedade.

Olhemos para a história e vejamos como o populismo, em sua essência, carrega a promessa de dar voz ao povo. Mas essa busca por representação não é isenta de riscos. Tomemos como exemplo, um líder que, no ardor de sua luta por justiça social, acabou por desestabilizar as instituições que deveriam garantir seus ideais. Essa relação delicada torna-se um testemunho da linha tênue que separa a busca pela voz do povo do potencial autoritário que pode emergir em seu lugar. O que era um desejo legítimo de mudança se transforma, rapidamente, em um desafio à própria essência da democracia.

Quando refletimos sobre os casos que julgamos emblemáticos, somos confrontados com perguntas que ecoam através do tempo. Que lições deixaram as experiências passadas? Quais escolhas poderiam ter sido feitas para evitar os desvios e garantir que as instituições permanecessem firmes, enquanto se ouvia o clamor popular? Ao revisitar esses pontos, não podemos nos permitir uma visão simplista. As nuances tornam-se essenciais. As falhas não estão apenas nos indivíduos, mas nas estruturas que, muitas vezes, falham em atender às necessidades urgentes da sociedade.

Agora, voltemos nossa atenção para a situação contemporânea. O que esses casos nos ensinam sobre as crises modernas de legitimidade? É importante lembrar que a polarização crescente não é um fenômeno isolado, mas sim uma consequência de demandas não atendidas que se materializam em discursos populistas. O cansaço e a desconfiança em relação às instituições se instalam, criando um cenário em que as vozes mais extremadas ganham força. E aqui, neste labirinto de insatisfação, nos deparamos com a urgência de elaborar um novo entendimento, uma nova forma de participação que seja verdadeiramente representativa e, ainda assim, respeitosa às instituições.

Durante nossa jornada, constatamos que o desafio não reside apenas no populismo em si, mas nos efeitos que ele provoca nas relações sociais e na política. A atmosfera se torna tensa,

a confiança se esvai, e o espaço para uma convivência harmoniosa parece diminuir. As crises de legitimidade incitam um imenso questionamento: como podemos reconstruir relações de confiança, tanto entre cidadãos quanto entre estes e suas instituições? Essa reflexão é primordial, especialmente quando consideramos que a solução pode não ser simplesmente rejeitar o populismo, mas compreender sua origem e o que o alimenta.

Olhando para frente, é imperativo que consideremos os desafios de braços abertos e mente atenta. Que propostas podem surgir de um diálogo genuíno entre as demandas populares e a responsabilidade institucional? Essa busca por um novo equilíbrio pode nos mostrar um caminho onde a política não é apenas uma arena de disputas, mas um espaço de construção comunitária. O diálogo sincero, aliado a uma disposição para ouvir, pode abrir possibilidades inesperadas e, talvez, surjam ideias que hoje parecem distantes.

Estamos diante de uma encruzilhada, em que cada escolha pode ter um impacto massivo na configuração do nosso futuro político. Ao revisitar os pontos discutidos, fica evidente que não existe uma resposta única ou definitiva. A democracia e o populismo não precisam ser vistos apenas como forças opostas. Se bem geridos, podem coexistir e até se complementar, desde que haja uma disposição genuína para integrar a voz do povo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao pensar em todas essas reflexões, podemos nos perguntar: que tipo de futuro político desejamos cultivar? Essa é uma questão que transcende o momento atual e nos convida a imaginar um espaço onde o populismo e a democracia se entrelaçam de maneira mais harmoniosa. O que podemos fazer hoje, em nossas vidas cotidianas, para fomentar essa evolução? Os desafios são profundos, mas as oportunidades também são intrigantes. É a nossa responsabilidade não apenas considerar as lições do passado, mas também buscar maneiras de aplicar esse conhecimento de forma a criar um futuro mais promissor para todos.

Na análise dos desafios que o populismo impõe à democracia contemporânea, é essencial considerar as mudanças nas dinâmicas políticas e sociais que têm se intensificado nos últimos anos. Observamos uma polarização crescente entre os grupos. A sociedade, por muitas vezes, se vê dividida entre os que apoiam discursos populistas e aqueles que defendem uma política mais institucionalizada. Essa divisão traz à tona um risco significativo: a fragmentação

do tecido social, que pode transformar o diálogo democrático em um campo de batalha ideológico.

Além disso, a diminuição da confiança nas instituições democráticas se torna cada vez mais preocupante. Em diversos países, uma parcela significativa da população exprime sua insatisfação com o que percebem como uma desconexão entre seus anseios e a ação dos governantes. Quando essa sensação se massifica, novos discursos, muitas vezes radicais, encontram terreno fértil, levando a um desgaste das estruturas que garantem o funcionamento do sistema. Isso é uma faca de dois gumes, pois, enquanto alguns líderes prometem devolver a voz ao povo, suas ações muitas vezes acabam por estancar o próprio processo democrático.

Um exemplo claro disso pode ser encontrado em movimentos que, ao se apresentarem como alternativas às elites políticas, acabam por promover uma deslegitimação das instituições. As promessas de uma representação efetiva e de respostas rápidas mais muitas vezes se transformam em decisões autoritárias, como vimos em vários cenários globais. Essa situação não apenas agride o princípio fundacional da democracia, mas também perpetua um ciclo de desconfiança que se propaga entre os cidadãos e suas instituições.

E o que dizer da crise de legitimidade que frequentemente surge em contextos populistas? Quando um movimento se torna forte o bastante para desafiar as normas democráticas, as consequências podem ser devastadoras. O desrespeito aos processos legislativos e a manipulação da narrativa política podem levar a decisões que priorizam a retórica sobre o debate fundamentado. Nos momentos mais críticos, aqueles que se colocam em oposição ao populismo não raras vezes se veem lutando para reconquistar a atuação de ferramentas democráticas básicas, como o diálogo aberto e respeitoso.

À medida que nos aprofundamos nesses desafios, uma reflexão importante surge: como a insatisfação popular pode ser endereçada de maneira a reforçar as instituições, em vez de ameaçá-las? E aqui está um ponto crucial. A solução não reside em suprimir as vozes que clamam por mudança, mas em incorporar essas demandas de maneira que não comprometa os pilares da democracia. O verdadeiro desafio para a democracia contemporânea é encontrar esse meio-termo, onde a voz do povo não apenas é ouvida, mas se torna parte edificante de um processo de decisão saudável.

Essa discussão não acaba aqui. O que aprendemos sobre as consequências do não enfrentamento desses desafios se reflete diretamente em nossa prática cívica diária. Precisamos estar atentos e engajados. Mostrar interesse nas estruturas que nos cercam é fundamental para não abrir espaço para que a polarização e o radicalismo ganhem espaço. O futuro da política exige cidadãos críticos e informados, que compreendam a importância de questionar e participar ativamente.

Ao refletirmos sobre a crise democrática diante do populismo, talvez sejamos convidados a repensar nosso papel nesse cenário. As interações do dia a dia, as conversas nas ruas e os debates nas redes sociais são o terreno onde a democracia deve florescer, mesmo em tempos desafiadores. Vamos nos tornar não apenas observadores, mas protagonistas dessa história, buscando equilibrar nossa necessidade de representação com a responsabilidade de preservar o que foi arduamente conquistado: a nossa democracia.

O equilíbrio entre populismo e práticas democráticas é um tema que, embora frequentemente abordado com ceticismo, pode trazer perspectivas interessantes e inovadoras, caso seja encarado com um olhar aberto. Quando começamos a considerar a interação entre a voz do povo e a estrutura das instituições, é inevitável que surjam oportunidades. Em um cenário político em que as demandas sociais sejam ouvidas e, ao mesmo tempo, canalizadas de forma a fortalecer as bases democráticas. Isso não é apenas um ideal distante, mas uma possibilidade real que pode emergir de um diálogo respeitoso e produtivo.

A chave para alcançar essa harmonia reside na inclusão genuína. Os cidadãos não devem apenas ser vistos como números em pesquisas ou vozes em comícios, mas como participantes ativos na construção de um futuro coletivo. Isso nos leva a refletir sobre formas de engajamento mais efetivas, que incentivem a colaboração entre diferentes esferas da sociedade. Ouvindo as vozes mais variadas, inclusive aquelas que muitas vezes são silenciadas, construímos um tecido social mais forte e coeso.

Para exemplificar, pense nas comunidades que se uniram para moldar políticas públicas em áreas que afetam diretamente suas vidas. Projetos de lei que envolvem a participação de grupos comunitários, ouvindo suas histórias e desafios, são exemplos práticos de como essa inclusão pode enriquecer o debate democrático. E atenção, não se trata de uma simples formalidade; é uma necessidade essencial. Quando as pessoas veem sua realidade refletida nas

decisões que afetam seu dia a dia, a confiança nas instituições cresce. Essa confiança é um pilar fundamental para a sobrevivência e a vitalidade da democracia.

A importância do diálogo se torna ainda mais evidente ao considerarmos as divisões sociais contemporâneas. Fazendo um paralelo com a amizade, as relações humanas precisam de comunicação e entendimento mútuo. Se não nos abriremos para ouvir o outro, corremos o risco de raciocinar de forma fechada e polarizada, deixando que a desconfiança tome conta. No âmbito político, isso pode se manifestar em uma luta de poder onde a vitória de um grupo se torna a derrota de outro, dificultando o progresso coletivo. Essa dinâmica não apenas cria um ambiente tóxico, mas fragiliza as instituições que sustentam nossa vida democrática.

Abordar as tensões entre populismo e democracia também traz à tona a necessidade de educação cívica. Quando cidadãos bem informados se tornam protagonistas em suas comunidades, o resultado é um ciclo virtuoso de empoderamento e envolvimento. Vamos pensar em jovens que, ao aprender sobre seus direitos e deveres, se sentem incentivados a participar ativamente de processos eleitorais ou de audiências públicas. Essa formação é a ponte que liga as vozes populares às estruturas que tornam essa voz respeitada e ouvida.

As práticas democráticas, quando abertas ao diálogo e à inclusão, não apenas suavizam o populismo, mas também oferecem um caminho para a inovação. No futuro, podemos vislumbrar sistemas políticos que integrem novas tecnologias para facilitar essa comunicação.

Não se trata apenas de um choque entre ideologias, mas de um convite à reflexão sobre como podemos transformar a interação entre cidadãos e instituições. Ao encarar o populismo não como um adversário, mas como um chamado para a ação, somos desafiados a encontrar maneiras de integrar vozes populares a um discurso democrático que seja não apenas amplo, mas também eficiente. Esse é o verdadeiro milagre da democracia: a capacidade de aprender, crescer e se adaptar às necessidades de seu tempo e seu povo.

Ao imaginarmos um futuro onde populismo e práticas democráticas coexistem em harmonia, não podemos esquecer que cada um de nós desempenha um papel nesse processo. É vital que, como cidadãos, nos questionemos sobre como podemos contribuir para um ambiente político mais inclusivo e propenso ao diálogo. Qual é a nossa responsabilidade em promover essa integração? E mais, como podemos nos tornar agentes de mudança em um sistema que

precisa de renovação? Refletir sobre essas questões é essencial para edificar um futuro em que possamos construir não apenas a democracia que desejamos, mas a sociedade que merecemos. O populismo, muitas vezes camuflado como uma resposta a anseios legítimos, pode também se converter em uma ameaça real às instituições que sustentam nossos direitos e liberdades.

Ao ponderar sobre o futuro da democracia na era do populismo, devemos considerar não apenas as lições do passado, mas também as oportunidades que podem surgir ao equilibrarmos a voz do povo com a defesa das instituições. Precisamos nos engajar ativamente, não apenas como observadores, mas como protagonistas em um palco coletivo que define o rumo de nossas sociedades. O fortalecimento da participação cívica e a busca por diálogos mais inclusivos estabelecem uma ponte entre o populismo e aqueles que acreditam em uma democracia robusta.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHINI, Natasha; OLIVEIRA, Lucy; CARÁ, Felipe Amador. Onde está o povo? Comunicação digital e populismo nas eleições de 2018. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 3, p. 161–190, 2023.

BBC BRASIL. *Bolsonaro vira alvo de inquérito no STF por ligar vacina contra Covid à Aids*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vira-alvo-de-inquerito-no-stf-por-ligar-vacina-contr-covid-a-aids/>.

BOBBIO, Norberto. *Democracia e Segredo*. (Trad.). Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2015.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. 7 ed. (Trad.). Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Plenário. Voto condutor do Acórdão 1469/2017. Avaliação do uso de tecnologias digitais no provimento de serviços públicos. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Data da Sessão: 12/7/2017. Ata 26/2017, aprovada em 19/12/2017.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. São Paulo: Zahar, 2018.

CAZARRÉ, Marieta. *Países europeus combatem desinformação na web de formas distintas*. Agência Brasil, Lisboa, 8 jul. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/fake-news-paises-europeus-combatem-o-problema-de-formas-distintas>.

CLEEN, Benjamin De. Populism and nationalism. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 18, p. 342-362.

COPPEDGE, Michael et al. Conceptualizing and measuring democracy: *a new approach*. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 2, p. 247-267, 2011.

CRAVEN, H. W. *Errors of populism*. Seattle: Lowman, Hanford S. and P. Co., 1896.

DEUTSCHE WELLE. (s.d.). *Viktor Orbán*. DW Brasil. Disponível em 24 de junho de 2025, de <https://www.dw.com/pt-br/viktor-orb%C3%A1n/t-47806123>

DULLO, Eduardo; HATZIKIDI, Katerina; CESARINO, Letícia. Por uma antropologia da democracia - e de seus desafios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 29, n. 65, 2023.

EUROCID – Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt>

FERREIRA, Rafael Alem Mello. *O projeto inacabado de uma teoria da decisão judicial: de Habermas a Streck, na luta por decisões democráticas*. Belo Horizonte: Dialética, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*, 2002.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

GERMANI, G. Stages of modernization in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, v. 5, n. 8, pp. 155-174, 1969.

HABERMAS, Jürgen. *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2020

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. I.

KRITSCH, Raquel; SILVA, André Luiz da. Esfera pública e democracia no pensamento de J. Rawls, J. Habermas e C. Mouffe: *teorias políticas e democráticas em debate*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 116, p. 145–180, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-275334/116>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LACLAU, E. *Politics and ideology in Marxist theory: capitalism, fascism, populism*. London: NLB, 1977.

LACLAU, Ernesto. *La raison populiste*. Paris: Seuil, 2008. (Edição original: *On populist reason*. Londres: Verso, 2005. Tradução brasileira: *A razão populista*, São Paulo: Três Estrelas, 2013.)

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hégémonie et stratégie socialiste: vers une politique démocratique radicale*. Paris: Les Solitaires Intempestifs, 2009. (Edição original: *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso, 1985. Tradução brasileira: *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.)

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LE BON, Gustave. *Psychologie des foules*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1919.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, Julia da Silva; OLIVEIRA, L. C. Democracia representativa e crise de legitimidade: a necessidade de revalorização do ato de governar. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*, v. 3, p. 34-51, 2021.

MONTALVÃO, B.; ADEODATO, J. M. O fundamento do sistema jurídico a partir da retórica da imanência. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, [S. l.], v. 40, n. 1, 2024.

MORAES, Leonardo Segura; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 28, 2024.

MOSSE, George Lachmann. *La nazionalizzazione delle masse*. Torino: Il Mulino, 1995.

MOUFFE, Chantal. For an Agonistic Public Sphere. In: TØNDER, Lars; THOMASSEN, Lasse. (ed.). *Radical Democracy: Politics between abundance and lack*. Manchester: *Manchester University Press*, p. 123-132, 2005.

MOUFFE, Chantal. *L'illusion du consensus*. Paris: Albin Michel, 2016b. (Edição original: *On the Political*. Londres: Routledge, 2005. Tradução brasileira: *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.)

MOUFFE, Chantal. *Le paradoxe démocratique*. Paris: Beaux-Arts, 2016a. (Edição original: *The Democratic Paradox*. Londres: Verso 2005.)

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-175, 2006.

MOUFFE, Chantal. *Pour un populisme de gauche*. Paris: Albin Michel, 2018. (Edição original: *For a Left Populism*. Londres: Verso, 2018. Tradução brasileira: *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.)

MUDDE, C. *The problem with populism*. *The Guardian*, 2015.

MUDDE, Cas. *The populist zeitgeist*. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, J. W. Populistas. *Revista Piauí*, n. 124, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

OLIVEIRA, Antônio José Xavier. O Princípio da Vedação ao Retrocesso Social como Elemento de Resistência e Proteção Constitucional Face a Crise do Estado Social de Direito. In: COELHO NETO, Ubirajara(org.). *Temas de Direito Constitucional: estudos em homenagem ao professor Carlos Ayres Britto*. Aracaju: Ubirajara Coelho Neto, 2020. p.33-51.

PESTANA, Maurício. *O crescimento da extrema-direita na Europa*. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/colunas/mauricio-pestana/internacional/o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa/>.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1956.

PINZANI, Alessandro. *Habermas*. 1. ed. Editora: Penso, 2009.

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. *O século do populismo: história, teoria, crítica*. São Paulo: Ateliê de Humanidades, 2021.

RUMMENS, Stefan. Populism as a threat to liberal democracy. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 28, p. 554-570.

SILVA, D. N. (s.d.). *Hugo Chávez. Brasil Escola*. Disponível em 24 de junho de 2025, de <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/hugo-chavez.htm>

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de fiscalizações em programas e políticas de governo. Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-fiscalizacoes-em-politicas-e-programas-degoverno-2019.htm>>.

TRADING ECONOMICS. *Nova Zelândia - Classificação de corrupção*. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/new-zealand/corruption-rank>.

VALENTE, Riccardo; BORBA, Julian. Tropical Trump, or a very Brazilian tale? Social class resentment as a moderating factor between anti-PT sentiment and the vote for Jair Bolsonaro in 2018. *Opinião Pública*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 24-41, abr. 2023.

VERDÚ, Pablo Lucas. *A Luta pelo Estado de Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *The age of information disorder*. In: *Investigating disinformation and media manipulation*. DataJournalism.com. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/verification-3/investigating-disinformation-and-media-manipulation/the-age-of-information-disorder>.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Understanding information disorder*. First Draft. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>.

WITTGENSTEIN, Leif. *Culture and Value*. Chicago: University of Chicago, 1980.

ZICCARDI, Giovanni. *Tecnologie per il potere*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2019.

ZINN, H. *A people's history of the United States*. Harlow: Longman, 1980.

ZUIN, João Carlos Soares. A linguagem política na era digital: O populismo de Matteo Salvini na Itália. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 26, n. 1, p. 143–162, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p143. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39792>. Acesso em: 24 jun. 2025.